



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Raquel Pinheiro dos Santos

**Manoel Bomfim e Juliano Moreira:**


**Aproximações e oposições ao racismo científico na Primeira República**

São Gonçalo

2014

Raquel Pinheiro dos Santos

**Manoel Bomfim e Juliano Moreira: aproximações e oposições ao racismo científico na Primeira República**



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Leticia Corrêa

Co-orientadora: Profa. Dra. Magali Gouveia Engel

São Gonçalo

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

**FEITA NA BIBLIOTECA**

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Raquel Pinheiro dos Santos

**Manoel Bomfim e Juliano Moreira: aproximações e oposições ao racismo científico  
na Primeira República**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 21 de março de 2014.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Letícia Corrêa (orientadora)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Magali Gouveia Engel (co-orientadora)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

---

Prof. Dr. Ricardo Augusto dos Santos

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Karoline Carula

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (suplente)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

São Gonçalo

2014

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida, pois possibilitou um desenvolvimento mais tranquilo deste trabalho.

Às Profas. Dras. Maria Leticia Correa e Magali Engel pela dedicação, envolvimento e paciência nas trocas de e-mails e reuniões ao longo destes dois anos. Também pelas indicações de leitura e pelas críticas nas revisões de artigos e capítulos, que enriqueceram não só a redação final do trabalho, como também a minha visão sobre o tema.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da FFP/UERJ, dos quais tive o prazer de ser aluna e que contribuíram com visões e leituras diversas – nem sempre relacionadas ao meu tema, mas sempre válidas como conhecimento.

À Profa. Dra. Carolina Dantas, que aceitou o convite para participar da Banca de Qualificação.

Ao Profs. Drs. Ricardo Augusto dos Santos, Karoline Carula e Ana Paula Barcelos da Silva, que aceitaram o convite para participar da Banca de Defesa.

Aos colegas de turma pelas presenças (por vezes críticas) nos Seminários, pela troca de textos, informações e sentimentos de desespero frente aos prazos do curso durante os almoços na FFP e conversas em redes sociais. Agradeço em especial àqueles, poucos com os quais estabeleci laços mais fortes: vocês sempre serão o melhor legado que todo o meu percurso acadêmico, passado e futuro, vai deixar.

Agradeço a Deus.

Aos meus familiares – sempre interessados no andamento da pesquisa, preocupados com minhas ausências, ou felizes pelo passo dado.

Aos meus amigos – agradeço aos que continuaram pacientes e compreensivamente por perto nestes dois conturbados anos.

À minha mãe, Lidia.

Ao Mario – pelas constantes demonstrações de incentivo, ânimo e amor. *Danke für deine Liebe und Unterstützung. Ich liebe dich!*

## RESUMO

SANTOS, Raquel Pinheiro dos. “Manoel Bomfim e Juliano Moreira: aproximações e oposições ao racismo científico na Primeira República”. 2014. 146f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

Resumo: Este trabalho analisa produções de Manoel Bomfim (1868-1932) e Juliano Moreira (1873-1933) com relação ao tema da raça e miscigenação, no contexto das primeiras décadas do período republicano brasileiro. Os artigos e livros consultados variam entre os anos de 1905 e 1931. O objetivo é compreender como se dava, para ambos, numa perspectiva comparativa, a relação entre as *três raças formadoras da nacionalidade brasileira*, a intensa mestiçagem e o “progresso” do país nos âmbitos social, político e econômico. A análise apresenta uma visão das linhas teóricas das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro por sua importância como centros divulgadores do saber médico institucionalizado no país, aos quais estiveram vinculados os autores que constituem o objeto da pesquisa. De igual forma, considera, ainda, as recentes produções acerca do conceito de *intelectual* – homens letrados que atuaram publicamente entre o final do século XIX e o início do XX – e as propostas de leitura e aplicação das teorias raciais no Brasil no seio deste grupo, bem como seus discursos sobre identidade nacional e imigração estrangeira, sob o viés da eugenia da raça brasileira.

Palavras-chave: Teorias raciais. Identidade nacional. Intelectuais. Eugenia.

## Résumé

SANTOS, Raquel Pinheiro dos. “Manoel Bomfim e Juliano Moreira: approches et lutte contre le racisme scientifique dans la Première République”. 2014. 146f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

Cette mémoire analyse les productions de Manoel Bomfim (1868-1932) et Juliano Moreira (1873-1933) sur la question de la race et de la métissage, dans les premières décennies de la période républicaine brésilienne. Les articles et ouvrages consultés varient entre les années 1905 et 1931. D'après les oeuvres de ces auteurs, notre objectif est de comprendre, dans une perspective comparative, la relation entre les *trois races formant de la nationalité brésilienne* et le rapport entre la métissage intense et le “progrès” de la vie sociale, politique et économique du pays. L'analyse donne un aperçu des lignes théoriques de Facultés de Médecine de Bahia et du Rio de Janeiro pour leur importance en tant que centres diffuseurs de connaissances médicales institutionnalisées dans le pays, qui sont liés à des auteurs qui constituent l'objet de la recherche. De même, ce travail considère aussi des productions récentes sur le concept d' *intellectuelle* – des hommes instruits qui ont agi publiquement entre la fin du XIXe et le début du XXe siècle – et la lecture et l'application proposée des théories raciales au Brésil dans ce groupe, ainsi que ses discours sur l'identité nationale et l'immigration étrangère, selon le concept de l'eugénisme.

Mots-clés: Théories raciales. Identité nationale. Intellectuels. Eugénisme.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. Pensamentos e trajetórias congruentes .....</b>	<b>21</b>
1.1 Cenário .....	21
1.2 Faculdades de Medicina.....	22
1.2.1 A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.....	25
1.2.2 A Faculdade de Medicina da Bahia.....	28
1.3 Manoel Bomfim.....	31
1.4 Juliano Moreira.....	46
<b>2. Raça, miscigenação e <i>tipo nacional</i>: as perspectivas de um debate .....</b>	<b>60</b>
2.1 Debates sobre a mestiçagem e o futuro do país.....	67
2.2 O branqueamento através da imigração.....	74
2.3 A mudança de paradigma: não mais a raça – a doença como foco .....	88
<b>3. Conclusões divergentes.....</b>	<b>96</b>
3.1 <i>Atraso</i> brasileiro: entre “parasitismo social”, intoxicações e “vícios sociais”.....	98
3.2 Compreensões e propostas para a imigração.....	111
3.3 A eugenia como via para o progresso.....	122
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>139</b>





## INTRODUÇÃO

O final do século XIX e o início do XX, no Brasil marcam um momento de retomada da afirmação da identidade nacional e de produção de teorias acerca da sociedade que se formava e passava a ser reconhecida como constituída pela contribuição de índios, europeus, africanos, asiáticos e seus descendentes – “puros” ou miscigenados.

Este foi um momento, também, de contrastes, pois a evolução científica e tecnológica que se fazia sentir de maneira intensa nas cidades, especialmente no ocidente, através da luz elétrica, telefone, locomotivas, aviação, além de gerar medo na população, dada a grandeza destes avanços, convivia com práticas há pouco abandonadas, como a escravidão.<sup>1</sup>

Angela da Costa e Lilia Schwarcz<sup>2</sup> definem finais de séculos, especialmente o do século XIX para o XX, que ainda é tido como carente de contribuições políticas, sociais e econômicas, como momentos “bons para pensar”, pois “esse é o momento de apostar”. Apostar em novas teorias sociais, políticas e em novas tecnologias.

Nesse ambiente de contradições, portanto, um dos temas marcados por forte ambiguidade foi a questão racial. Para Thomas Skidmore, a teoria do branqueamento foi desenvolvida e aceita por parte das elites intelectuais e políticas brasileiras a partir de finais do século XIX até o primeiro quartel do século XX. Já Lilia Schwarcz,<sup>3</sup> por sua vez, afirma que o que ocorreu foi uma combinação de diferentes teorias raciais e sociais, de forma que uma “saída original” para o *caso brasileiro* terminou por ser formulada.

De acordo com Skidmore,<sup>4</sup> a teoria do branqueamento teria sido exclusivamente brasileira, embora desenvolvida a partir de pesquisas conduzidas por cientistas europeus e norte-americanos que defendiam a superioridade inata da raça branca, associados ao darwinismo social, sendo encorajada por visitantes estrangeiros, como Pierre Denis, em 1909, e o ex-presidente estadunidense, Theodore Roosevelt, que esteve no país entre 1913 e 1914. Deste último, publicou-se na ocasião, no *Correio da Manhã*, um artigo que defendia de forma entusiástica o "*desaparecimento da questão negra pelo desaparecimento do próprio negro, gradualmente absorvido pela raça branca.*"<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das incertezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 11.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>4</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>5</sup> Ibid. p. 85.

Já Lilia Schwarcz <sup>6</sup> afirma que autores que classificam as teorias raciais deste momento como “pré-científicas” ou “mera repetição” do que vinha sendo divulgado na Europa acabam incorrendo em um reducionismo por não levarem em consideração as atuações dos próprios intelectuais e políticos brasileiros. A autora defende ao longo de seu livro que os conceitos de que se utilizaram eram ressignificados, tornando-se importante compreender como o argumento racial foi pensado neste momento, quando notamos um complicado jogo de interesses em torno de um projeto político para a nova república.

Partindo do pressuposto de originalidade, que descarta se necessário, atualiza e não usa ingenuamente os modelos europeu e estadunidense, podemos verificar um paradoxo: de um lado a tentativa de justificar cientificamente as hierarquias raciais e, de outro, o elogio à mestiçagem. E neste aparente paradoxo podemos encontrar a “saída original encontrada por esses homens de ciências” brasileiros, <sup>7</sup> baseada nas diversas correntes científicas da época.

Da primeira corrente retirou-se a ideia de diferença entre as raças e sua natural hierarquia (sem problematizar as críticas quanto à miscigenação) e, da segunda, a noção de que as raças humanas estariam em constante aprimoramento e aperfeiçoamento, afastando-se a concepção de que a humanidade era una. De acordo com Scharwcz, visava-se, dessa forma, “em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso.” <sup>8</sup>

E por que a preocupação dos intelectuais em adaptar tais teorias ao caso nacional?

O paradigma de modernidade e civilização urbana avançava sobre a capital da recém-inaugurada República, no intuito de construir uma imagem de cidade moderna, racional, desenvolvida, organizada – à semelhança de grandes centros como Paris (capital da cultura e da política), Londres (capital da economia), Viena e Berlim (capitais da filosofia), como assinalado por Pechman. <sup>9</sup> Neste período, o governo republicano pretendeu também adequar as capitais regionais aos padrões europeus de modernidade, especialmente o parisiense, e apagar, tanto quanto possível, as lembranças visíveis de um passado rural e escravocrata.

---

<sup>6</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>7</sup> Ibid. p. 18.

<sup>8</sup> Ibid. p. 18.

<sup>9</sup> PECHMAN, Robert Moses. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio de Janeiro na formação da modernidade. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marcos Aurélio A. de Figueiredo. (orgs.). *Cidade e História*. Salvador: UFBA, ANPUR, 1992.

Nas rodas letradas e da burguesia urbana, de maneira geral, o que se queria era agir, conversar e mesmo pensar as questões nacionais à moda europeia – muito embora isto não significasse uma cópia irrestrita –, apagando o passado africano ao mesmo tempo em que se imputava a culpa do “atraso” econômico, social e político do país à “impureza racial”, à miscigenação do elemento branco com o negro e o índio. A partir das últimas décadas do século XIX, o país passa a ser visto como uma incógnita, já que era local de forte mestiçagem.<sup>10</sup> Logo, seu futuro como civilização moderna poderia estar ameaçado.

Autores como Sílvio Romero, notável polemista da época, procuraram então uma maneira original de interpretar e aplicar tais teorias para o caso nacional: a proposta de branqueamento da população brasileira, mestiça. Ainda que considerasse o mestiço uma “sub-raça”, Romero entendia que o país poderia ser “salvo” de um futuro mulato, desde que aumentasse a quantidade de sangue branco em seus cruzamentos, embranquecendo a população. Ou seja, a mestiçagem, ainda que não fosse a *melhor* saída, poderia auxiliar o país em sua “regeneração” social.<sup>11</sup>

As ambiguidades e hesitações acerca da mestiçagem e do papel do negro na sociedade brasileira foram descritas de maneiras diferentes por pesquisadores como Skidmore,<sup>12</sup> Lilia Schwarcz,<sup>13</sup> Carolina Dantas<sup>14</sup> e Karoline Carula.<sup>15</sup> Para o primeiro, as teorias europeias foram utilizadas por Romero como uma solução pessimista para o “problema” por ele encontrado. Para as últimas, foi uma dentre as diferentes possibilidades positivas de resgatar nossa principal característica identitária – a mistura racial e cultural.

Para parte dos intelectuais brasileiros, a ciência era a chave explicativa para a construção da identidade nacional – e uma parcela destes afirmava que países de clima

---

<sup>10</sup> DANTAS, Carolina Vianna. A cor na política: a eleição de Monteiro Lopes para a Câmara dos Deputados em 1909. In: *Pesquisa na Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, pp. 9-27.

<sup>11</sup> MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 91.

<sup>12</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 52.

<sup>13</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>14</sup> DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil café com leite: Mestiçagem e identidade nacional em periódicos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

<sup>15</sup> CARULA, Karoline. Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). 2012. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, pp. 66-190.

tropical e com grande “estoque” de raças “inferiores” e “primitivas” estariam fadados à improdutividade e à inferioridade.<sup>16</sup>

Para superar este diagnóstico e civilizar o país, a miscigenação (com objetivos de branqueamento) se tornou tema constante nos debates nacionalistas: seria esta a base para a “futura raça histórica brasileira”,<sup>17</sup> ou seja, o “tipo nacional” brasileiro, advindo de uma intensa imigração branca.

E, para atrair população branca, empreendeu-se a boa propaganda do Brasil no exterior. O desejo de atrair europeus para as regiões tropicais passava pela necessidade de apresentar uma imagem de país “civilizado” e “desenvolvido”, ou seja, com sistema de transportes, comunicações, construções modernas, no qual se realizava a erradicação de doenças como a febre amarela.

Uma das medidas efetivas foi a atração pré-selecionada de mão de obra imigrante de países como Portugal, Espanha, Itália e Alemanha, não sendo os “amarelos” bem-vindos, pois representariam uma ameaça à unidade nacional, não se demonstrando “assimiláveis”, ou pelo “aspecto físico pouco atraente”.<sup>18</sup>

A teoria do branqueamento não esteve, entretanto, livre de disputas no meio intelectual brasileiro. Aceitar isto como verdade seria reduzir a compreensão acerca da Primeira República como momento de triunfo de apenas uma corrente de pensamento quando, na verdade, notavam-se muitas e tênues divergências sobre o tema. Assim como na política não existiu apenas a fraude<sup>19</sup> e a valorização da cultura popular não foi somente obra dos governos de Getúlio Vargas,<sup>20</sup> não houve uma única maneira de interpretar a mestiçagem e o papel do negro na população brasileira.

Atualmente, cada vez mais pesquisadores apresentam análises de trajetórias de figuras que se destacaram neste debate, ainda no início do período republicano. Nomes como os de Manoel Bomfim (1868-1932), Juliano Moreira (1873-1932), Alberto Torres (1865-1917) e Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), entre outros, são assinalados como

---

<sup>16</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, pp. 23-40.

<sup>17</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 43.

<sup>18</sup> FARIA, João de. *apud* RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.

<sup>19</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>20</sup> GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo*, Niterói, n. 26, pp. 11-24, jun./ 2009.

críticos do determinismo racial e geográfico estrito.<sup>21</sup> Além destes, outros intelectuais oscilaram com “colocações ambivalentes”<sup>22</sup> sobre o assunto, como Olavo Bilac (1865-1918).

Bilac não culpava o negro, ex-escravo ou descendente, pela posição desfavorável do Brasil no panorama mundial, antes deslocava o foco da discussão para outro ponto: a celebração da “mistura das raças” e da “harmonia”<sup>23</sup> que entre elas teria se estabelecido no país – em oposição ao racismo manifestamente violento dos Estados Unidos.

Este intelectual fazia parte de um grupo que exaltava a miscigenação e a integração do negro na cultura e sociedade brasileira, propondo que esta assumisse sua herança africana, mesmo que isso ainda fosse motivo de certo constrangimento. Outro traço de Bilac, de acordo Carolina Dantas,<sup>24</sup> era que, para ele, existia no Brasil uma harmonia entre as três raças formadoras da identidade nacional (negra, branca e indígena), sendo a mestiçagem não a solução para o “desaparecimento” do elemento negro, e sim uma característica positiva e original. Por fim, Bilac culpava a crescente americanização do Brasil por trazer o preconceito de cor, anteriormente inexistente.<sup>25</sup>

Os intelectuais escolhidos como objeto para o desenvolvimento desta dissertação são Manoel Bomfim e Juliano Moreira. Seus textos, especificamente aqueles nos quais tomaram a questão racial como ponto de partida para a definição de uma identidade nacional brasileira, ou nos quais esta foi discutida em relação às razões do “atraso brasileiro”, foram lidos de maneira comparativa, com a finalidade de apontar similaridades e diferenças entre suas interpretações e propostas de ação.

Para Manoel Bomfim, médico de formação, não existia a exaltação da “feliz mistura das três raças”. Segundo Dantas,<sup>26</sup> Bomfim foi um crítico severo do determinismo racial, antes relacionando o atraso econômico e político e a “degeneração” do Brasil à colonização ibérica, “predatória” e “parasitária”, e à ausência, no país, de instrução popular e gratuita. Como assinalado por Rebeca Gontijo, seus textos e

---

<sup>21</sup> DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. *Revista Tempo*, Niterói, nº 26, pp. 67-90, jun./ 2009; SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>22</sup> DANTAS, Carolina Vianna, op. cit.

<sup>23</sup> Ibid.

<sup>24</sup> Id. *O Brasil café com leite: Mestiçagem e identidade nacional em periódicos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

<sup>25</sup> Id. op. cit.

<sup>26</sup> Id. op. cit.

intervenções na política institucional na capital da república voltaram-se ao melhoramento da educação, ao cientificismo e ao civismo.<sup>27</sup>

Para tanto, Bomfim atacou aqueles que, em sua época, afirmavam que o atraso da América Latina seria efeito direto da inferioridade da raça negra ou do índio. Fazendo uso da linguagem da Biologia, defendeu que o comportamento reacionário e atávico dos setores dominantes no presente – inclusive a aceitação e a propagação dos postulados de cientistas europeus acerca da população latina, feitos sem observação *in loco* –, seriam os principais responsáveis pela ausência de progresso social, econômico e político nessa região. O problema, portanto, não estava na “degeneração” da *raça latina*, miscigenada, e sim dos maus elementos herdados de uma colonização “aventureira”, sem intenções de se estabelecer nas novas terras conquistadas dos índios.<sup>28</sup>

O escritor sergipano, como seus interlocutores, baseou suas críticas em referenciais europeus, fornecidos por autores como Waitz, Martin de Moussy e Quatefages, que afirmavam, resumidamente, serem os povos mestiços iguais aos de raça “superior” em questão de inteligência. Bomfim, então, fazendo uso destas ideias, desenvolveu as especificidades de sua obra: a mestiçagem teria desenvolvido boas qualidades, aptidões, qualidades morais.<sup>29</sup> Desta forma, deixava evidente seu compromisso com a ciência, que ele considerava “como um pressuposto legítimo e necessário para a apreensão da realidade” e como responsável por “explicar a origem dos males sociais e, ao mesmo tempo, propor soluções”.<sup>30</sup>

A instrução popular tornou-se, então, tema importante em *A América Latina: males de origem* e em *O Brasil nação*: o papel da educação era o de fazer o brasileiro conhecer e se apropriar de sua identidade nacional. O progresso e a mudança não dependeriam, portanto, de *branquear* o brasileiro ou eliminar o elemento negro e indígena de sua constituição racial, mas de se conscientizar os cidadãos acerca das tradições e história nacional. Isto estimularia nele o sentimento solidário de defesa de interesses mais gerais, e não apenas de seus interesses particulares. Bomfim apregoava a educação popular das massas: “Deem-lhes interesses superiores, e dali nascerão

---

<sup>27</sup> GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da História" na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 129-154, jul./ 2003.

<sup>28</sup> Essas ideias podem ser encontradas em BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], pp. 41-46.

<sup>29</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], pp. 290-291.

<sup>30</sup> GONTIJO, Rebeca. op. cit., p. 130.

sociedades estimáveis. Fortes e vigorosos como são, eles saberão aproveitar ultimamente as energias e resistências que possuem.”<sup>31</sup>

Já Juliano Moreira (1873-1933), psiquiatra e higienista baiano, associou-se à corrente fortalecida com a difusão da ideia de que o Brasil era sobretudo um país “doente”, marcado por epidemias como as de tuberculose, febre amarela, varíola, malária e beribéri, a qual atribuía aos profissionais da medicina um papel de destaque, em sua prevenção e erradicação, consideradas como essenciais à promoção do verdadeiro progresso.

De acordo com Schwarcz,<sup>32</sup> médicos baianos que atuaram em fins do século XIX haviam estabelecido uma relação tênue entre as raças e as moléstias e o crime, muitas vezes tidas como sinais da “degeneração mestiça”, dos quais uma das vozes de destaque foi Nina Rodrigues.

Considerado precursor da ciência psiquiátrica no país, Juliano Moreira refutava a acusação feita ao brasileiro de “raça fraca”. Acusava, em lugar daquele argumento, as más condições físicas, morais e sociais como fatores responsáveis pela degeneração do brasileiro, apontando a melhoria do sistema educacional, uma melhor higiene mental e a moralização das massas como as medidas adequadas à sua profilaxia e melhoramento.

Ao ser aprovado no concurso para professor da Faculdade de Medicina da Bahia, em maio de 1896, Moreira, ele mesmo mestiço, em discurso bastante conhecido, dirigia-se “a quem se arreceie de que a pigmentação seja nuvem capaz de marear o brilho desta faculdade (...)”.<sup>33</sup>

Valorizando a ascensão pelo mérito e a abnegação ao trabalho, Juliano Moreira apresentava-se no debate bastante próximo dos que creditavam à educação a redenção da população mestiça e “ignorante” que vivia no país. Era necessário cuidar da “raça brasileira”, livrá-la das doenças mentais, dos vícios e das “degenerações” morais.<sup>34</sup>

Tal como outros médicos higienistas, preconizou medidas como a moralização dos hábitos dos brasileiros, o melhoramento da alimentação e o acesso a saneamento básico, a vacinação e condenação da “perversão sexual”.<sup>35</sup> Para estes objetivos, deu destaque às campanhas contra doenças venéreas, especialmente a sífilis, e o abuso de bebidas alcoólicas e “outros inebriantes”. Diferentemente de alguns de seus pares, no

<sup>31</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905]p. 294.

<sup>32</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 207.

<sup>33</sup> PASSOS, Alexandre. *Juliano Moreira: vida e obra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975, p. 16.

<sup>34</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 98.

<sup>35</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. . op. cit., pp. 226-227.



entanto, Moreira não se manifestou contrariamente à procriação de pessoas que apresentassem “distúrbios”, “anormalidades” ou outros “fatores deseugênicos”.<sup>36</sup>

Sobretudo, para Moreira, as doenças mentais não podiam ser associadas à “degeneração” provinda da mestiçagem ou a fatores como o clima tropical e o percentual de sangue negro na população. Em seu entendimento, aquelas provinham da ignorância, das más condições higiênicas, sanitárias e educacionais e dos “pervertidos” padrões morais, que haviam levado a população ao alcoolismo, ao tabaco e à sífilis. De todo modo, segundo William de Oliveira,<sup>37</sup> a solução oferecida seria evitar tais contatos “perigosos”, investindo na profilaxia para “higienizar os povos”.

O estudo do período da Primeira República vem sofrendo revisitações por parte de historiadores como Martha Abreu e Angela de Castro Gomes,<sup>38</sup> cujas críticas recaem sobre a nomeação mais comum do período histórico, popularizada no meio acadêmico, no ensino escolar e sociedade como “República Velha”. O uso do adjetivo nos remete à ideia de um período que traria consigo formas de agir, pensar e atuar “deficientes”, “falhas” e “ultrapassadas”. Dessa forma, as representações políticas e a participação na construção da nação, tanto na esfera do trabalho quanto na cultura popular, da República nomeada como “Velha”, teriam sido suplantadas pelo “Estado Novo” de Getúlio Vargas.

Entretanto, como assinalado pelas autoras, o período que se estende de 1889 a 1930 não ficou isento de ricas e intensas participações políticas e manifestações culturais, populares e eruditas, bem como de sua valorização. Segundo Carolina Dantas e Martha Abreu<sup>39</sup>, por exemplo, as contribuições nas esferas da música popular e do folclore, no período até 1920, foram também capazes de criar e amadurecer o sentimento nacional, tendo intelectuais e a imprensa do período investido na cultura mestiça e na identificação das “legítimas” expressões culturais brasileiras, promovendo a sua hierarquização.

Por meio da imprensa interessada na discussão e na formação de um sentimento nacional, como a Editora Garnier e a revista *Kosmos*, Abreu e Dantas demonstram que em 1905, por exemplo, Mello Moraes Filho já procurava estabelecer a identidade

---

<sup>36</sup> MOREIRA, Juliano. A luta contra as degenerações nervosas e mentais. *Brasil Médico*. Rio de Janeiro, Ano 36, c. II, 1922, p. 225.

<sup>37</sup> OLIVEIRA, William Vaz de. *A Assistência a alienados na capital federal da Primeira República: discursos e práticas entre rupturas e continuidades*. 2013. 299 pp. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, pp. 225 – 276.

<sup>38</sup> GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo*, Niterói, n. 26, pp. 11-24, jun./ 2009.

<sup>39</sup> ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920, In: José Murilo de Carvalho (org.), *Nação e Cidadania no Império: Novos horizontes*, Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.

nacional e mestiça através da música popular.<sup>40</sup> Reconhecendo a influência do negro, esse intelectual apontava que a mistura do português com o africano teria originando uma “música democrática”. Também Olavo Bilac, já referido, igualmente apontou a criatividade e a originalidade do samba e do maxixe, em oposição aos “bailes em Botafogo”.<sup>41</sup>

Outros, porém, fizeram coro às correntes hegemônicas do racismo científico e da teoria do branqueamento também no âmbito cultural. Brito Mendes, por exemplo, acreditava que a “mestiçagem musical”, ao apagar traços africanos, traria consigo um futuro mais promissor para a cultura nacional.<sup>42</sup>

Segundo Carolina Dantas,<sup>43</sup> a noção de intelectual, referida ao Brasil da Primeira República, deve ser pensada considerando-se estes homens como produtores de bens simbólicos, comprometidos com projetos de intervenção na sociedade. Isto poderia se dar por diferentes maneiras, pois seus campos de saber eram fluidos: escreviam na imprensa sobre assuntos diversos (literatura, música, teatro), ou seja, o intelectual da época era “um doublé de teórico da cultura e de produtor de arte, inaugurando formas de expressão e refletindo sobre as funções e desdobramentos sociais que tais formas guardariam”.<sup>44</sup>

A mesma autora percebe ainda que estes intelectuais guardavam algumas características em comum.<sup>45</sup> Muitos eram originários do nordeste do país, desenvolvendo boa parte de sua atuação profissional no Rio de Janeiro, com atenção especial para a imprensa. Econômica e politicamente, não pertenciam à chamada “alta aristocracia”, pois, em geral, além de serem filhos de profissionais liberais, comerciantes, pequenos ou grandes proprietários em decadência, mantinham ocupação em cargos nos médios e baixos escalões da burocracia estatal.

Segundo Lilia Schwarcz,<sup>46</sup> em geral os intelectuais atuantes em fins do século XIX haviam frequentado alguma instituição de ensino superior, seja na Bahia, São Paulo, Recife ou Rio de Janeiro, nos cursos de medicina, engenharia e direito. Ainda que alguns não tenham se diplomado, tais espaços foram para eles de fundamental importância, tendo em vista suas redes de sociabilidade – através, por exemplo, de

<sup>40</sup> ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920, In: José Murilo de Carvalho (org.), *Nação e Cidadania no Império: Novos horizontes*, Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> Ibid.

<sup>43</sup> DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. *Revista Tempo*, Niterói, n° 26, pp. 67-90, jun./ 2009.

<sup>44</sup> GOMES, Angela de Castro, *apud* Ibid. p. 75.

<sup>45</sup> Ibid.

<sup>46</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

periódicos e da possibilidade de ampliação do círculo social que, como afirma Robert Pechman,<sup>47</sup> era algo de vital importância na capital da República.

No Rio de Janeiro, onde a elite letrada desejava destruir os ares do antigo império, esconder suas mazelas e feridas, fazendo emergir certo cosmopolitismo, ostentação e boemia,<sup>48</sup> Mônica Velloso aponta os principais locais de encontro destes “homens de letras”: cafés, confeitarias e livrarias. Aí podiam travar relações de amizade, profissionais e intelectuais. A estes ambientes de criação a autora denomina “*microsociedade* da intelectualidade”, ou seja, locais de sociabilidade e organização do grupo.<sup>49</sup>

Manoel Bomfim e Juliano Moreira viveram e atuaram no cenário acima descrito. Desde a origem nordestina à vida em cafés na Rua do Ouvidor, com amigos de vida e de profissão, como no caso do primeiro, ou dedicando-se à edição de periódicos especializados onde pudessem ser divulgadas as recentes pesquisas nacionais e internacionais, como percebido em Moreira. Embora este último tenha sido um intelectual menos “fluido”, no sentido dado acima, de produção acadêmica e de divulgação nas diferentes áreas, pois muito dedicado ao fortalecimento da ciência psiquiátrica no país, foi também dedicado à busca por apontar caminhos para a questão da identidade nacional.

Minha pesquisa visa a contribuir para ampliação do debate historiográfico em torno da história dos intelectuais na Primeira República, que vem permanentemente sendo revisitada e ampliada, sobretudo naquilo que se refere à sua produção acerca da mestiçagem e do preconceito racial, bem como às propostas de solução para o problema do “atraso brasileiro”.

Para tanto, tendo sido Manoel Bomfim e Juliano Moreira vozes críticas ao racismo científico de sua época, colocaram-se as seguintes perguntas: existem pontos de contato e distanciamento entre os modelos explicativos propostos por ambos os autores, médicos por formação? Como Bomfim e Moreira selecionaram e reinterpretaram os temas e conceitos acessíveis em sua época, para compreender a sociedade brasileira e propor soluções para os problemas por eles identificados?

---

<sup>47</sup> PECHMAN, Robert Moses. O mel e o fel da cidade. Lendo folhetins e romances em busca de alguma moral urbana. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 43-44, n. 23, pp. 71-78, 2003.

<sup>48</sup> *Ibid.*

<sup>49</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 42-47.

Para a análise proposta, foram selecionados os seguintes textos dos dois autores, editados entre os anos de 1905 e 1931: dois livros de Bomfim, *A América Latina: males de origem* (1905) e *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (1931), e seis textos de Moreira, “*Les maladies mentales dans les climats tropicaux*”, escrito em parceria com Afrânio Peixoto (1906), “Querelantes e pseudo-querelantes” (1908), “A luta contra as degenerações nervosas e mentais” (1922), “A seleção individual de imigrantes no programa de higiene mental” (1925), e dois artigos escritos pelo psiquiatra baiano e publicados no livro *Impressões de uma viagem ao Japão em 1928*, organizado por sua viúva, Augusta Moreira, no ano de 1935: “Impressões do Japão” e “Convém ao Brasil a imigração japonesa?”.

Com relação a Juliano Moreira, foram trabalhados também alguns textos secundários, escritos pela própria Augusta. Esse recurso se fez necessário diante da escassez de fontes primárias sobre o tema da miscigenação na obra do psiquiatra baiano. Trata-se, além disso, de documentos que demonstram fidelidade às ideias mais comumente exploradas em sua obra.

A opção pelas fontes acima enumeradas deve-se às possibilidades nelas percebidas de abranger o tema da mestiçagem como fator identitário do brasileiro e a busca por soluções para o “atraso” social e econômico do país, especialmente no que diz respeito às populações negra, mestiça e indígena.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, “Pensamentos e trajetórias congruentes”, são traçadas as trajetórias acadêmico-profissionais de Juliano Moreira e Manoel Bomfim, a partir de dados coletados em livros, dissertações e artigos, a fim de compreender suas apropriações acerca do tema da identidade nacional. Também são identificadas as correntes intelectuais hegemônicas nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Os objetivos deste capítulo são: entender que, apesar de certa homogeneidade, o clima intelectual daquele período permitia o desenvolvimento de teses divergentes, caminhos que não defendessem o racismo (não só com relação ao negro) como única alternativa ao sucesso do país.

O segundo, “Raça, miscigenação e *tipo nacional*: as perspectivas de um debate”, visa apresentar um panorama historiográfico das obras escritas sobre os temas da mestiçagem e racismo científico, suas correntes dominantes na época (monogenismo e poligenismo), imigração e depuração do “tipo nacional” no Brasil. O terceiro, “Conclusões divergentes”, tem como objetivos comparar o movimento de aproximação e/ ou afastamento entre Bomfim e Moreira em suas críticas aos postulados gerais e

hegemônicos de sua geração e em suas soluções para o “atraso” brasileiro, a partir de suas produções entre os anos de 1905 e 1931. Na Conclusão pretendo apontar como ambos estavam em consonância com as teorias e discussões propostas em seu próprio tempo, ainda que apresentassem interpretações que divergissem daquelas de seus pares.

## 1. PENSAMENTOS E TRAJETÓRIAS CONGRUENTES

### 1.1 Cenário

Neste capítulo serão apresentadas as trajetórias intelectuais de Manoel Bomfim e Juliano Moreira. A análise tem como objetivo a compreensão das teses destes intelectuais, críticos ao que era mais comumente divulgado sobre o “progresso” e o “atraso” do Brasil e do brasileiro, tendo por referência os aspectos relacionados à sua formação educacional/ acadêmica e atuação profissional, bem como a relevância de suas ideias para os estudos históricos.

A década de 1870 foi um período de efervescência intelectual no Império, marcado pela disseminação de novas ideias políticas e sociais, o que irá dar respaldo a um maior engajamento da juventude civil e militar nas décadas seguintes, segundo Maria Tereza Chaves de Mello.<sup>50</sup> A “geração de 1870”, como ficou conhecida a elite política e intelectual de fins do século XIX, comungava, conforme assinalado por Angela Alonso,<sup>51</sup> de uma insatisfação com a monarquia, de propostas de reformas e de um “sentimento de marginalização” com relação ao regime.

A partir da apropriação e ressignificação das correntes de pensamento europeias como o liberalismo, o darwinismo social, o spencerianismo, o positivismo, o realismo e o materialismo, seus integrantes passam a questionar cada vez de maneira mais aberta e diretamente o *status quo* no qual viviam. A monarquia e suas instituições passaram a ser consideradas por parte desse grupo como sinônimo de freio ao progresso.

Essa “elite ilustrada”, além da crítica ao *status quo* imperial, se engajou nas lutas políticas que promoveram reformas em prol ora do republicanismo, ora do reformismo em bases liberais, da valorização do mérito e da abolição da escravidão. Como descrito no estudo de Maria Tereza Chaves de Mello, comícios e *meetings* eram organizados constantemente nas ruas e praças da capital do Império, com participação de populares, alguns “radicais”, havendo, por vezes, enfrentamento policial.<sup>52</sup>

Importante para a veiculação e a divulgação das novas ideias de reforma política, republicanas e abolicionistas, foi a imprensa: numerosos jornais foram fundados no período, alguns deles ligados ao Partido Republicano.

Como grande parcela dos habitantes da capital do império era analfabeta, e mesmo por conta de um hábito da leitura compartilhada, era comum a socialização das

<sup>50</sup> MELLO, Maria Thereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007, p. 38.

<sup>51</sup> ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, pp. 35-55, out./ 2000.

<sup>52</sup> MELLO, Maria Thereza Chaves de. op. cit., pp. 19-91.

notícias através de leituras nos cafés e nas ruas do centro da cidade. O discurso, assim, adquiria uma amplitude cada vez maior,<sup>53</sup> além desses espaços servirem de ponto de encontro para os homens de letras, auxiliando na formação e afirmação de suas redes de sociabilidade.

Os autores estudados neste trabalho nasceram e foram educados em meio a esta onda de “novidades”, sendo dela tributários, como outros médicos, engenheiros, jornalistas, poetas, escritores e advogados cuja formação foi fortemente marcada pelo reformismo da geração de 1870.

Algo que se tornou importante no momento foi a diversidade de correntes científicas, como acima apontado, e a importância atribuída a elas nas últimas décadas do século XIX. Como afirma Simone Kropf,<sup>54</sup> este momento marcou importantes alterações na sociedade brasileira de então, correspondendo a uma complexificação, sob diferentes aspectos. A propaganda abolicionista e republicana foi seu ponto alto, condenando a “fossilização do Império”. Ao desejarem modernizar e civilizar a nação, estes intelectuais consideravam-se porta-vozes e responsáveis por concretizar o progresso que estaria por vir.

Para eles, o saber intelectual e o conhecimento científico eram imprescindíveis à condução da nação. Desejavam compreender e reformar a sociedade através das correntes científicas disseminadas e discutidas nas Faculdades de Direito, Engenharia e Medicina da época.

Estas últimas serão aqui abordadas em suas linhas gerais, tendo em vista sua importância para o entendimento das opções teóricas e de ação de Manoel Bomfim e Juliano Moreira, aqui abordados, e por terem se constituído como locais de construção de redes e espaços de sociabilidade onde os intelectuais puderam debater as correntes científicas e produzir conhecimento. Importantes centros de formação profissional e intelectual, nestas faculdades estudantes e professores fizeram amizades e contatos políticos e profissionais que perdurariam ao longo de suas trajetórias.

## 1.2 Faculdades de Medicina

---

<sup>53</sup> MELLO, Maria Thereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007, p. 55.

<sup>54</sup> KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. III, n. 1, pp. 80-98, mar.-jun./ 1996.

A importância das faculdades de Medicina como centros de divulgação científica foi abordada na pesquisa de Lilia Schwarcz,<sup>55</sup> que, traçando um panorama da especialidade no Brasil, apontou os diferentes temas e problemas nelas priorizados, no período de 1870 a 1930: até os anos 1880, as doenças infectocontagiosas que grassavam entre a população urbana foram o alvo prioritário das pesquisas; nos anos 1890, os estudos se voltaram para a medicina legal, com a especialização do perito (profissional que explica a criminalidade e determina a condição do indivíduo no campo da psiquiatria). Já na década de 1920, seria a vez da eugenia e do médico “eugenista”, que seleciona e separa a população em grupos de *sãos* e de *doentes*.

Segundo Flávio Edler, até 1832, ano de aprovação de legislação que organizava o ensino nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, esta formação era oferecida na “Escola Cirúrgica” (1808-1813) e nas Academias médicocirúrgicas (1813-1832). O mesmo decreto instituiu os cursos de partos e de farmácia.<sup>56</sup> A partir da década de 1860, essas instituições médicas passaram a apresentar linhas teóricas e práticas diferenciadas, rivalizando em objetos de estudo e no fornecimento de “explicações” para a sociedade brasileira – ponto relevante neste trabalho, como veremos adiante, uma vez que Manoel Bomfim e Juliano Moreira estudaram na Faculdade da Bahia, embora o primeiro tenha recebido seu diploma pela congênere carioca.

Nos primeiros anos de sua organização como Faculdades, ambas as instituições funcionaram com infraestrutura física e docente precárias, reclamando melhorias e passando a receber mais investimentos no espaço físico e preparo acadêmico para seus professores, por parte do governo. Já terceiro quartel do século XIX, visando consolidar cada vez mais sua prática e divulgar pesquisas (nacionais e estrangeiras), seus acadêmicos organizam periódicos especializados. O grupo que passou a publicar, em 1865, a *Gazeta Medica da Bahia*, é comumente citado como “Escola Tropicalista Baiana” na historiografia, sendo tido como marco da história da medicina no Brasil<sup>57</sup>.

Através desse e outros periódicos médicos, podemos perceber a tentativa de criação de um novo consenso interno e externo: em oposição a uma tradição clínica e higienista, que queria acumular as experiências da coletividade médica local como meio de construir conhecimento, a partir das últimas três décadas do século XX começa-se a

---

<sup>55</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>56</sup> EDLER, Flávio Coelho. *A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011, pp. 137-138.

<sup>57</sup> O periódico vinculado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, *Brazil Medico*, será organizado em 1887.



investir na especialização, isto é, na separação das disciplinas que constituíam o estudo na área médica.<sup>58</sup>

Flávio Edler, entretanto, critica a ideia de que houve uma mudança generalizada a partir do último quartel do século XIX, e mais especificamente quanto ao grupo reunido em torno da *Gazeta Medica da Bahia*.<sup>59</sup> Esta “Escola” supunha e divulgava que a medicina feita anteriormente (quando dos períodos colonial e imperial) não tinha fundamentação nem critérios científicos, sendo herdeira de práticas e métodos múltiplos. Em sua concepção, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829-1835) e, posteriormente, a Academia Imperial de Medicina teriam sido marcadas por práticas “casuísticas” e “pré-científicas”.

Para médicos e pesquisadores atuantes na Bahia, especialmente fortalecidos com o aparecimento de sociedades e periódicos médicos vinculados à Faculdade de Medicina desta província, a partir da década de 1860 sua forma de investigar doenças típicas dos trópicos fazia uso dos avanços da medicina européia (estatística médica, instrumentos clínicos baseados na medição e na fisiologia aplicada e a química, para análise dos fluidos corporais).<sup>60</sup> Desta forma, consideraram estar desbancando o “passado médico nacional”,<sup>61</sup> que pode ser entendido como os estudos formulados pela Academia Imperial de Medicina, até aquele momento. Era necessário, para estes acadêmicos, produzir um saber médico sobre a nosologia brasileira que fosse original e baseado em métodos laboratoriais, aperfeiçoando antigas (e “rudimentares”) formas de fazer medicina. A intuição médica deveria ser complementada com a pesquisa laboratorial, aumentando sua “precisão científica”.<sup>62</sup>

No entanto, é importante assinalar que Flávio Edler, citando a ata de fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, destaca a preocupação de seus criadores em propagar a “ilustração”, o “progresso” e as “ciências médicas”, além da busca pela formação de um conhecimento sobre a patologia brasileira – rejeitando a prática colonial e relatos de viajantes naturalistas.<sup>63</sup> Portanto, já esta Sociedade, por volta dos

---

<sup>58</sup> EDLER, Flávio Coelho. *A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011, pp. 194-199; SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, pp.136-137.

<sup>59</sup> Id. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, pp. 357-385, maio-ago./ 2002.

<sup>60</sup> Id, op. cit., pp. 134-135.

<sup>61</sup> Ibid. p. 224.

<sup>62</sup> SILVA, Renata Prudencio da. *Ciências versus Letras no Brasil Republicano: ciência e nação em Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: PPGHCS-COC-Fiocruz: Doutorado 2010, 9pp., 2010, digitado, p. 6.

<sup>63</sup> EDLER, Flávio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, pp. 357-385, maio-ago./ 2002, p. 363.

anos 1830, incentivava e divulgava, através de periódicos, as pesquisas feitas localmente com a intenção de melhorar a imagem do Império frente ao mundo “civilizado” da época, além de criticar aqueles que desejavam aplicar manuais europeus à risca no Brasil.

Apesar de não apresentarem uma ruptura, portanto, com o *modus operandi* aplicado até então, os médicos e acadêmicos destas escolas de medicina, consolidadas ao longo do século XIX, trouxeram diferentes formas de pensar a ciência – o que continuaria a ocorrer nas gerações seguintes.

### 1.2.1 A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Inseridos num cenário de recepção e ressignificação de variadas teorias científicas estrangeiras, que foram mescladas à questão da identidade nacional, os acadêmicos da escola do Rio calcaram suas bases fundindo o estudo das teorias raciais do período com estudos sobre as epidemias, suas causas e curas, a fim de encontrar medidas de “regeneração” e “melhoria” da raça.

Nesse período, sua produção científica buscava rejeitar a “herança colonial da Fisiatura-mor” e dos relatos dos viajantes, com certo teor impressionista. A elite reunida em torno da Academia Imperial de Medicina desejava formar um “conhecimento original sobre a patologia brasileira”.<sup>64</sup>

Esta escola, analisada também por Lilia Schwarcz através do periódico a ela vinculado, *Brazil Medico*, passou por diferentes momentos em seu processo de afirmação como um centro difusor de ideias sobre a prática médica: primeiro, entre 1887 e 1900, auxiliou na afirmação da institucionalização do campo médico e na consolidação da identidade de grupo, criticando o “charlatanismo”. Suas pesquisas nas áreas de medicina legal e mental e alienação, no entanto, não tiveram tanto destaque quanto as desenvolvidas na Bahia.

Neste período, no Rio de Janeiro, o modelo do darwinismo social não parecia despertar tanto interesse, embora os pressupostos poligenistas da existência de diferença entre as raças, assunto que será analisado no Capítulo 2, fossem comuns entre seus acadêmicos.

Embora a defesa de ideias sanitaristas e higienistas no país tenha ocorrido mais intensamente no final do século XIX e primeiras décadas do XX, já nos anos 1830, com

---

<sup>64</sup> EDLER, Flávio Coelho. *A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011, p. 138.

a criação da Academia Imperial de Medicina, é possível perceber certa preocupação com os problemas de saúde brasileiros. Como referido anteriormente, o grupo de médicos e pesquisadores reunido em torno desta instituição buscou ter o monopólio da tradução, estudo e atualização constante das ciências europeias contemporâneas, para depois apresentar uma releitura para o caso das patologias brasileiras.<sup>65</sup>

Houve, então, um fortalecimento das discussões acerca da higiene pública, por parte dos médicos atuantes no Rio de Janeiro. O combate às epidemias e a divulgação de projetos de saneamento nas grandes cidades, como o promovido no Rio de Janeiro em inícios do século XX, foram temas constantes entre este grupo. Edler demonstra como, já em 1844, Sigaud se preocupava em diminuir fatores mórbidos ligados a hábitos de higiene, como o “regime alimentar e o abuso venéreo”.<sup>66</sup>

Mais tarde, o objetivo de higienistas como Oswaldo Cruz (1872-1917) e Carlos Chagas (1879-1934) era descobrir as causas das doenças contagiosas e buscar meios para preveni-las, pois o fracasso da nação brasileira, em seu entendimento, era causado pela quantidade e alastramento destes males:

Diante do fenômeno iminente das grandes epidemias, o ‘remédio’ era, de um lado, combatê-las; de outro, evitá-las. Descobrir o antídoto quando o mal já era irremediável era tarefa reservada aos novos ‘pesquisadores médicos’, que aceitaram o desafio de seu século apostando na cura dessas moléstias. Impedir a proliferação do mal e o surgimento de novos surtos era, por outro lado, função dos higienistas e saneadores, que, atuando na comunidade, procuravam educar e prevenir.<sup>67</sup>

Por conta da alarmante ocorrência e periculosidade das enfermidades que existiam no país, foi conferida uma grande importância a médicos e pesquisadores desta área da medicina que ficou popularizada como “medicina tropical”, por buscar explicações para moléstias próprias do Brasil e do clima tropical. Esses médicos também buscaram se responsabilizar por evitar novos contágios e surtos epidêmicos. Foi esse grupo que passou a ser conhecido por higienistas ou sanitaristas<sup>68</sup> e, embora seus integrantes tivessem pretensões de atuar diretamente na administração, apresentavam-se como peritos, cuja importância era consultiva.<sup>69</sup>

Para além de estudar e descobrir causas das moléstias, para os acadêmicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que também atuavam como cientistas nos

---

<sup>65</sup> EDLER, Flávio Coelho. *A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011, p. 140.

<sup>66</sup> *Ibid.* p. 140 e 191.

<sup>67</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 223.

<sup>68</sup> *Ibid.* pp. 222-230.

<sup>69</sup> EDLER, Flávio Coelho, *op. cit.*, pp. 138-139.

institutos de pesquisa, era preciso impedir sua disseminação entre a população; era preciso proteger o povo “enfraquecido” e “despreparado”.<sup>70</sup>

Juliano Moreira, juntamente com Afrânio Peixoto, também viria a se manifestar a respeito do tema das “moléstias tipicamente tropicais”, em trabalho realizado em coautoria, em 1906.<sup>71</sup> Como será examinado em maior detalhe no Capítulo 3, os médicos formados pela escola da Bahia criticaram a interpretação da escola “tropicalista”, afirmando que quaisquer doenças eram passíveis de aparecer em diferentes climas, desde que não fossem buscados meios de melhorar as condições de higiene física e mental das populações.

Também Manoel Bomfim criticou a visão que apontava como causa dos males da nação um estrito determinismo climático. Em suas obras, e especialmente em *América Latina; males de origem* e *O Brasil nação*, que serão examinadas em seguida com mais vagar, pode-se perceber a importância que o escritor sergipano conferiu tanto ao processo de colonização sofrido pelo país entre os séculos XVI e XIX quanto à continuação do sistema escravista e do reinado da família portuguesa, após a independência, como determinantes de seus “males”, “moléstias” e “atraso”.<sup>72</sup>

Os alvos do projeto de saneamento eram amplos e baseavam-se na moralização dos hábitos e na reorientação de costumes alimentares, higiênicos e sexuais. Os tratamentos tinham como alvo igrejas, escolas, a família, as forças armadas e as casas de moradia da população mais carente.<sup>73</sup> Além disto, campanhas de vacinação, “melhoria” e “limpeza” de ambientes foram defendidas pela escola carioca, com a finalidade de erradicar os “males da sociedade”.

Para Schwarcz, a questão racial apareceu no grupo carioca quando, ao procurar-se a origem destas muitas doenças, para assim evitá-las, seus representantes teriam buscado associar sua origem com a imigração africana, asiática e europeia. A defesa destas ideias os aproximava dos postulados da escola baiana a partir do momento em que relacionava o “enfraquecimento racial” brasileiro à mestiçagem.<sup>74</sup> O grande e intenso contingente de imigrantes que passou a adentrar as fronteiras brasileiras a partir de fins do século XIX e primeiras décadas do XX estaria trazendo consigo diferentes

<sup>70</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 226.

<sup>71</sup> MOREIRA, Juliano; PEIXOTO, Afrânio. Les maladies mentales dans les climats tropicaux. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 125-136 [1906].

<sup>72</sup> BOTELHO, André Pereira. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 125.

<sup>73</sup> Ibid. p. 226.

<sup>74</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit., p. 230.

moléstias físicas e mentais, ou seja, seria um grupo já “degenerado” – motivo pelo qual deveria ser evitado por meio de uma seleção mais precisa e atenta.

Aos portadores, ou possíveis portadores, de moléstias mentais e/ ou físicas deveria ser negada a entrada ou a permanência no país, de acordo com parte dos médicos atuantes no período, o que, como veremos, será defendido na década de 1920 por Juliano Moreira. Moreira, que nesta época era diretor do Hospital Nacional de Alienados, desenvolvia concepções que uniam suas antigas críticas aos determinismos com os postulados da rede científica formada pelas instituições cariocas.

A rígida seleção de imigrantes defendida pelos médicos fundamentava-se, então, em uma explicação eugênica, de defesa e cuidado com a “raça brasileira”. Esta era entendida como “raça em formação”<sup>75</sup> e que, portanto, precisava de amplos cuidados para que sua “degeneração” não fosse aprofundada.

Já Manoel Bomfim, embora tenha estudado na Faculdade da Bahia, doutorou-se no Rio de Janeiro, como será visto a seguir. Nesta cidade, através do contato com professores e médicos higienistas em fins do século XIX, como os exemplos vistos acima, ampliou seus estudos sobre parasitologia e sua influência sobre a vida dos brasileiros, já que estudou sobre a nefrite, que é uma resposta do organismo humano (através dos rins) a infecções como malária, tifo, toxoplasmose, vírus e bactérias.<sup>76</sup> Através do contato com este grupo de homens e práticas, Bomfim, mais tarde, desenvolveu seus conceitos acerca da identidade nacional brasileira, unindo temas sociológicos e biológicos.

### 1.2.2 A Faculdade de Medicina da Bahia

Na Bahia, o objetivo de “cuidar” e “sanar” a raça também se fez presente, embora por diferentes vias como, por exemplo, o foco nos estudos de medicina legal e mental<sup>77</sup> – não sem antes fazer-se coro à tendência carioca, que reconhecia as várias epidemias que assolavam o país e pretendia curá-las. Para estes acadêmicos, também a varíola, a febre amarela, a febre tifoide, a tuberculose, a cólera, o beribéri e a malária deveriam ser sanadas e prevenidas através de campanhas e grandes projetos de saneamento.

A partir de 1880, e até 1915, as pesquisas e produções desta escola passam a relacionar tais moléstias com a questão racial. Uma vez que a relação entre patologias e

<sup>75</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 232.

<sup>76</sup> MOREIRA, Marcos (diretor). *Centralx*. Disponível em: <<http://www.abc.med.br/p/sinais.-sintomas-e-doencas/299290/nefrite+o+que+e+isso.htm>>. Acesso em: 08 de março de 2014.

<sup>77</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit., pp. 202-238.

clima era controversa e se apresentava em crise a partir de programas de pesquisa na área da geografia médica,<sup>78</sup> a raça e as condições de vida do indivíduo (masturbação na infância, má qualidade da água, banho gelado de rio, excesso de óleo de oliva, entre outros fatores<sup>79</sup>) passam a condicionar o aparecimento ou ausência de doenças, sendo consideradas fator “degenerativo”. A “degenerescência” associava-se, dessa forma, à mestiçagem.

Em torno dos acadêmicos da Faculdade baiana que fundaram o periódico *Gazeta Medica da Bahia*, como Pacífico Pereira (1846-1922), Otto Wucherer (1820-1872) e José da Silva Lima (1826-1910) reuniu-se um grupo que ficou conhecido como “Escola Tropicalista Baiana”, na década de 1860, pelas propostas de estudos inovadores e críticos às teorias europeias acerca do determinismo climático, como foi referido acima.

Apesar de o tema das doenças e males endêmicos brasileiros, com vistas a encontrar soluções de saneamento, já ter sido abordado pela Academia Imperial de Medicina,<sup>80</sup> que funcionava na Corte, com este grupo ele tomará nova importância e relevância. Juliano Moreira, por exemplo, na década de 1890, manteve diálogo com este grupo e passou a integrá-lo, exercendo importante cargo na direção do periódico,<sup>81</sup> como será visto a seguir.

Manoel Bomfim, ainda que não tenha participado de maneira tão direta quanto Moreira, pode ter tomado conhecimento de seus estudos, através de seus professores. Nesse autor, como veremos, o uso dos termos e debates próprios das ciências médicas concorrerá para a construção de uma análise social brasileira, e não biológica.

Também a medicina legal passou a despertar maior interesse dos acadêmicos e estudantes da instituição, como demonstra Schwarcz.<sup>82</sup> Para o estudo da mente do criminoso, era feita a correlação entre crime e degeneração, seguindo a linha da escola de antropologia criminal italiana e médico-legal francesa, como afirma Mariza Corrêa.<sup>83</sup> O mais célebre defensor desta corrente de interpretação foi o professor desta instituição, natural do Maranhão, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906).

Segundo Corrêa, os estudos da mente do criminoso eram auxiliados por outras áreas do conhecimento de estudo do homem, como a craniometria, a craniologia e a

<sup>78</sup> EDLER, Flávio Coelho. *A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011, p. 227.

<sup>79</sup> Ibid. pp. 211-212.

<sup>80</sup> Ibid. pp. 134-143.

<sup>81</sup> JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; GELMAN, Ester Aida. Juliano Moreira e a *Gazeta Medica da Bahia*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out.-dez. 2008.

<sup>82</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 209-215.

<sup>83</sup> CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001, pp. 63-160.

antropometria e, através das mesmas, estes cientistas buscavam provar, por exemplo, a incapacidade intelectual de mulheres e de elementos de raças não-brancas.<sup>84</sup>

Com a ajuda destas novas áreas de conhecimento sobre o homem, os estudos acadêmicos da escola baiana buscavam auxiliar na identificação de estigmas que auxiliassem a apontar o delinquente (ou o possível delinquente, num futuro próximo), fazendo com que a atenção do médico-perito recaísse sobre o homem (criminoso), e não sobre o ato (crime).<sup>85</sup>

Para os postulantes das perspectivas estritamente deterministas e do darwinismo social, os homens não eram iguais entre si (tema que será apresentado no Capítulo 3) e, por isto, não deveriam ser tratados com o mesmo nível de responsabilidade se cometessem crimes. O comportamento criminoso (a liberdade de vontade e a intenção de agir conscientemente) estaria determinado, não existindo o livre arbítrio – o que se tornava relevante nos julgamentos.

Para a corrente hegemônica dos cientistas filiados à escola baiana, a *pureza racial* negra não era problema, caso fosse mantida longe da *pureza racial* branca: a mistura, a mestiçagem, a falta de uniformidade étnica advinda do cruzamento racial, estes, sim, eram fatores da *fraqueza* do povo brasileiro.<sup>86</sup> A raça negra, por ser menos afeita à *civilização*, traria *inferioridade* ao elemento nacional miscigenado.

Manoel Bomfim dialogou com os postulados associados a essa importante instituição formadora na medida em que afirmaria, já em sua primeira obra, de 1905, e em momentos posteriores, que os verdadeiros problemas do povo brasileiro estavam na falta de instrução, na insuficiência de educação escolar, e não em sua constituição racial.

Juliano Moreira também se opôs a este grupo, mantendo constante diálogo com Nina Rodrigues, que fora seu professor. Desde o início de sua carreira acadêmica Moreira criticou “os ridículos preconceitos de cores ou castas”.<sup>87</sup> Ao longo de sua trajetória, apresentou estudos que demonstravam a falta de rigor científico das interpretações que apontavam a mestiçagem como um grave problema, como no artigo “Querelantes e pseudo-querelantes”, de 1908, que será analisado no Capítulo 2.

---

<sup>84</sup> CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001, pp. 63-160., p. 69.

<sup>85</sup> *Ibid.*

<sup>86</sup> *Ibid.*

<sup>87</sup> MOREIRA, Juliano. A luta contra as degenerações nervosas e mentais. *Brasil Médico*. Rio de Janeiro, Ano 36, c. II, 1922, p. 225.

Nos anos 1920, a atenção dos acadêmicos da Faculdade da Bahia voltou-se, com novo ânimo, à “luta pela regeneração da raça” – esta é aqui referida como “raça brasileira”.<sup>88</sup>

Parte da nação, portanto, estaria enferma e abatida, sem conhecimentos higiênicos básicos, o que demandava maior responsabilidade, por parte dos médicos, na implementação de medidas eugênicas e sanitaristas. A “depuração da raça” passaria por uma diferente gama de cuidado com os corpos, desde a “educação física” até tentativas de detectar doenças e “vícios”,<sup>89</sup> muito embora a questão da mestiçagem não tenha sido completamente abandonada como fator negativo por parte dos acadêmicos desta instituição.

### 1.3 Manoel Bomfim (1968-1932)

Como assinalado por Rebeca Gontijo em sua dissertação de mestrado,<sup>90</sup> Bomfim vem sendo alvo de estudos e debates diversos, até os dias atuais.

Artigos, dissertações e teses foram escritos sobre este intelectual – e não somente na área de História.<sup>91</sup> Neles, Bomfim é comumente apresentado como uma voz pioneira em meio social conservador, responsável por um contra discurso capaz de romper com seus pares, detentores de um discurso ideológico dominante. Em outros momentos, Bomfim foi enquadrado entre aqueles que iniciaram o pensamento socialista no país.<sup>92</sup>

Esta visão é apresentada, por exemplo, por Roberto Ventura.<sup>93</sup> Em seu entendimento, Bomfim, ao criticar o uso da teoria de Darwin pelos evolucionistas sociais, que a partir desta buscavam afirmar a lei da sobrevivência do mais apto entre os seres humanos, compreendia que este uso só era aplicável no âmbito natural e animal. No plano social, a luta pela sobrevivência poderia ser empregada apenas num sentido figurado, de relações de dependência e cooperação. Dessa forma, Ventura aproxima Bomfim do marxismo, de acordo com o entendimento de que a história da humanidade era regida pela luta de classes, e não pela interpretação darwinista.

<sup>88</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 226.

<sup>89</sup> *Ibid.* pp. 202-238.

<sup>90</sup> GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*. 2001. 209 pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

<sup>91</sup> Aqui podemos ressaltar o artigo de André Luiz Filgueira, na área de Literatura (2012), a tese (publicada em livro) de Ronaldo Conde Aguiar (2000), artigos na área de Psicologia Escolar, a dissertação em Sociologia de André Botelho (1997).

<sup>92</sup> GONTIJO, Rebeca, op. cit., pp. 67, 71, 73-74, por exemplo.

<sup>93</sup> VENTURA, Roberto. A América Latina: males de origem. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, 2. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002, p. 250.



Se, por um lado, seu “radicalismo de ideias” o teria levado a ser silenciado por grupos editoriais e pelo governo (com destaque para o Estado Novo) e, conseqüentemente, por estudiosos da história, da sociologia e da literatura brasileiras, por outro, alguns estudiosos parecem desapontados com a impossibilidade demonstrada por Bomfim em romper efetivamente com o discurso dominante: “Mesmo lido como um contradiscurso, seu texto foi várias vezes interpretado como algo *incompleto*, *ambíguo* ou *contraditório*.”<sup>94</sup>

Poderíamos, portanto, situar Bomfim num grupo de intérpretes do Brasil comumente apresentado como portador de ideias controvertidas e aparentemente contraditórias: ao mesmo tempo em que defendeu uma “ideologia ilustrada”, baseada na educação das massas para que o “progresso”, fazia alusão aos preceitos socialistas e à União Soviética, especialmente na década de 1930, sistema onde “sentimentos de solidariedade” estariam presentes.<sup>95</sup>

Da mesma forma, ao mesmo tempo em que recusou o paralelismo entre o biológico e o social (negando o racismo científico), Bomfim utilizou noções biológicas para respaldar sua proposição histórico-sociológica de “parasitismo social”.

André Botelho sugere, então, que estudemos Bomfim como “refletindo” seu próprio momento histórico, questionando-o, e enfatizando antes as contingências locais do que a “essência orgânica” de uma nação.<sup>96</sup> Em outras palavras, segundo Botelho, Bomfim deve ser lembrado como alguém que criticou as teorias hegemônicas através de outras matrizes teóricas, por ele buscadas e ressignificadas, de acordo com sua aplicabilidade para os objetivos almejados, uma vez que, para este intérprete, o médico sergipano só pudera recusar a interpretação do racismo científico porque abraçara uma “ideologia ilustrada”, que apontava a educação como redenção para o brasileiro.<sup>97</sup> Ou seja, ao mesmo tempo em que criticava a naturalização das hierarquias raciais, afirmava

---

<sup>94</sup> GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*. 2001. 209 pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. Grifos são do original.

<sup>95</sup> No caso da dissertação de Rebeca Gontijo, sua fonte principal é um livro editado em 1930, quando Bomfim defende que autores como o espanhol Blasco Ibañez (1867-1927), Charles Rappoport (“teorista do comunismo”) e Lenin (1870-1924; citado seu livro *O Caminho da Revolução*, de 1924) devem ser lidos a fim de inspirar os historiadores brasileiros em um tipo de nacionalismo que desperte a solidariedade e defesa de interesses gerais – em oposição aos individuais. Ibid. p. 170.

<sup>96</sup> BOTELHO, André Pereira. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. 1997. 197 pp. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, pp. 1-75, p. 69.

<sup>97</sup> Id. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 126.

que ações externas eram passíveis de mudar e aprimorar o caráter do homem, promovendo uma atualização do pensamento cientificista brasileiro.

Manoel Bomfim nasceu em Aracaju, capital da então província de Sergipe,<sup>98</sup> em agosto de 1868. Foi o sexto, dos treze filhos (e primeiro homem) que Paulino José e Maria Joaquina tiveram durante seu casamento. Este aconteceu por volta de 1858 ou 1859: Paulino tinha 18 anos e Maria 26, e estava em seu segundo casamento (seu primeiro marido morrera quando ela tinha 21 anos).

Paulino José era vaqueiro, natural do povoado sertanejo de Bom Fim do Carira, e desde criança tangia gado e acompanhava boiadas pelas cidades do litoral nordestino. Maria Joaquina era filha de comerciantes portugueses e tinha instrução escolar básica, o que facilitaria o casal nas tarefas de contabilidade dos negócios da família.

Com o passar dos anos, após a união, a família Bomfim acumulou bem materiais: loja (*Casa Bomfim & Cia.*), casas residenciais construídas para alugar a forasteiros que chegassem à capital (Aracaju), engenho (*Engenho Bomfim*) e o investimento numa salina próxima à capital.

No ano de 1886, Manoel José entra na Faculdade de Medicina da Bahia, tendo saído de Sergipe contrariando a pretensão de seus pais, que o queriam liderando os negócios da família. Foi o único dos filhos a cursar uma faculdade. Em Salvador, torna-se amigo de Alcindo Guanabara,<sup>99</sup> que também cursava medicina e teve grande relevância ao longo de sua vida profissional e (breve) carreira política, além da esfera particular, como poderá ser notado adiante.

---

<sup>98</sup> Todos os dados biográficos de Manoel Bomfim foram retirados, salvo informações em contrário, dos seguintes trabalhos: GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*. 2001. 209 pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói; AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000; BOTELHO, André Pereira. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. 1997. 197 pp. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, pp. 1-75; KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. III, n. 1, pp. 80-98, mar.-jun./ 1996; DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade nacional em periódicos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010, pp. 250-253.

<sup>99</sup> Alcindo Guanabara (1865-1918) nasceu em Magé (RJ) e cursou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro até o terceiro ano. Em 1886 fundou o jornal acadêmico *Fanfarras*. Colaborou com diversos jornais, tais como: *Gazeta da Tarde*, *Cidade do Rio*, *Novidades*, *Correio do Povo*, *Jornal do Commercio*, *A Nação*, *O País*. Em 1897 foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ocupou a cadeira número 19). Foi eleito deputado pelo estado do RJ em 1890. Voltou à Câmara em 1906 e 1909-1911, em defesa de Hermes da Fonseca, ao lado do senador Pinheiro Machado (RS). Em 1912 conquista uma cadeira no Senado – sendo reeleito em 1918. Morre na cidade do Rio de Janeiro. ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da elite política republicana (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GUANABARA,%20Alcindo.pdf>>. Acesso em: 03 de março de 2014.

Na Faculdade, Bomfim foi aluno aplicado e nutria admiração por alguns professores, como por exemplo, Antônio Pacífico Pereira.<sup>100</sup> Em 1888, em meio a um cenário de ebulição social e política, muda-se para o Rio de Janeiro, onde passa a residir e, com o apoio de Guanabara, termina seus estudos na Faculdade de Medicina da Corte. Lá conhece Olavo Bilac<sup>101</sup> – apresentado por Guanabara como “um dos melhores poetas do Brasil”.<sup>102</sup>

Passa a frequentar a redação de *Cidade do Rio*, periódico fundado por José do Patrocínio<sup>103</sup> – colaborando com outros, como *O Republicano* e *Correio do Povo*, jornal republicano fundado por Sampaio Ferraz<sup>104</sup> – tornando-se colaborador semanal com artigos sobre temas políticos e culturais.<sup>105</sup>

Bomfim apresenta sua tese “Das nefrites” em julho de 1890, obtendo o diploma de médico. No mesmo ano, aos 22 anos, conhece Natividade Aurora – jovem portuguesa de 16 anos – por quem se apaixona. Com o casamento marcado para o segundo semestre de 1891, recém-formado, começa a trabalhar na Secretaria de Polícia

---

<sup>100</sup> Antonio Pacífico Pereira (1846-1922). Nasceu na cidade de Salvador (BA). Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, na mesma lecionou histologia. Foi diretor da *Gazeta Médica da Bahia*, de janeiro de 1868 a julho de 1870 e de janeiro de 1876 a junho de 1921. FIOCRUZ. *História das Ciências e Saúde*. Rio de Janeiro. Disponível em: < [www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/perantpac.htm](http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/perantpac.htm)>. Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>101</sup> Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918). Nasceu e morreu no Rio de Janeiro. Estudou Medicina e Direito, sem concluir nenhum dos cursos. Foi poeta e jornalista. Escreveu a letra do hino à bandeira brasileira. Suas principais obras: *Poesias* (1888); *Sagres* (1898); *Através do Brasil* – em parceria com Manoel Bomfim (1910); *Conferências literárias* (1912).

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – ABL. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=445&sid=184>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>102</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 127.

<sup>103</sup> José Carlos do Patrocínio (1853-1905). Nasceu em Campos (RJ). Formou-se farmacêutico em 1874. Em agosto de 1880 fez a sua primeira conferência abolicionista no Teatro São Luís, o que se repetiria muitas vezes até o fim da escravidão em 1888. Ainda em 1880 fundou, junto com Nabuco, a Sociedade Brasileira contra a escravidão. Por sentir-se grato à princesa Isabel e por conta do ato quase teatral de se ter jogado aos seus pés em agradecimento pela abolição, Patrocínio foi associado pela opinião pública à monarquia e à figura da princesa. Contudo, assim que a República foi proclamada, Patrocínio publicou em seu jornal (*A Cidade do Rio*) um artigo em que declarava sempre ter sido republicano. Morreu no Rio de Janeiro. ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da elite política republicana (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PATROC%C3%8DNIO,%20Jose%20do.pdf>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>104</sup> João Batista de Sampaio Ferraz (1857-?) nasceu em Campinas (SP). Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1878. No Rio de Janeiro, em 1888, fundou o jornal *O Correio do Povo* com João das Chagas Lobato, órgão no qual defendeu suas ideias republicanas fortemente influenciadas pela Revolução Francesa. Conhecido pela alcunha de “Cavanhaque de Aço”, marcou sua atuação pela perseguição a grupos sociais marginalizados, em especial aos capoeiras. Combatia esses grupos desde sua atuação na promotoria no Rio de Janeiro e, como chefe de polícia, intensificou a perseguição e realizou diversas prisões. Foi eleito deputado federal constituinte pelo Distrito Federal em setembro de 1890 e deputado federal pelo DF em 1891-1893 e 1900-1902. ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da elite política republicana (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FERRAZ,%20Sampaio.pdf>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>105</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde, op. cit., p. 132.

e em poucos meses é promovido a tenente-cirurgião da Brigada Policial. Durante os dois anos em que permaneceu neste posto, um fato passível de nota foi uma expedição militar da qual participou: percorreu o baixo Rio Doce (entre estados de Minas Gerais e Espírito Santo) a fim de verificar a situação dos índios botocudos.

Em fins de 1893, de acordo com Aguiar, Bomfim chegou a Mococa (interior de São Paulo) com a esposa e a filha Maria, passando a dedicar-se exclusivamente à clínica médica.<sup>106</sup> O motivo de sua mudança, segundo o estudioso, foram as perseguições políticas sofridas pelo grupo de intelectuais contrários à permanência de Floriano Peixoto na presidência do país. Nomes como Pardal Mallet (1864-1895), Coelho Neto (1864-1934), Capistrano de Abreu (1853-1927), José do Patrocínio (1853-1905) estavam entre aqueles que, na ocasião, apoiavam a realização de eleições para presidente.<sup>107</sup>

No ano seguinte, sua filha de um ano e onze meses morre – provavelmente pelo tifo. Em fins do mesmo ano volta ao Rio de Janeiro (Prudente de Moraes tomara posse da presidência do país), com Natividade e Aníbal, seu segundo filho. Decide recomeçar sua vida profissional: ao descobrir que fora demitido da Secretaria de Polícia procura antigos contatos e amigos para seu reingresso no ambiente jornalístico.

Ronaldo Aguiar aponta que o motivo do abandono da medicina teria sido a morte da filha ainda criança – e sua decepção em não ter podido formular na ocasião um diagnóstico preciso.<sup>108</sup> André Botelho, entretanto, apresenta um contraponto: as preocupações e o interesse de Bomfim com questões sociais, como a educação, eram anteriores ao abandono da primeira profissão.<sup>109</sup>

Por influência de Alcindo Guanabara, que exercia na ocasião mandato de deputado federal, o prefeito do Distrito Federal, Werneck de Almeida, convida Bomfim, em 1895, para o cargo de subdiretor do Pedagogium, criado para ser um museu pedagógico e impulsionar reformas no ensino no país – em especial nas escolas normais –, que funcionava na capital. Também deveria servir como um centro nacional de coordenação das atividades pedagógicas.

O interesse pela instrução pública, que marcou a trajetória de Bomfim, aparece fortemente numa crítica publicada em setembro de 1897, no jornal *A República*, acerca

---

<sup>106</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 170-172.

<sup>107</sup> Ibid. p. 165.

<sup>108</sup> Ibid. p. 174.

<sup>109</sup> BOTELHO, André Pereira. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. 1997. 197 pp. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, pp. 1-75, p. 55.

dos efeitos da descentralização sobre a política para a educação – em 1896 o sergipano tornara-se redator e secretário deste periódico.

O que não conheço é país onde o governo central se despreocupe tão absolutamente da instrução primária como entre nós; não sabendo o que o povo aprende nem se há escolas, nem o que nelas se ensina; não concorrendo com um ceitel para a instrução do povo, ignorando, por inteiro, tudo o que a isto se refere.<sup>110</sup>

Meses antes da publicação deste artigo, em março, Bomfim ascendeu ao cargo diretor geral do *Pedagogium*, desta vez por influência direta de Medeiros e Albuquerque, seu amigo e, àquele momento, deputado federal por Pernambuco.<sup>111</sup> Ocupou este cargo de 1897 a 1905 e de 1911 a 1919, afastando-se naquele intervalo para assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados, eleito por Sergipe.

Neste mesmo período fundou *Educação e Ensino*, revista oficial da Diretoria de Instrução Pública, e a *Revista Pedagógica*, voltada à difusão dos temas e propostas discutidos no *Pedagogium*. Desta, apenas cinco números foram lançados. Através destes periódicos, procurava divulgar e debater as teses mais atualizadas sobre educação.

Ocupa cargos no magistério, na Escola Normal, e na Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, onde, em 1899, avaliou a monografia *Compêndio de História da América*, de Rocha Pombo<sup>112</sup> – num concurso anônimo cujos prêmios seriam quatro contos de réis e a possibilidade do trabalho ser adotado nos cursos de História da América na Escola Normal.

Anos depois, na “Advertência” de seu primeiro livro, *A América Latina: males de origem*, Bomfim recorda que seu pedido ao então diretor de Instrução Pública para avaliar as monografias apresentadas naquele concurso já explicava seu interesse pelo tema. Aquele livro, inclusive, seria resultado de notas reunidas durante nove anos sobre

<sup>110</sup> BOMFIM, apud AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 190.

<sup>111</sup> José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque (1867-1934). Nasceu em Recife (PE). Atuou como jornalista, poeta, escritor. É autor da letra do *Hino da República* e fundador da Cadeira n. 22 da Academia Brasileira de Letras, que tem como patrono José Bonifácio, o Moço. Foi deputado federal, vice-diretor do Ginásio Nacional (cargo para o qual fora nomeado por Benjamin Constant, em 1892, na época ministro da Instrução, Pública, Correios e Telégrafos) e diretor da Instrução Pública Municipal no Rio de Janeiro. ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da elite política republicana (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALBUQUERQUE,%20Jos%C3%A9%20Joaquim%20de%20Medeiros%20e.pdf>> Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>112</sup> José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933) nasceu em Morretes (PR) e atuou como escritor, historiador e acadêmico. Fundou e dirigiu *O Povo*, onde fez campanhas abolicionista e republicana. Em 1900 foi admitido como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e, em 1933, eleito para a Academia Brasileira de Letras. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – ABL. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=216&sid=349>>. Acesso em: 02/03/ 2014.

temas como a questão racial e sua vinculação com o “atraso” brasileiro – é provável, portanto, que tenha começado seus estudos sobre o tema por volta de 1894. Muito embora tenha dedicado muitos anos aos estudos de temas sociais, históricos e políticos, Bomfim via-se como alguém sem “título de competência oficial” na matéria,<sup>113</sup> visto que sua formação acadêmica fora em medicina e não em direito – formação acadêmica que, àquela época, voltava-se mais diretamente àqueles temas.

Entre 1902 e 1903 Bomfim esteve com a família em Paris, comissionado pelo governo brasileiro, para estudar psicologia experimental com Alfred Binet (1857-1911) e George Dumas (1866-1946),<sup>114</sup> na Sorbonne. Neste período teria tido a oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre as novas teorias da Psicologia que circulavam na Europa.

Binet, por exemplo, foi psicólogo e pioneiro nos estudos dos “testes de inteligência”, aplicados em crianças, com os quais pôde introduzir o conceito de *idade mental*. Seus testes faziam uso de pinturas, machas de tintas e outros recursos visuais, baseando-se o pesquisador, para suas conclusões, nas interpretações feitas a partir desses materiais.<sup>115</sup>

Durante os meses de permanência na Europa redige, pois, suas “notas” e depois *A América Latina – males de origem*,<sup>116</sup> enquanto se debruçava mais fortemente no

---

<sup>113</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 37.

<sup>114</sup> George Dumas (1866-1946) nasceu em Lédignan (França) e atuou como médico e psicólogo. Teve formação superior na L’Ecole Normale Supérieure (1886-1889), formando-se em filosofia (1889) e depois em medicina. Foi chefe do Laboratório de psicologia clínica de doenças mentais da Faculdade de Medicina de Paris (1897) e assumiu a cadeira de psicologia experimental da Faculdade de Letras da Sorbonne (1902), sucedendo Pierre Janet, com quem fundou (1903) o *Journal de psychologie normale et pathologique*. Foi titular da cadeira de psicologia experimental na Sorbonne (1912-1937) e professor de psicologia patológica do Instituto de Psicologia da Universidade de Paris (1921-1937). Membro da *Société Médico-Psychologique* (1925) e tornou-se seu *presidente* (1933), da Academia de Medicina (1926) e da Academia de Ciências Morais e Políticas (1932). Colaborou com Maurício de Medeiros (1885-1966) na instalação de um laboratório em um hospital psiquiátrico no Rio de Janeiro (1907). MEDEIROS FILHO, Carlos Fernandes (coord.). *Biografias*. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/GeogDuma.html>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2014.

<sup>115</sup> RUIZA, Miguel (diretor). *Biografias y vidas: milhares de biografias de personalidades históricas e atuais*. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/binet.htm>>. Acesso em 08 de março de 2014.

<sup>116</sup> O termo “América Latina” aparece, segundo Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira, em meados do século XIX, no momento das lutas pela independência das colônias ibero-americanas, que contaram com o apoio dos Estados Unidos, em especial do estado da Filadélfia – e sua loja maçônica, e da Inglaterra. A partir da Filadélfia o conceito Latin America é constituído historicamente (apesar de ter sido utilizado pouco antes em francês e espanhol) e está diretamente ligado a ideias pejorativas, de acordo com João Feres Jr. Para este autor existiria a percepção de uma assimetria quanto às identidades americanas: os povos do sul seriam racialmente diversos, culturalmente inferiores e historicamente atrasados, além de liderados por clérigos católicos indolentes, ignorantes e preguiçosos – opostos ao protestante trabalhador, educado e racional.

Cf. NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Sobre o conceito de América Latina: uma proposta para repercutir nos festejos do bicentenário. *Revista Pilquen - Sección Ciencias Sociales - Dossier Bicentenario*, n. 12, pp. 1-7, 2010; FERES JR., João. O conceito de América: conceito básico ou contra-

estudo das teorias psicológicas e sociológicas. Neste período conheceu as obras de Waitz,<sup>117</sup> Martin de Moussy,<sup>118</sup> e Quatrefages.<sup>119</sup>

Na preparação do livro, guiava-se pelo objetivo principal de entender os motivos do “atraso” das nações latino-americanas, para o que propôs o conceito “parasitismo social”, fortemente ancorado numa analogia com conceitos de um ramo da zoologia, de acordo com André Botelho,<sup>120</sup> a entomologia, que é o estudo dos insetos. Dessa forma, as metrópoles ibéricas teriam dominado e explorado de tal forma suas colônias, que estas teriam herdado alguns de seus “vícios”.<sup>121</sup>

Ao mesmo tempo, nesta obra, Bomfim se dedicou à refutação de interpretações fundadas em teorias deterministas desenvolvidas por intelectuais como Gustave Le Bon<sup>122</sup> e Gobineau.<sup>123</sup>

conceito?. In: *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas 45 (Anuário de História de América Latina 45)*. Köln, Weimar, Wien: Böhlau Verlag, 2008, pp. 9-29.

<sup>117</sup> Theodor Waitz (1821-1864) foi um professor de filosofia alemão. Ministrava palestras sobre história da filosofia, psicologia e pedagogia. Desenvolveu uma teoria da evolução psicológica que combatia as opiniões sobre a desigualdade das raças humanas. Sua obra mais representativa é *Antropologia dos povos primitivos* ou *A antropologia dos povos que vivem perto da natureza*. UNIVERSITÄT JENA. Alemanha. Disponível em: <<http://www.uni-jena.de/unijenamedia/Waitz.pdf>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>118</sup> Jean Antoine Victor de Martin de Moussy (1810-1869) foi um naturalista francês. Formou-se em medicina e em 1841 viajou ao Rio de Janeiro – iniciando aí uma série de viagens exploratórias pela América Latina (Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile, Bolívia), acumulando inúmeras observações a respeito da história natural, geologia, geografia, meteorologia e dados etnográficos da região. O resultado de suas pesquisas foi deixado em *Description Geographique et Statistique de la Confédération Argentine*, obra publicada em três volumes (Paris), entre 1860 e 1864, além de um *Atlas* publicado em 1869 com trinta mapas físicos e políticos de cada uma das províncias e territórios da Argentina. UNIVERSIDADE NACIONAL DE CÓRDOBA. *Programa de Divulgação Científica*. Argentina. Disponível em: <<http://divulgacion.famaf.unc.edu.ar/>>. Acesso em: 15/ 02/ 2014.

<sup>119</sup> Jean Luis Armand de Quatrefages (1810-1892) foi médico e antropólogo francês (Universidade de Estrasburgo) que realizou uma classificação dos fósseis humanos e elaborou uma teoria *anti-evolucionista*, que quer dizer que um organismo pode *involver*, perder características que possuía anteriormente. A partir de 1833 sua atividade científica foi intensa: publicou inúmeros trabalhos e fez viagens científicas pela França e Sicília acompanhado de outros naturalistas: Milne-Edwards e Émile Blanchard. Como o primeiro, acreditava que os organismos sofriam uma degradação ou degeneração (seguindo as primeiras opiniões de Lamarck, de certa forma) em sua complexidade estrutural, e isto se dava a partir da diminuição da atividade fisiológica e divisão do trabalho de tais estruturas, como por exemplo, nos moluscos: desaparecido o sistema circulatório, ficaria o sistema digestivo encarregado de fazer circular as substâncias nutritivas. Esta teoria ficou conhecida como flebenterismo e foi controversa em seu tempo, sendo pouco a pouco abandonada. Em 1882 escreveu, em colaboração com Hamy, *Crania ethnica*, cujos cinco primeiros volumes tratam as raças humanas fósseis, fundamentalmente de melanésios e negros), e o sexto, de tasmânicos e papuas (quase exclusivamente escrito por Hamy). RUIZA, Miguel (diretor). *Biografias y vidas: milhares de biografias de personalidades históricas e atuais*. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/q/quatrefages.htm>>. Acesso em: 02/ 03/ 2014.

<sup>120</sup> BOTELHO, André Pereira. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 124.

<sup>121</sup> Tanto este conceito quanto o neo-lamarckismo serão mais bem abordados no terceiro capítulo deste trabalho.

<sup>122</sup> Gustave Le Bon (1841-1931) nasceu na França. Foi psicólogo (“psicologia social”) e sociólogo. Entre outros assuntos estudou psicologia das massas e teorias sobre características nacionais e de superioridade de raça. RUIZA, Miguel (diretor). *Biografias y vidas: milhares de biografias de personalidades históricas e atuais*. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/lebon.htm>>. Acesso em: 02/ 03/ 2014.

Em março de 1904, juntamente com intelectuais como José Veríssimo (1857-1916), Rocha Pombo, Fábio Luz (1864-1938), Evaristo de Moraes (1871-1939), Curvelo de Mendonça (1870-1914) e Pedro do Couto (1872-1953), Manoel Bomfim apoiou a criação da Universidade Popular de Ensino Livre, ligada ao Partido Operário Independente (de inspiração anarquista) e sob a liderança do Elysio de Carvalho (1880-1925). A solenidade de fundação da instituição foi realizada no Centro das Classes Operárias, no Rio de Janeiro, e nela seus colaboradores ministrariam cursos de biologia (por Tácito Cardoso), história da literatura brasileira (por José Veríssimo) e higiene (Fábio Luz).

Manoel Bomfim teria sido o responsável pelos cursos de psicologia e pedagogia, segundo Ronaldo Aguiar,<sup>124</sup> embora em sua pesquisa sobre o tema, Milton Lopes não o tenha mencionado como participante da experiência.<sup>125</sup> Dada a inexistência de registros sobre a experiência em sua obra, não seria possível afirmar, por ora, sua importância para sua evolução intelectual.

Apesar do curto tempo de vida da instituição, que encerrou as atividades em outubro do mesmo ano, é interessante notar o envolvimento de intelectuais diretamente relacionados à administração pública na iniciativa, o que demonstra uma consistente articulação entre grupos políticos e intelectuais na Primeira República. A inserção de Bomfim neste tipo de aliança pode ser apontado como um indício de que o mesmo estava em constante contato com o *establishment* sociopolítico de sua época e, portanto, não era um autor “marginal” ou “rebelde”, como é recorrente em alguns de seus intérpretes.

Ainda em 1905, Bomfim inicia um projeto de revista semanal voltada para o público infantil, *O Tico-Tico*, que permaneceu em circulação por mais de cinquenta anos.<sup>126</sup> Impressa pela Sociedade *O Malho*, com apoio de seu proprietário Luís

---

<sup>123</sup> Joseph Arthur Gobineau (1816-1882) nasceu na França. Foi diplomata e escritor. Ocupou cargos diplomáticos na Suíça, Pérsi, Grécia, Brasil e Suécia. Sua principal obra é *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1853-1855), e através dela foi um importante teórico da tese de supremacia racial branca. MEDEIROS FILHO, Carlos Fernandes (coord.). *Biografias*. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Gobineau.html>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>124</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 282.

<sup>125</sup> LOPES, Milton. A Universidade Popular – experiência educacional anarquista no Rio de Janeiro. In: DOMINICIS, Rafael; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do anarquismo no Brasil*. Vol. 1. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2006, pp. 203-229, p. 219-220.

<sup>126</sup> GONÇALVES, Roberta. A escolar disfarçada em brincadeiras: a história do Brasil contada nas páginas de *O Tico-Tico*. In: RANGEL, Marcelo; PEREIRA, Mateus Henrique; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012, pp. 1-9.



Bartolomeu, contou com participação do jornalista e caricaturista Renato de Castro e do poeta Cardoso Júnior.

Segundo Roberta Gonçalves, o semanário tinha um viés cívico-pedagógico, centrado em expectativas não apenas voltadas a divertir as crianças, mas principalmente ao seu “engrandecimento como estudantes e futuros cidadãos”.<sup>127</sup> Tratava, também, de temas nacionais, por meio de histórias em quadrinhos, abordando de forma lúdica as questões da formação da nacionalidade, com destaque aos temas da colonização portuguesa, da formação e destruição do quilombo dos Palmares e da Inconfidência Mineira, entre outros.

Tal enfoque se coadunava com as preocupações do sergipano em torno dos temas da instrução primária do brasileiro e de seu interesse pela escrita de uma história do Brasil com viés nacionalista e de enaltecimento do elemento nacional.

Como referido acima, Bomfim assumiu uma cadeira de deputado federal, em 1907, em substituição a Oliveira Valladão, que ascendera ao Senado. Sua eleição sucedeu a aproximação com Pinheiro Machado,<sup>128</sup> o que ocorreu, mais uma vez, por intermédio de Alcindo Guanabara.

A atuação como deputado, segundo Aguiar<sup>129</sup> e Rebeca Gontijo,<sup>130</sup> também foi dedicada à causa da instrução pública: Bomfim queria fazer aprovar na Câmara a proposta de reforma educacional do presidente Afonso Pena, que visava ampliar a intervenção dos governos estaduais e federal no ensino primário, tornando a educação obrigatória, e uniformizá-la, em âmbito nacional.

O projeto de reforma do ensino fora enviado à Câmara dos Deputados em setembro de 1907 e, após receber o número 242, foi despachado para a Comissão de

---

<sup>127</sup> GONÇALVES, Roberta. A escolar disfarçada em brincadeiras: a história do Brasil contada nas páginas de O Tico-Tico. In: RANGEL, Marcelo; PEREIRA, Mateus Henrique; ARAUJO, Valdeí Lopes de (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012, pp. 1-9, p. 2.

<sup>128</sup> José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) nasceu em Cruz Alta (RS) e morreu no Rio de Janeiro. Sua família que participou intensamente da vida política do Império e início da República, Pinheiro Machado foi deputado constituinte em 1891 e senador, pelo RS, de 1891 a 1915. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo (1878) e durante os tempos de faculdade organiza um Clube Republicano e lança o periódico *A Renascença*. Em 1882 ajuda a fundar o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), juntamente com Julio de Castilhos – que se torna seu amigo pessoal e aliado político. Em 1910 é fundado o Partido Republicano Conservador, do qual faziam parte representantes das elites dos estados descontentes com a chamada “política do café-com-leite” – ao qual Machado passou a integrar. ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da elite política republicana (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACHADO,%20Pinheiro.pdf>> Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>129</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 398-411.

<sup>130</sup> GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*. 2001. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, pp.6-7.

Instrução Pública. O Partido Republicano Conservador indicou o nome de Bomfim à Mesa Diretora, que o nomeou como primeiro relator na comissão, tendo sido seu único discurso na tribuna centrado no mesmo tema.<sup>131</sup>

O mandato de Bomfim estendeu-se entre julho de 1907 e dezembro de 1908, após o que se candidatou à reeleição, sendo derrotado.

Dentre seus trabalhos voltados ao público escolar destacam-se aqueles publicados em parceria com Olavo Bilac, como o *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias* e o *Livro de leitura*, de 1899, com primeira edição de 1901, e *Através do Brasil*, de 1910, destinado a servir como literatura escolar primária. Reeditado até a década de 1960, este “sucesso editorial”, segundo André Botelho,<sup>132</sup> pode ser explicado pelo fato de Bomfim ter ocupado o cargo de Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal durante a administração de Cesário Alvim (1898-1899) e de Pereira Passos (1902-1906), e por ter sido professor da Escola Normal entre 1896 e meados da década de 1920.

Em paralelo a sua atividade na instrução, Bomfim manteve forte atuação na imprensa, como redator e fundador de *A Universal*, revista fundada por ele, Thomaz Delphino e Rivadávia Correia no ano de 1901. Colaborou, também, entre outros, com *Academia*, *Correio do Brasil*, *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *Tribuna*, *A Rua*, *A Nação*, este último dirigido por seu amigo Alcindo Guanaraba.<sup>133</sup>

*A Universal* apresentava-se como uma “resenha da vida nacional e estrangeira”<sup>134</sup> e nela, segundo Ronaldo Aguiar, Bomfim escreveu textos de análise sociológica. A revista contava com colaboradores como Machado de Assis, Tavares Bastos, Amadeu Amaral, Olavo Bilac e Luiz Delfino e, em meio a prejuízos financeiros, deixou de circular em 1902.

Em 1919, por problemas como instalações inadequadas, falta de verbas e de funcionários, o Pedagogium foi extinto, a partir do que Manoel Bomfim pôde se dedicar com maior afinco às aulas na Escola Normal, à preparação de livros didáticos e à organização de suas notas de leituras, que originariam a trilogia editada a partir de 1929.

<sup>131</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 398.

<sup>132</sup> BOTELHO, André Pereira. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. 1997. 197 pp. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, pp. 1-75, p. 58.

<sup>133</sup> GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*. 2001. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 6.

<sup>134</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde, op. cit., p. 241.

Colaborou também com a Liga Brasileira de Higiene Mental, juntamente com Juliano Moreira, Edgard Roquette-Pinto, Miguel Couto, Renato Kehl e Afrânio Peixoto, seu nome constando no estatuto da instituição de 1925, segundo José Roberto Reis.<sup>135</sup> A entidade, unindo um grupo heterogêneo de sanitaristas brasileiros, foi fundada em 1923, por iniciativa do psiquiatra Gustavo Reidel, tendo, entre outros objetivos, o de promover campanhas contra o abuso de bebidas alcoólicas e o combate aos outros “vícios” que “degeneravam” a nação brasileira e sua saúde mental, tais como a “perversão” sexual, o uso de álcool e outros inebriantes e a sífilis.<sup>136</sup>

É possível apontar interesses convergentes entre Manoel Bomfim e os demais intelectuais reunidos na Liga no que se refere ao objetivo de promover o “aperfeiçoamento moral” dos brasileiros através do “apuro de seu caráter” e dos cuidados com sua infância, através da educação escolar. De acordo com Reis, uma de suas seções dedicava-se ao cuidado com as crianças, nas escolas, enfatizando a importância de inculcar-se nos pequenos a preocupação com hábitos higiênicos e até mesmo noções de “educação sexual”.<sup>137</sup>

A partir de meados da década de 1920, o escritor sergipano passa a dedicar-se ao projeto da trilogia que seria integrada pelos volumes *O Brasil na América – caracterização da formação brasileira*, *O Brasil na História – deturpação das tradições* e *O Brasil Nação – realidade da soberania brasileira*, lançados pela Francisco Alves, respectivamente em 1929, 1931 e 1933.

Entre sua primeira obra de análise sociológica e o início da escrita desta trilogia passaram-se vinte anos. Isto não significou, no entanto, uma ruptura em seu pensamento, e sim um amadurecimento de suas preocupações acerca da identidade nacional brasileira, em resposta a proposições e interpretações enunciadas por intelectuais nacionais ou estrangeiros que mantinham uma visão limitada por

---

<sup>135</sup> Sobre a participação de Manoel Bomfim na Liga Brasileira de Higiene Mental, ver REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)*. 1994. 353pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, p. 118, nota 3; BORGES, Roselania; BOARINI, Maria Lucia. A pedagogia de Manoel Bomfim: uma proposta higienista na educação. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia, *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, p. 4.690. Disponível em: <[http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/429RoselaniaBorges\\_e\\_MariaBoarini.pdf](http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/429RoselaniaBorges_e_MariaBoarini.pdf)>.

Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>136</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 47-60.

<sup>137</sup> REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)*. 1994. 353pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, pp. 219-223.

determinismos raciais e geográficos. Bomfim, ao contrário, afirmava a soberania e a força desta nacionalidade, quando dada a devida atenção à educação popular.

No primeiro livro, reafirmando a positividade da mestiçagem enunciada na obra anterior, de 1905, Bomfim procurou descrever a epopeia do pioneirismo ibérico e seu contato com os indígenas como um acontecimento “não destrutivo”. Segundo Zilda Iokoi,<sup>138</sup> o cruzamento das tradições entre o africano, o português e o indígena, em Bomfim, daria a “fórmula geral” de nossa nacionalidade, e não as particularidades de cada grupo separadamente. A tese central do livro foi desenvolvida a partir da consideração das particularidades nacionais brasileiras, em meio ao continente americano: as lutas em defesa do território, de acordo com a pesquisadora, foram para Bomfim o elemento de unificação dos povos que originaram a nação.<sup>139</sup>

No segundo livro, o pensador sergipano destacou que a história do Brasil escrita até então havia sido deturpada, como podemos depreender já a partir de seu título, por historiadores nacionais e estrangeiros. Segundo Rebeca Gontijo, nomes como Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e Pereira da Silva (1817-1897) foram criticados por Bomfim por terem utilizado em suas pesquisas uma concepção da história que defendia a objetividade e a imparcialidade, sem “respeito pela verdade”, pelo uso de tendências filosóficas e científicas orientadas pelas ciências naturais, como evolucionismo e positivismo.<sup>140</sup>

Fazendo elogio às obras históricas escritas por frei Vicente Salvador, Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Robert Southey, Bomfim sintetizou as “causas das deturpações” em externas e internas. Conforme assinalado por Gontijo,<sup>141</sup> entre as primeiras estava a “influência francesa” na historiografia nacional, sempre em busca do que seria exótico e pitoresco, sem os necessários “critérios de observação”, que seriam primordiais a um estudo científico.

Como fatores internos, destacou a busca pela imparcialidade, que seria capaz de tornar nulas as paixões dos que escreviam a história do país, negando o valor do “elemento nacional” e camuflando os seus interesses e as tradições brasileiras.<sup>142</sup> Era

---

<sup>138</sup> IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Bomfim, Manoel. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.

<sup>139</sup> *Ibid.*

<sup>140</sup> GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*. 2001. 209 pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, pp. 97-123.

<sup>141</sup> *Ibid.* pp. 112-119.

<sup>142</sup> *Ibid.* pp. 112-114.

necessário promover, também, uma cuidadosa análise das fontes, dos documentos – e se preciso fosse, um reexame daqueles já analisados.<sup>143</sup>

Por fim, Bomfim criticou a redução do processo histórico à listagem de fatos e nomes como outra causa de “deturpação” de nossa história, pois esta era limitada à enunciação de fatos políticos e militares oficiais – tal era, por exemplo, a História escrita pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à sua época, que não considerava a incorporação de outras ciências, como a Psicologia, em suas análises.

Em *O Brasil Nação*, o último volume da trilogia, Bomfim apresenta uma posição mais radical e cética quanto às possíveis mudanças na política e sociedade brasileiras.<sup>144</sup> Ao defender uma revolução – no seu entendimento o Brasil já teria passado por quatro momentos revolucionários, formadores de sua autonomia como nação, correspondendo à Independência, ao fim do Primeiro Reinado, à Abolição e à proclamação da República –, não como a da Rússia, mas outra, que fosse nacionalista popular, como a mexicana.<sup>145</sup> O sergipano não deixava de lado, entretanto, a questão da educação, considerada como mais urgente, para que a população pudesse exercer sua liberdade e direitos.<sup>146</sup>

Nesta obra, criticava os positivistas, pois estes, ao mesmo tempo em que tinham o “progresso” como principal objetivo, não se encontravam livres para criticar e aperfeiçoar sua teoria, mas somente para divulgá-la por meio da propaganda. Por conta dessa “inércia intelectual”, os adeptos do positivismo apresentavam uma interpretação “soberana” e de “absoluta eficiência”, além de um comportamento pedante. Outra crítica, ainda relativa aos positivistas, era quanto à educação, que para Bomfim, deveria ser universal e obrigatória, segundo o ideal republicano de ampliação progressiva da alfabetização da população. Os adeptos do positivismo, entretanto, entendiam que se trava aquela de uma função a ser cumprida pela família. Dessa forma, era

[...] dogma seu [dos positivistas] que a instrução elementar obrigatória atenta contra os direitos do cidadão. Tanto vale dizer: atenta contra os direitos que

<sup>143</sup> Como Gontijo nota, apesar dessa defesa, Bomfim não se dedicou à pesquisa arquivística e pouco utilizou de documentação primária. GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*. 2001. 209 pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, pp. 115.

<sup>144</sup> BOTELHO, André Pereira. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 118-131.

<sup>145</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 499.

<sup>146</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1931], p. 347.

têm os pais de condenar os filhos à inferioridade patente do analfabetismo...  
147

Muitas das posições defendidas em *A América Latina* (1905) seriam retomadas em *O Brasil Nação*, como a crítica em torno da questão da imigração europeia, que não deveria ser pensada como meio de “melhorar” a população nacional, que não era “inferior” ou “preguiçosa”.<sup>148</sup> Ao invés de desmoralizar o mestiço, os dirigentes da nação deveriam preocupar-se em apurá-lo em educação e cultura erudita – como será abordado de forma mais aprofundada nos capítulos seguintes.

Contra esta visão negativa acerca do trabalhador nacional, Bomfim resgata a contribuição de Robert Southey,<sup>149</sup> o qual, segundo Bomfim, “nos conheceu melhor que essa tropa dirigente, repele, de antemão, a acusação: ‘Onde quer que o brasileiro se negue ao trabalho, outros motivos haverá, não a preguiça.’”<sup>150</sup>

Contemporâneo da Revolução de 1930, o acontecimento era referido pelo escritor sergipano, ainda que indiretamente, nesta última obra. Criticando-o, censurava-o, pois, para ele, uma revolução seria completa apenas quando substituíssem os dirigentes, a ideologia e as mentalidades, o que, segundo ele, não tinha ocorrido de fato.  
151

Tendo compartilhado dos mesmos ambientes, como a Faculdade de Medicina da Bahia e o cenário político e intelectual da capital do país na virada do século, – no caso de Bomfim, a partir de 1888, e no de Juliano Moreira, de 1903 – tais intelectuais, contudo, guardaram especificidades na forma como trataram a problemática da construção da identidade nacional. Enquanto Manoel Bomfim, como acima referido, manteve estreita ligação com grupos ligados às atividades políticas, ao jornalismo, apropriando-se das novas teorias da Psicologia, da Pedagogia e da Sociologia, Moreira, como será visto a seguir, integrou-se a outras redes de sociabilidade.

---

<sup>147</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1931], p. 435.

<sup>148</sup> Ibid. pp. 478-481.

<sup>149</sup> Robert Southey (1774-1843) foi um escritor britânico. Especializou-se em história de Portugal e do Brasil, e tinha grande coleção de livros e documentos sobre estas nações. Publicou, em Londres, entre 1810 e 1819, os três volumes de *História do Brasil* – que posteriormente terá seis volumes, numa tradução para o português. O livro contém bastante informação sobre as populações nativas do Brasil; para escrevê-lo, nunca esteve no país. PUNTONI, Pedro. *Brasiliana USP*. São Paulo: USP. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/node/411>> Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>150</sup> BOMFIM, Manoel. op. cit., p. 489.

<sup>151</sup> Também Sérgio Buarque de Holanda, em um capítulo de *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, criticou indiretamente este fato histórico, a Revolução de 1930.

Sua atuação e grupo de influência estavam relacionados diretamente à medicina, primeiro à dermatologia e depois à psiquiatria. Nesta última especialidade, estreitou relações com outros médicos, nacionais e estrangeiros, o que ampliou sobremaneira suas contribuições em periódicos especializados e congressos nacionais e internacionais, favorecendo sua afirmação como campo do saber médico no Brasil.

#### 1.4 Juliano Moreira (1873 – 1933)

A Juliano Moreira tem sido reconhecida, há algumas décadas, a “paternidade” da ciência psiquiátrica no Brasil, conforme assinalado por Ana Teresa Venâncio,<sup>152</sup> enquanto o médico Teixeira Brandão<sup>153</sup> é apontado como difusor do pensamento psiquiátrico francês no país e precursor da assistência psiquiátrica oficial.

Isto teria ocorrido porque Moreira afastou-se, em sua prática e textos, dos modelos teóricos de Morel,<sup>154</sup> Esquirol<sup>155</sup> e Pinel,<sup>156</sup> aderindo à linha organicista representada pelo alemão Emil Kraepelin,<sup>157</sup> como veremos a seguir.<sup>158</sup>

<sup>152</sup> VENANCIO, Ana Teresa. As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, pp. 59-73, jul.- dez./ 2005, p. 60.

<sup>153</sup> João Carlos Teixeira Brandão (1854-1921) nasceu em São João Marcos (RJ). Formou-se doutor pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1877). Em 1883, aprovado em concurso, começou a lecionar clínica psiquiátrica e moléstias nervosas nesta mesma instituição. No ano seguinte ingressou no quadro de clínicos do Hospício Pedro II (durante este período podemos destacar a sua atuação em prol da criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras), tornando-se diretor do serviço sanitário em 1887. Em 1890 foi nomeado diretor geral da Assistência Médico Legal de Alienados. Em 1886 foi eleito membro titular da Academia Imperial de Medicina. Foi deputado federal entre os anos de 1903 e 1920 e sua atuação principal foi em prol da assistência psiquiátrica. ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da elite política republicana (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRAND%C3%83O,%20Teixeira.pdf>> Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>154</sup> Bénédicte Morel (1809-1873) foi um psiquiatra franco-austríaco. Foi o primeiro estudioso a usar o termo demência precoce (hoje esquizofrenia). Publicou “Tratado das degenerescências físicas, intelectuais e morais da espécie humana e as causas que produzem essas diferentes doenças” (1857) explicando que estigmas físicos e psíquicos degenerativos seriam a causa dos problemas dos diferentes tipos de *loucos* e *delinquentes* (crime). RUIZA, Miguel (diretor). *Biografias y vidas: milhares de biografias de personalidades históricas e atuais*. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/m/morel.htm>>. Acesso em: 03 de março de 2014.

<sup>155</sup> Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772-1840) foi um psiquiatra francês. Diferenciou a demência (doença mental) da amência (deficiência mental): o primeiro seria o *louco* e o segundo, *idiota*, avaliado de acordo com seu rendimento educacional, feito pelo pedagogo. MEDEIROS FILHO, Carlos Fernandes (coord.). *Biografias*. Disponível em: < <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JeanEDES.html>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2014.

<sup>156</sup> Philippe Pinel (1755-1826) foi um psiquiatra francês. Introduziu melhoras no tratamento dos enfermos mentais e buscou a separação entre a psiquiatria e medicina geral. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/p/pinel.htm>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>157</sup> Emil Kraepelin (1856-1926) foi um psiquiatra alemão. Dedicou-se ao estudo da psicose maníaco depressiva e da demência precoce (esquizofrenia). Contribuiu para a descrição e classificação de várias doenças mentais e as classificou de acordo com sua gravidade – seu trabalho foi fundamental para a nosografia psiquiátrica. Sua obra completa (*Psiquiatria*) foi publicada em 1927. RUIZA, Miguel (diretor). *Biografias y vidas: milhares de biografias de personalidades históricas e atuais*. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/k/kraepelin.htm>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>158</sup> Para Vera Portocarrero, os trabalhos e pesquisas sobre “alienação mental” apresentados nas faculdades de medicina existentes no Brasil do século XIX, na Bahia e no Rio de Janeiro, seguiam a linha francesa

Juliano Moreira nasceu em janeiro de 1873, em Salvador, na província da Bahia.

<sup>159</sup> Era mestiço, de origem pobre: sua mãe trabalhava na casa do Barão de Itapuã, Adriano Gordilho, médico baiano, e seu pai, português, trabalhava como inspetor de iluminação pública.

Em sua infância teve uma convivência muito próxima à família do Barão de Itapuã, que o apadrinhou, o que certamente favoreceu seu ingresso na vida acadêmica.

Em 1886 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia e em seu quinto ano de estudo foi interno de Clínica Dermatológica e Sifiligráfica. Sua tese para obtenção de título de médico, apresentada em 1891, tinha como título “Sífilis Maligna Precoce”, tendo sido aprovada com nota máxima e analisada por cientistas estrangeiros, nos periódicos *Journal des Maladies Cutanées et Syphilitiques* e nos *Annales de Dermatologie et Syphiligraphie*.<sup>160</sup>

Após doutorar-se, já em 1893, aparecem suas primeiras colaborações na *Gazeta Medica da Bahia* que, como vimos, foi importante veículo da divulgação de pesquisas nacionais e estrangeiras sobre diferentes temas da medicina, em direta filiação aos acadêmicos da Faculdade de Medicina da Bahia.

Moreira passou então a clinicar na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, acumulando o cargo de médico adjunto do Hospital Santa Isabel. Ocupou, ainda, cargos em comissões sanitárias na cidade de Salvador e no interior da Bahia.

Ainda em 1893, ocupou, sem remuneração, o cargo de assistente da cadeira de Clínica Psiquiátrica e de Doenças Nervosas da Faculdade de Medicina da Bahia, cuja cátedra era ocupada por João Tillemont Fontes,<sup>161</sup> iniciando-se no aprendizado dessa especialidade médica. No ano seguinte, foi nomeado preparador da cadeira de Anatomia Médico-Cirúrgica da mesma Faculdade.<sup>162</sup> O primeiro catedrático da cadeira fora o

da psiquiatria, baseada na compreensão da *doença mental* através de esquemas morais, e não psicológicos. Cf. PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 41.

<sup>159</sup> Todos os dados biográficos de Juliano Moreira foram retirados, salvo informações em contrário, dos seguintes trabalhos: PASSOS, Alexandre. *Juliano Moreira: vida e obra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975; VENANCIO, Ana Teresa. As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, pp. 59-73, jul.- dez./ 2005; ODA, Ana Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 22, n. 4, pp. 178-179, 2000; MEMORIAL PROFESSOR JULIANO MOREIRA. Juliano Moreira: o mestre, a instituição. Salvador, 2007.

<sup>160</sup> PASSOS, Alexandre. *Juliano Moreira: vida e obra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975, p. 10; VENANCIO, Ana Teresa. As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, pp. 59-73, jul.- dez./ 2005, p. 60.

<sup>161</sup> JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; GELMAN, Ester Aida. Juliano Moreira e a *Gazeta Medica da Bahia*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out.-dez. 2008, p. 1077-1097, p. 1084.

<sup>162</sup> PASSOS, Alexandre. op. cit., p. 15



professor Augusto Maia Bittencourt, que faleceu pouco tempo após tomar posse, em 1886.

Estudando com afinco o tema das moléstias mentais, e inserindo-se na rede de sociabilidades dos acadêmicos baianos, já em 1899 Juliano Moreira publicou na *Gazeta Medica da Bahia* seu primeiro trabalho sobre o tema da neuropsiquiatria, tornando-se esta a área mais prolífica de sua produção.

Por essa época, integrava a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia, que fora criada em 1894, segundo Ronaldo Jacobina e Ester Gelman,<sup>163</sup> tendo como primeiro presidente Pacheco Mendes<sup>164</sup> e que recebera o apoio de Nina Rodrigues. Na mesma instituição, Moreira manteve contato com Silva Lima<sup>165</sup> e Pacífico Pereira, precisamente, os fundadores da *Gazeta Medica da Bahia*, além de outros acadêmicos da Faculdade de Medicina, o que certamente favoreceu a constância de suas colaborações no mesmo periódico, a partir de seu primeiro artigo. De fato, constava entre seus redatores e colaboradores entre os anos de 1896 a 1915, tornando-se redator principal, entre 1901 e 1906.

Nesse grupo, o personagem mais relevante para a análise aqui proposta é, sem dúvida, Raimundo Nina Rodrigues. Professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Rodrigues tornou-se um dos principais interlocutores de Moreira, ao filiar-se mais estritamente aos enunciados do racismo científico, como aqueles referidos à existência de diferenças definitivas e irreparáveis entre as raças.<sup>166</sup>

De acordo com pesquisadores que se debruçaram sobre a biografia e a trajetória intelectual e acadêmica de Juliano Moreira, como Ronaldo Jacobina, Ester Gelman e Ana Teresa Venâncio,<sup>167</sup> sua produção, bastante extensa, poderia ser dividida em momentos diferentes, dentre as quais as fases de “médico tropicalista” e outra voltada aos estudos psiquiátricos foram as mais marcantes. Isto nos leva a concluir que sua

<sup>163</sup> JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; GELMAN, Ester Aida. Juliano Moreira e a *Gazeta Medica da Bahia*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out.-dez. 2008, p. 1077-1097.

<sup>164</sup> Antonio Pacheco Mendes (1855-1941) nasceu em Aracati (CE). Formou-se em 1880 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Foi deputado estadual (1891-1892), deputado federal pela Bahia (1918-1920) e senador (1913-1916). Na medicina, especializou-se em anatomia patológica e clínica cirúrgica. ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da elite política republicana (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MENDES,%20Pacheco.pdf>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>165</sup> João Francisco da Silva Lima (1826-1910) nasceu em Portugal e chegou à Bahia aos 14 anos. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia (1851). Seus estudos mais importantes são sobre o *Ainhum* e o beribéri. BAHIANA – Escola de Medicina e Saúde Pública. *Heróis da Saúde na Bahia*. Disponível em: <<http://www.bahiana.edu.br/herois/heroi.aspx?id=OQ%3D%3D>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>166</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 62.

<sup>167</sup> JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; GELMAN, Ester Aida. op. cit.; VENANCIO, Ana Teresa. Doença mental, raça e sexualidade nas teorias psiquiátricas de Juliano Moreira. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, pp. 283-305, 2004, p. 286.

carreira posterior na psiquiatria, embora relevante para este campo no cenário brasileiro, não era um “destino lógico”, ou seja, Moreira não estava destinado a isso, mas organizou sua trajetória de acordo com as escolhas que lhe foram possíveis, a partir, também, das redes de sociabilidades às quais se juntou e pelas quais foi favorecido.

Num primeiro momento, iniciado em 1893 e forte até 1899, é chamado de “tropicalista” por Jacobina, Gelman e Venancio,<sup>168</sup> uma vez que seus artigos no período estavam voltados para a divulgação de pesquisas sobre a malária na Bahia, o beribéri e a leishmaniose, por exemplo. Moreira também atuou como “historiador da medicina”, principalmente entre 1898 e 1902, comentando, sintetizando e divulgando trabalhos de Pasteur, Virchow, Francisco de Castro, Alfredo Kanthack, Oscar Bulhões e outros.<sup>169</sup> Na área de dermatologia, publicou trabalhos relativos à sífilis, sob os mais diversos aspectos.

Suas contribuições na área da psiquiatria na *Gazeta Medica da Bahia* se iniciam com um primeiro artigo em assistência psiquiátrica, em 1893, tornando-se Moreira cada vez mais especializado no tema, notavelmente a partir de 1899, como referido acima, quando passa a publicar em outros periódicos médicos no Brasil, como *Revista Médico-legal da Bahia*, *Brazil Medico* e *Revista Medico-Cirúrgica* (estes últimos do Rio de Janeiro), e do exterior, como o *British Journal of Dermatology*.<sup>170</sup>

Em sua primeira viagem à Europa, no ano de 1895, frequentou cursos sobre doenças mentais, clínica médica e anatomia patológica, além de assistir palestras em países como Alemanha e França. Cientistas alemães como Jolly,<sup>171</sup> Leyden<sup>172</sup> e Virchow<sup>173</sup> foram seus professores. Na condição de bolsista,<sup>174</sup> visitou clínicas psiquiátricas e manicômios nos países onde esteve.

<sup>168</sup> VENANCIO, Ana Teresa. Doença mental, raça e sexualidade nas teorias psiquiátricas de Juliano Moreira. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, pp. 283-305, 2004, p. 286.

<sup>169</sup> Dados sobre publicações de Juliano Moreira na *Gazeta Medica da Bahia* podem ser encontrados em: JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; GELMAN, Ester Aida. Juliano Moreira e a *Gazeta Medica da Bahia*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out.-dez. 2008, p. 1092.

<sup>170</sup> PASSOS, Alexandre. *Juliano Moreira: vida e obra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975, p. 12; MEMORIAL PROFESSOR JULIANO MOREIRA. *Juliano Moreira: o mestre, a instituição*. Salvador, 2007, p. 48

<sup>171</sup> Philipp von Jolly (1809-1884) foi um físico alemão. Suas investigações principais foram sobre as correntes de ar na atmosfera. RUIZA, Miguel (diretor). *Biografias y vidas: milhares de biografias de personalidades históricas e atuais*. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/j/jolly.htm>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>172</sup> Ernst Viktor von Leyden (1832-1910) foi um médico alemão. Seu campo de pesquisa foi amplo, com atenção especial para asma, tuberculose e tétano. RUIZA, Miguel (diretor). *Biografias y vidas: milhares de biografias de personalidades históricas e atuais*. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/l/leyden.htm>>. Acesso em: 02 de março de 2014

<sup>173</sup> Rudolf Virchow (1821-1902) foi médico e político alemão; considerado fundador da patologia celular. RUIZA, Miguel (diretor). *Biografias y vidas: milhares de biografias de personalidades históricas e atuais*. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/v/virchow.htm>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

Um momento marcante da trajetória de Juliano Moreira teria sido a seleção para professor da 12ª seção (doenças nervosas e mentais), ocorrida em 1896, na Faculdade de Medicina da Bahia. A cátedra da disciplina havia ficado vazia, como referido acima, e desde 1886 fora ocupada por Tillemont Fontes, professor adjunto da cadeira de Clínica Médica.

Juliano Moreira, como visto, iniciara, três anos antes da convocação do concurso, um período como assistente de Fontes nessa mesma sessão. Além de contar com conhecimentos teóricos e práticos atualizados na disciplina, o médico baiano também tinha a seu favor a rede de sociabilidades que abarcava os acadêmicos envolvidos na Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia, bem como o próprio Tillemont Fontes.<sup>175</sup>

Suas provas para o cargo consistiram da defesa da tese “Disquinesias Arsenicas” e do desenvolvimento do ponto “Meopatias progressivas”, apresentados em aulas abertas a estudantes e leigos, segundo Alexandre Passos.<sup>176</sup> Na ocasião, Moreira desacreditaria da idoneidade da banca, já que a Faculdade tinha fama de, por racismo, preferir negros e mestiços.<sup>177</sup>

Com vinte e três anos e tendo vencido outros dois candidatos, portanto, ingressou no magistério. Importante na descrição deste momento da vida de nosso personagem foi o seu discurso de posse, que é constantemente referido como uma crítica à Faculdade e à própria sociedade, regida por preconceitos raciais. Em sua fala, em nove de maio de 1896, fez questão de valorizar o mérito e o afincamento com que se dedicava ao trabalho, o que lhe permitira superar o favorecimento por terceiros.<sup>178</sup>

Suas responsabilidades neste cargo consistiam em promover aulas práticas no Asilo São João de Deus (hoje Hospital Juliano Moreira), em Salvador, e substituir, por vezes, o catedrático da disciplina – o já citado Tillemont Fontes. Além destas atividades, Moreira manteve as contribuições nos periódicos especializados e participações em congressos médicos internacionais.

---

<sup>174</sup> Embora não haja informações que tratem disso isto, é muito provável que a instituição que lhe concedeu a bolsa tenha sido a Faculdade de Medicina da Bahia, uma vez que era assistente da cadeira de Clínica Psiquiátrica e de Doenças Nervosas da mesma. Em: JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; GELMAN, Ester Aida. Juliano Moreira e a Gazeta Médica da Bahia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out.-dez. 2008, p. 1084.

<sup>175</sup> MEMORIAL PROFESSOR JULIANO MOREIRA. Juliano Moreira: o mestre, a instituição. Salvador, 2007; PASSOS, Alexandre. *Juliano Moreira: vida e obra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975, p. 10-15.

<sup>176</sup> PASSOS, Alexandre. *Juliano Moreira: vida e obra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975, p. 16.

<sup>177</sup> MEMORIAL PROFESSOR JULIANO MOREIRA. op. cit., p. 11.

<sup>178</sup> Uma de suas frases mais conhecidas neste discurso foi: “Subir sem outro bordão que não seja a abnegação ao trabalho, eis o que há de mais escabroso.” Cf. PASSOS, Alexandre. op. cit., p. 16.

Data deste período, provavelmente, sua proximidade e amizade com Afrânio Peixoto,<sup>179</sup> cuja tese de doutoramento, “Epilepsia e crime”, foi recomendada à publicação por Nina Rodrigues e Juliano Moreira, que prefaciaram a obra, em 1898.

De seus estudos da ciência psiquiátrica, realizados desde a década de 1890 até o fim de sua vida, em 1933, sua principal adesão foi à teoria organicista de Kraepelin, como referido, em oposição às teorias de Esquirol, Pinel e Morel.

No entender de Pinel e Esquirol,<sup>180</sup> o louco deveria permanecer isolado, afastado de seus hábitos e família, e, cercado de pessoas a ele estranhas, mudaria completamente seu modo de viver. De acordo com esse entendimento, apenas desta forma seria possível alterar a direção de suas “sensações nervosas”, uma vez que seriam criadas novas impressões, rompendo-se com os “vícios de ideias e comportamentos” que o alienado apresentava anteriormente. Retirando o doente da vida em sociedade, afirmava Esquirol, este poderia desenvolver os hábitos morais que levariam a sua cura.

Na classificação francesa, as desordens comportamentais do alienado ocorreriam por conta da perversão das vontades, isto é, eram um problema de ordem moral, não intelectual ou psicológico.

Em Morel, diferentemente,<sup>181</sup> temos a defesa da “teoria da degenerescência”. Para ele, “degenerescências” correspondiam a desvios da normalidade humana, transmitidos hereditariamente, podendo se atribuir suas causas a condições diversas, como intoxicações, meio social, doenças adquiridas, que levariam a linhagem do doente ao desaparecimento, em razão de seu enfraquecimento.

Segundo essa linha de interpretação, a fim de evitar a propagação de indivíduos que “degenerassem a espécie”, deveriam ser instituídos programas de higiene física e moral. Sendo tal processo constitutivo da natureza humana, seria impossível aos indivíduos mentalmente sãos se tornarem alienados.

No Brasil, segundo Portocarrero, a teoria de Pinel-Esquirol acerca do confinamento asilar teria sido apropriada sobretudo por administradores leigos,<sup>182</sup> ou

---

<sup>179</sup> Afrânio Peixoto (1876-1947) nasceu na cidade de Lençóis, na Chapada Diamantina (BA). Doutorou-se na Faculdade de Medicina da Bahia com a tese “Epilepsia e crime”, em 1897. Substituiu Moreira na direção do Hospital Nacional de Alienados, em 1904, quando este foi à Europa para tratar de doença. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1911; nomeado diretor da Escola Normal, em 1915 (num período em que Manoel Bomfim era professor na mesma instituição), e deputado, eleito e reeleito, pelo estado da Bahia (1924/ 1928). Também foi nomeado reitor da Universidade do Distrito Federal, em 1934. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – ABL. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=44&sid=127>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>180</sup> PORTOCARRERO, Vera. Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, pp. 42-47.

<sup>181</sup> Ibid. pp.47-55.

<sup>182</sup> Ibid.

seja, não-médicos, reduzindo-se, desta forma, a possibilidade de debates e aprofundamento científico.

Já a teoria de Morel foi utilizada por parte dos médicos brasileiros, a partir da segunda metade do século XIX, para analisar a relação entre mistura racial e aparecimento de doenças mentais, levando-os a conclusão de que raças diferentes, “fracas” ou “degeneradas”, não deveriam procriar, sendo assim evitada a propagação de caracteres nocivos à humanidade. Parte dos adeptos da teoria da “degenerescência” afirmava que as raças “fracas” e “degeneradas” podiam ser encontradas originariamente em locais específicos, como as regiões de climas tropicais – eram os simpatizantes do determinismo geográfico.<sup>183</sup>

A questão da hereditariedade também se tornou essencial para que os médicos brasileiros explicassem, no início do século XX, a possibilidade de transmissão de caracteres “degenerativos” adquiridos através de “desvios” físicos ou morais. Estes “desvios” podiam ser o alcoolismo, a epilepsia, a sífilis. Essa perspectiva abria assim as portas para a noção de “cuidado” ou “aprimoramento” da raça, para que esta não fosse extinta.<sup>184</sup>

Juliano Moreira criticou estas visões e apresentou novidades para o campo psiquiátrico baseando-se em pesquisas conduzidas por médicos alemães em manicômios, o que realizou em debates com seus pares e através de suas inúmeras contribuições em periódicos e da participação em congressos nacionais e internacionais, sendo os dois primeiros o Congresso Médico Internacional, realizado em Paris, em 1900, e o IV Congresso Internacional de Assistência aos Alienados, em 1901, em Berlim.

Segundo Ana Teresa Venâncio, fazendo uso do caráter universal das categorias kraepelianas, Juliano Moreira propôs uma nova classificação psiquiátrica para esta especialidade no Brasil,<sup>185</sup> criticando o determinismo racial e geográfico de parte dos adeptos da teoria da degenerescência.

Em debate com a teoria de Morel, e aceitando a proposta de Kraepelin, o psiquiatra brasileiro concebia a doença mental como um estado humano diferenciado dos “normais”. Sendo o desvio da “normalidade” uma exceção biológica, deveria este ser estudado no âmbito orgânico de cada indivíduo. Como ponderado por Venâncio, a

---

<sup>183</sup> PORTOCARRERO, Vera. Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, pp.47-64.

<sup>184</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

<sup>185</sup> VENANCIO, Ana Teresa. Doença mental, raça e sexualidade nas teorias psiquiátricas de Juliano Moreira. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, pp. 283-305, 2004.

proposta de Moreira consistia numa tentativa de promover a síntese entre causas morais e físicas das doenças mentais, sendo aquelas, exemplificadas por padrões de comportamento “pervertidos” (como “devassidões” sexuais) ou socialmente “condenáveis” (como o vício em bebidas alcoólicas e outros inebriantes) muitas vezes também o resultado de determinismo físico-orgânico. Tal determinismo estava remetido à ação de toxinas sobre o cérebro do indivíduo que, unidas às “perturbações” de seu organismo, manifestariam os sintomas da doença.<sup>186</sup>

Segundo o modelo de Moreira, então, o livre arbítrio ou as motivações individuais não influiriam no aparecimento das “doenças mentais”, sendo mais importantes, portanto, as reações que o corpo produziria; estas, sim, bloqueariam ou estimulariam as atitudes dos loucos.<sup>187</sup>

Como referido acima, mestiçagem e hereditariedade eram até então entendidas em estreita ligação com a prática de crimes e com os “desvios” mentais pelos adeptos da teoria de Morel, respectivamente. Moreira, contudo, propôs analisar as causas físico-orgânicas e o ambiente social dos indivíduos que apresentavam tais manifestações, dando especial atenção a fatores como alcoolismo, condições de higiene e alimentação precárias, além das práticas sexuais “pervertidas”, de forma a evitar o determinismo.

Desta forma, pode-se concluir que, para ele, o “degenerado” não era só aquele que tinha uma predisposição individual para o aparecimento de “taras degenerativas”, como afirmado por Kraepelin.<sup>188</sup> A isto o psiquiatra baiano unia uma interpretação acerca das teorias da hereditariedade, resignificando algumas das concepções kraepelianas: o “degenerado” poderia ser tanto aquele que tivesse uma predisposição individual, como referido acima, como também aquele que herdasse características “negativas”, em uma apropriação do neo-lamarckismo, segundo o qual haveria transmissão hereditária das características físicas e psicológicas adquiridas durante a vida de um indivíduo. Para Moreira, também uma educação *adequada e boa* era uma importante medida profilática, capaz de evitar o desenvolvimento das “doenças mentais”.

Tendo estes fatores em vista, era importante, no entender de Juliano Moreira, que se buscasse uma educação preventiva e eficaz, além de um ambiente social “saudável”, o que acabou por alargar o objeto da psiquiatria à sociedade “sã”,

---

<sup>186</sup> VENANCIO, Ana Teresa. Doença mental, raça e sexualidade nas teorias psiquiátricas de Juliano Moreira. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, pp. 283-305, 2004, p. 287.

<sup>187</sup> *Ibid.* p. 287.

<sup>188</sup> PORTOCARRERO, Vera. Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, pp. 55-59.

ultrapassando-se os muros do hospício.<sup>189</sup> A partir do momento em que a degeneração poderia ser tanto herdada como adquirida, isso significou que crianças e adultos deveriam cuidar de sua saúde física e psicológica, de acordo com padrões de normalidade construídos por uma elite intelectual e médica, da qual Moreira fazia parte.

Em suas críticas a Pinel e Esquirol, portanto, Moreira propôs um novo modelo de assistência que não se restringiria somente ao asilo. Estendeu os cuidados médicos a outras instituições e instâncias da sociedade, como a escola, as Forças Armadas e a família. Desta forma, ao pretender inculcar valores morais na parcela da sociedade considerada “sã”, demonstrava a influência da medicina psiquiátrica nestes primeiros anos do século XX, dentro e fora dos hospitais.

De igual forma, ao “louco” e ao “degenerado” não estaria destinado apenas o espaço do hospício. A partir de então, a prática psiquiátrica poderia acontecer também em colônias agrícolas,<sup>190</sup> em manicômios judiciais, na assistência familiar<sup>191</sup> e nos reformatórios para alcoólatras,<sup>192</sup> embora a última proposta não tenha sido efetivamente colocada em prática.<sup>193</sup> O que se pretendia não era diminuir o enclausuramento dos “anormais”, mas criar espaços específicos para cada tipo de *anormalidade*, ao mesmo tempo em que a prática psiquiátrica passava a ser autoreferida como mais científica e precisa.

Através da amizade com Afrânio Peixoto, Juliano Moreira conheceu o político baiano J. J. Seabra, então ministro do Interior e da Justiça, que o nomeou diretor do Hospital Nacional de Alienados, em 1903, no Rio de Janeiro. Moreira, entretanto, não era o primeiro nome na lista de Seabra para o cargo. Ele pretendia inicialmente indicar Antonio Dias de Barros, que, segundo Alexandre Passos,<sup>194</sup> acabara de ser nomeado professor de Histologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e estava impossibilitado de assumir dois cargos públicos. Isto demonstra não apenas que Moreira, através das redes às quais pertencia, esteve em articulação com importantes

---

<sup>189</sup> PORTOCARRERO, Vera. Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 59.

<sup>190</sup> Estas seriam criadas com espaço livre para o trabalho, visitas aos pacientes e passeios ao ar livre ao redor da colônia, numa prática conhecida como *open-door*, que dá uma “sensação de liberdade” ao interno. Seriam baseados no mesmo princípio terapêutico de educação e o prédio principal contaria com hospital, laboratório e instituto de educação. Ibid. pp. 124-130.

<sup>191</sup> Este tipo de atendimento seria feito próximo às colônias agrícolas: “famílias idôneas” receberiam os *doentes*, que assim seriam reinseridos, pouco a pouco, em sociedade. Outra opção seria a construção de pequenas casas, onde “bons enfermeiros” habitariam com suas famílias – e os *doentes*. Ibid. pp. 134-136.

<sup>192</sup> A diferenciação entre este *degenerado* e os *doentes mentais* dos manicômios se dá pela necessidade percebida de se especificar seu tratamento, visto que quando misturados aos outros, seu tratamento fica menos adequado. Aliás, grande preocupação tinham os médicos do século XX com os *bêbados e alcoólatras*. Ibid. pp. 132-134.

<sup>193</sup> Ibid. p. 132.

<sup>194</sup> PASSOS, Alexandre. *Juliano Moreira: vida e obra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.

dirigentes políticos do período, como também a relevância da Faculdade da Bahia para o tema da alienação no período aqui abordado.

Moreira foi nomeado em março de 1903, permanecendo no cargo até dezembro de 1930, quando foi dispensado pelo governo provisório de Getúlio Vargas.

Durante os vinte e sete anos em que esteve a frente da direção do Hospital, o psiquiatra baiano teria aplicado, segundo seus principais biógrafos, algumas novidades no tratamento dos internos – muitas delas influências obtidas nas visitas a hospitais europeus seguidores da linha organicista –, além de inovações também em instalações físicas e na administração. Por exemplo, dentre as modificações no espaço físico, teria promovido a retirada das grades nas janelas e a abolição das camisas-de-força. Estas medidas tinham como finalidade permitir uma sensação de liberdade – vigiada – ao interno. Através desta prática, conhecida como *open-door*,<sup>195</sup> a sensação de aprisionamento dos indivíduos também poderia ser amenizada.

Esta prática dialogava com aquela do isolamento do “insano” de seu antigo meio social, que, defendida por Pinel e Esquirol,<sup>196</sup> como já referido, seria destinada a alterar suas “perversões”. Para Moreira, tais práticas médicas não tinham o intuito de tratamento e “cura”, apenas de remoção e confinamento do alienado, e a isso ele apresentou alternativas referidas à diminuição do confinamento, bem como a prática da clinoterapia.

Essa técnica constituía em repouso sobre o leito ou em banhos com temperatura controlada e também foi utilizada como calmante para os pacientes mais agitados que, a todo o momento, permaneciam em observação. Tendo sido iniciada no Brasil no começo do século XX, buscava-se, com a mesma, substituir os tratamentos claramente violentos e punitivos utilizados anteriormente.<sup>197</sup>

Segundo Alexandre Passos, um de seus biógrafos mais consultados,<sup>198</sup> Juliano Moreira promoveu reformas nos prédios do Hospital, com a ampliação e construção de novos pavilhões, e a limpeza interna e externa dos ambientes.

Ainda em dezembro de 1903, Rodrigues Alves sancionou a resolução no. 1.132 do Congresso sobre a Lei Federal de Assistência a Alienados, e em 1904 foi decretado o Regulamento da Assistência a Alienados no Distrito Federal, o que, segundo Passos,<sup>199</sup> facilitou a implementação das reformas pretendidas por Moreira e a posterior nomeação

---

<sup>195</sup> PORTOCARRERO, Vera. Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 124.

<sup>196</sup> Ibid. pp. 42-47.

<sup>197</sup> Ibid. pp. 125-127

<sup>198</sup> PASSOS, Alexandre. *Juliano Moreira: vida e obra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975, p. 22.

<sup>199</sup> Ibid. p. 23.



de outros alienistas para cargos efetivos e adjuntos, como os de pediatra, cirurgião-ginecologista, dentista e farmacêutico, entre outros.

Pouco se fala, em suas biografias, sobre seu encontro e casamento com Augusta Peick, enfermeira alemã, ocorrido entre os anos de 1911 e 1913. Especula-se<sup>200</sup> que tenham se encontrado em meados da primeira década do século XX, quando Moreira viajava em “busca de novos ares” para tratar de uma doença.

A partir do início do século XX, nota-se a efetiva consagração de Moreira na vida acadêmica, com as numerosas participações em congressos nacionais e internacionais, fundação e cooperação em periódicos nacionais e internacionais, participação e organização de sociedades médicas (nacionais e internacionais, como correspondente) e ligas, com a citada de Higiene Mental. Deu continuidade também a suas pesquisas, nos laboratórios do Hospício Nacional, exercendo a vice-presidência da Academia Nacional de Medicina.

Em 1905, por exemplo, criou, com Afrânio Peixoto, os *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins*, que em 1908 foram transformados nos *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*. A mudança de nome do periódico indicava não apenas uma maior especialização e definição de objetivos de pesquisa da ciência psiquiátrica, mas também sua vinculação direta com a Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal,<sup>201</sup> fundada em 1907 e integrada por Miguel Pereira, Antonio Austregésilo e Miguel Couto, passando o periódico a atuar como seu órgão oficial.

Juliano Moreira foi designado “presidente perpétuo” dessa instituição, segundo Ede Cerqueira.<sup>202</sup> Embora este cargo seja incluído somente nos Estatutos publicados em 1920, pode ter sido adotado já entre 1915 e 1919, quando foi discutida a sua reforma.

Em 1907, foi presidente honorário e orador da sessão de encerramento do Congresso de Assistência a Alienados, em Milão, e passou a integrar o Instituto Internacional para o Estudo da Etiologia e Profilaxia das Doenças Mentais. Entre 1907 e

---

<sup>200</sup> MEMORIAL PROFESSOR JULIANO MOREIRA. Juliano Moreira: o mestre, a instituição. Salvador, 2007, p. 20.

<sup>201</sup> CERQUEIRA, Ede Conceição Bispo. A Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e o seu papel na institucionalização da Psiquiatria (1907-1928). IN: Simpósio Nacional de História, 2013, Natal, Anais do XXVII *Simpósio Nacional de História – ANPUH*, pp. 1-13. Disponível em: <[http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364941724\\_ARQUIVO\\_TextocompletoAnpuh2013Ede.pdf](http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364941724_ARQUIVO_TextocompletoAnpuh2013Ede.pdf)>. Acesso em: 03 de março de 2014.

<sup>202</sup> Ibid. p. 4, nota 4. Disponível em: <[http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364941724\\_ARQUIVO\\_TextocompletoAnpuh2013Ede.pdf](http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364941724_ARQUIVO_TextocompletoAnpuh2013Ede.pdf)>. Acesso em: 03 de março de 2014.

1918, participou de diversos congressos e assembleias internacionais, em Amsterdã, Londres, Budapeste e na Bélgica.

Em 1911, com Gustavo Riedel,<sup>203</sup> Antonio Austregésilo<sup>204</sup> e outros, fundou o periódico *Arquivos Brasileiros de Medicina*; em 1930, com Heitor Carrilho (1890-1954), fundou os *Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Fundado em 1919 e instalado em 1921, o Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro foi a primeira instituição deste tipo no continente americano, simbolizando os esforços do grupo integrado por Moreira em prol da constante especialização do campo da medicina psiquiátrica. Como iniciativas nesse sentido, registraram-se a criação, em 1911, sob a presidência de Hermes da Fonseca (1910-1914) e tendo Rivadavia Correia como ministro do Interior e Justiça, da Colônia de Alienados do Engenho de Dentro e, em 1923, a construção, da Colônia de Alienados de Jacarepaguá,<sup>205</sup> mais tarde Colônia Juliano Moreira, após o falecimento do psiquiatra.

Sobre a participação do diretor do Hospital Nacional de Alienados na Liga Brasileira de Higiene Mental, é provável que seu interesse se vinculasse diretamente aos objetivos de promover a prevenção de doenças mentais através do maior cuidado com a higiene geral; da realização de um programa de higiene mental e eugenia em âmbito individual, escolar, profissional; e de proteção e amparo aos egressos dos manicômios.

Esses objetivos se coadunavam com as pesquisas e proposições defendidas por Juliano Moreira na medida em que tinham como foco o tratamento individualizado e a educação sobre os corpos, a fim de evitar doenças, e como meio de “cuidar” e “aprimorar” os brasileiros. Também o amparo e a ressocialização dos que saíam dos manicômios era vista pelo psiquiatra baiano como medida essencial, uma vez que isto

---

<sup>203</sup> Gustavo Kohler Riedel (1887-1934). Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1909) e trabalhou como alienista-adjunto no Hospício Nacional de Alienados. Também foi docente da cadeira de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membro da Academia Nacional de Medicina, em 1916. Nomeado diretor da Colônia do Engenho de Dentro (1918). Em 1923 organiza a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental – e em 1925 é publicado o primeiro exemplar dos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, órgão oficial de tal Liga, por ele presidida. Dados de sua morte são incertos. PICCININI, Walmor J (editor). *Psychiatry on line Brasil*. Disponível em: <<http://www.polbr.med.br/ano08/wal0208.php>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>204</sup> Antonio Austregésilo Rodrigues Lima (1876-1960) nasceu em Pernambuco. Doutou-se em 1899 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e foi professor catedrático de Neurologia da mesma. Membro titular da Academia Nacional de Medicina (1903), também fez parte de diversas sociedades médicas no Brasil, França, Alemanha e Argentina, além de ter sido membro da Academia Brasileira de Letras. ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da elite política republicana (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Ant%C3%B4nio%20Austreg%C3%A9silo%20Rodrigues%20de.pdf>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

<sup>205</sup> MEMORIAL PROFESSOR JULIANO MOREIRA. Juliano Moreira: o mestre, a instituição. Salvador, 2007.

auxiliaria na não reincidência em crimes, resguardando-se de contágio com outros “vícios degenerativos”, como o consumo de álcool, ou de práticas sexuais “pervertidas”.

Deve-se assinalar que a Liga promoveu campanhas antialcoólicas entre as décadas de 1920 e 1930. Intelectuais dela participantes, como Gustavo Riedel, Henrique Roxo e Fernando de Magalhães, também defendiam medidas rígidas como as adotadas nos Estados Unidos, como a “lei seca” (com proibições e maiores impostos sobre produtos alcoólicos)<sup>206</sup>, sendo recomendada por Hernani Lopes uma maior participação da mulher, no ambiente familiar, direcionada a evitar que o marido e os filhos ingerissem bebidas alcoólicas. Também Juliano Moreira defendeu a medida, em entrevista no rádio referida por Nancy Stepan.<sup>207</sup>

Por ser associado à delinquência juvenil, à prostituição, ao crime e às “degenerações mentais”, o consumo do álcool foi combatido pelos higienistas, dentre eles Moreira, que entendiam que uma sociedade saudável, em vias de atingir o progresso econômico e social, deveria extinguir hábitos e atitudes como aquelas. A base de suas propostas calcava-se, então, em medidas moralizantes, promovendo-se a “regeneração da raça brasileira” através da “melhora” dos ambientes e de uma educação adequada, desaparecendo, neles, as referências aos enunciados do racismo científico.

Juliano Moreira pode manifestar-se ainda sobre as teorias raciais quando de sua viagem ao Japão, a convite do governo desse país, para dar palestras e conferências nas universidades de Tóquio, Kioto, Sendai, Hokaido, Osaka e Fukuoka e na Universidade Feminina de Tóquio, sendo acompanhado de Augusta Peick Moreira. Anos mais tarde, em 1935, Augusta reuniria os discursos proferidos por Moreira naquele país, nos quais o médico baiano refutava o chamado “perigo amarelo” identificado entre jornalistas e intelectuais brasileiros, destacando as qualidades positivas dos japoneses, por ele reconhecidas, como a capacidade de adaptação aos costumes ocidentais, bem como sua operosidade.

A partir de outubro de 1931, padecendo gravemente de tuberculose, retirou-se cada vez mais da vida pública, buscando em Belo Horizonte e Petrópolis ares benéficos. Faleceu em maio de 1933.

Com a apresentação das diferentes trajetórias de Manoel Bomfim e Juliano Moreira, pode-se perceber que, embora aproximando-se do ponto de vista da formação

---

<sup>206</sup> REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)*. 1994. 353pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, p. 87.

<sup>207</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

acadêmica e da defesa de certas posições críticas aos postulados do racismo científico, ambos os intelectuais vincularam-se a redes de sociabilidades e intelectuais algo distintas, o que justifica, em parte, os percursos que tomaram. O importante a assinalar é que tais percursos, que se tocaram, como na experiência da Liga Brasileira de Higiene Mental, conduziram a novidades nos respectivos campos de atuação profissional, em contraponto com as ideias dominantes de sua época – como veremos a seguir.

## 2. RAÇA, MISCIGENAÇÃO E TIPO NACIONAL: AS PERSPECTIVAS DE UM DEBATE

O objetivo deste capítulo é apresentar um panorama sobre importantes temas que marcaram o contexto das discussões em torno das teorias raciais entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX: mestiçagem, imigração, constituição e depuração do “tipo nacional”. Desse modo, intenciona-se mapear os debates entre as principais vertentes teóricas relativas à questão racial que caracterizaram o período, com o fim de situar as posições de Manoel Bomfim e Juliano Moreira – que serão analisadas mais profundamente no próximo Capítulo – nesse contexto.

Tal período foi caracterizado pelo advento do novo: “novo regime de governo, novos agentes sociais, novas formas de sociabilidade, novos padrões de consumo, novas ruas e monumentos, novos usos dos espaços públicos.”<sup>208</sup>. Trata-se também de um momento privilegiado das discussões acerca da identidade nacional do país que, apesar de ter como modelo as obras de cientistas e homens de letras europeus, não se configura como sua cópia.

A busca pelo estabelecimento de elementos definidores de uma identidade nacional brasileira marcou o processo histórico desencadeado a partir da emancipação política, tendo como marco importante a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, que desempenharia um papel fundamental nesse sentido durante o período do império. Vale destacar que uma das referências mais importantes da produção da instituição nesse momento foi a contribuição de Karl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), que, conforme assinalou Rebeca Gontijo, defendia que a “mescla das raças” era o fator capaz de contribuir para a construção de uma História do Brasil como uma nação indivisível – o que não o impossibilitou de tecer comentários sobre o papel civilizatório que a *raça*<sup>209</sup> branca desempenharia sobre as demais, especialmente pela ação dos grupos bandeirantes.<sup>210</sup>

<sup>208</sup> DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil café com leite: Mestiçagem e identidade nacional em periódicos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010, p. 13.

<sup>209</sup> Vale ressaltar que, segundo a historiadora Hebe Mattos, até a segunda metade do século XIX a instituição escravista não revela caráter racial em sua origem – e sim social, de acordo com as propostas de privilégios do Antigo Regime –, sendo a partir de então que “uma argumentação biologizante, as teorias raciais permitiriam novamente naturalizar algumas desigualdades sociais”. MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, pp.12 e 16.

<sup>210</sup> GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*. 2001. 209 pp. Mestrado em História – UFF, Niterói, p. 134.

Ao abordar as outras raças formadoras de nossa nacionalidade, como explica Manoel Salgado,<sup>211</sup> von Martius valoriza estudos que têm os indígenas como objeto fundamental, já que vê nestes a possibilidade de produção de mitos de nacionalidade (como o foram os cavaleiros medievais para a História europeia), conferindo aos negros pouca atenção. De acordo com o referido autor, esta é uma tendência que será seguida por certo grupo que se dedicou a escrever a História do Brasil, especificamente aquele ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: o silenciamento ou o prevalecimento de uma “a visão do elemento negro como fator de impedimento ao processo de civilização”.<sup>212</sup>

A partir dos anos 1870 e 1880, com as profundas transformações que vinham se dando no âmbito social e político e o questionamento ao sistema monárquico-escravista, aliados à propagação de correntes como o darwinismo social, o naturalismo, o positivismo e o liberalismo, entre outras, houve uma mudança radical nos parâmetros que definiam as interpretações da realidade brasileira.<sup>213</sup>

Estas “ideias novas”, evolucionistas, deterministas, dentre outras de caráter cientificista, utilizadas para explicar o social, eram amplamente divulgadas e reinterpretadas entre os segmentos intelectuais do país que buscavam dar conta das diferenças entre os diversos grupos que integravam a população. Assim, afrodescendentes, imigrantes europeus, indígenas foram transformados em objeto da ciência, ao mesmo tempo em que a busca pela originalidade do brasileiro passava pela negação e crítica da herança colonial metropolitana.<sup>214</sup> A “geração ilustrada de 1870”, como ficaram conhecidos estes intelectuais, trouxera novidades para o campo intelectual e teórico, tendo boa parte de seus integrantes acreditado que a República seria o regime político capaz de promover as necessárias reformas que iriam “redimir” a sociedade – uma delas, inclusive, advindo do saber intelectual, ou seja, reivindicavam para si a função de conduzir a nação fazendo uso dos conhecimentos científicos de maneira utilitária.<sup>215</sup>

O grupo de intelectuais que estava engajado nos diversos debates do final do século XIX defendia bandeiras modernizantes para que o Brasil atingisse os níveis de civilização dos países europeus – ou os novos tempos. Para tornar, portanto, o Brasil

---

<sup>211</sup> SALGADO, Manoel. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 5-27, 1988.

<sup>212</sup> *Ibid.* p. 17.

<sup>213</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>214</sup> *Ibid.*

<sup>215</sup> KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *Manguinhos*, v. III, n. 1, pp. 80-98, mar.-jun./ 1996, p. 81.

compatível com o progresso das nações consideradas civilizadas era preciso desenvolver um conhecimento sobre si mesmo, nos diferentes aspectos da realidade, e por isso recorreu-se às teorias europeias, dentre as quais algumas das mais difundidas eram o evolucionismo e o darwinismo social.

Entretanto, a distinção entre essas duas correntes não é óbvia e cristalina, ainda mais quando se tem em vista compreender como elas foram apropriadas no Brasil, já que suas aplicações à realidade sociocultural mestiça do país foram muito específicas. Era no tocante às hipóteses sobre origem da humanidade, contudo, que se podiam notar as nuances das concepções defendidas.

Os partidários do monogenismo podem ser classificados como aqueles para os quais a unidade do gênero humano era assegurada pela criação única dos homens, ainda que as raças tivessem se separado – tendo, algumas, degenerado – ao longo dos séculos, e evoluído de maneira desigual. Já os defensores do poligenismo, em crítica ao “degeneracionismo” e rejeitando a visão clássica da interpretação bíblica,<sup>216</sup> afirmavam que as raças humanas eram espécies de origens distintas e que a humanidade teria tido mais de um centro de criação. Em outras palavras, a desigualdade, aqui, seria inerente aos diversos centros de criação existentes.

A partir destas duas correntes gerais podemos inferir teorias mais específicas, não sendo possível, no entanto, fazer uma conexão direta entre elas e o darwinismo social ou o evolucionismo social. Exemplo disso foi a prática científica de Louis Agassiz, importante naturalista suíço, atuante no século XIX: adepto do poligenismo, era defensor do criacionismo – e não favorável às teorias evolucionistas.<sup>217</sup>

Dentro dos embates entre essas e outras concepções relacionadas às origens e às características dos seres humanos, discutia-se a própria noção de raça. Discussão que, segundo Ricardo Benzaquen de Araújo,<sup>218</sup> tinha raízes nos questionamentos iluministas do século XVIII, já que até aquele momento prevalecera a certeza de que todos os grupos humanos eram “modelados à imagem e semelhança do *Deus Pai*”,<sup>219</sup> ao mesmo tempo em que as notáveis divergências de origem natural ou sobrenatural não eram questionadas.

A partir dos escritos e controvérsias iluministas e, depois, com a Revolução Francesa, foram cada vez mais alargados os debates acerca dos direitos naturais sendo

---

<sup>216</sup> GOULD, Stephan Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, pp. 15-62, p. 27

<sup>217</sup> Ibid. p. 31

<sup>218</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Corpo e alma do Brasil. In: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz*: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

<sup>219</sup> Ibid. p. 34; Grifos do original.

também aberto o espaço para aplicação da tão propagada, a partir deste momento, promessa de igualdade entre os homens. Tendo esse momento como marco do período que inicia uma tradição igualitária, que considera os grupos como “povos” e “nações”, e não como raças distintas,<sup>220</sup> anulando-se hierarquias e privilégios da nobreza, o Ocidente foi tomado pela perseguição ao cumprimento destes compromissos – e é a partir daqui que a atual noção de modernidade firma suas raízes.<sup>221</sup> Esta noção, entretanto, tinha como referencial os próprios europeus, que, ao mesmo tempo em que defendiam a unidade do gênero humano, ampliavam cada vez mais a hierarquização entre os povos e julgavam que seu projeto de igualdade deveria ser implementado em toda e qualquer parte do mundo, uniforme e simetricamente.<sup>222</sup>

Mas como classificar os grupos, as sociedades que não partilhavam dos princípios da natureza humana por eles próprios vivenciados, os grupos que não compartilhavam a liberdade e a razão, como autores europeus julgavam tais características e que, supunham, eram inatas da espécie humana: “Como conviver, ou melhor, como entender, então, o persistente amor à servidão na Vendée, o canibalismo na Polinésia, a hiperexcitação sexual no Oriente e assim por diante?”<sup>223</sup>.

A partir de então, portanto, começa-se a deixar de lado a visão humanista da Revolução Francesa e passa-se, cada vez mais ao longo do século XIX, a analisar as diferenças entre os homens a partir do estabelecimento de conexões entre patrimônio genético, habilidade intelectual e disposição moral.<sup>224</sup> E é, então, já no século XIX, que o termo raça é introduzido como categoria que discute as heranças dos grupos humanos, reorientando a intelectualidade europeia e a ciência da época.

Foram desenvolvidas teorias diversas que objetivavam explicar as distinções percebidas entre as raças branca, negra, amarela, vermelha (e outras classificações que houvesse), a partir da busca das origens ancestrais da humanidade. As principais correntes, que somaram grande número de autores na época, ficaram conhecidas como poligenismo e monogenismo.

O monogenismo, dominante até meados do século XIX, estava em conformidade com o dogma da Igreja Católica por defender que os seres humanos tiveram apenas um centro de criação, uma origem, um ancestral comum. Mas, quando a indagação sobre a

<sup>220</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>221</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Corpo e alma do Brasil. In: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

<sup>222</sup> Ibid.

<sup>223</sup> Ibid. p. 35.

<sup>224</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit.



diversidade entre os povos aparece, o argumento, segundo Araújo,<sup>225</sup> é de que as raças apresentam ritmos de evolução peculiares, alguns bastante lentos e outros rápidos. No dizer de Schwarcz,<sup>226</sup> a humanidade seria como uma gradiente, com diferentes graus de “perfeição”. Diferença esta passageira, já que todas as raças provinham de uma mesma raiz e se dirigiam a um mesmo objetivo – e nisto afirmava-se que as que estivessem em posição de inferioridade poderiam um dia alcançar patamares mais elevados já atingidos pelas raças desenvolvidas.

Para os defensores desta corrente, a espécie humana não era composta de grupos diferentes entre si, pois existiria apenas uma espécie de homens, como afirma Todorov.<sup>227</sup> Colocar em relevo a unidade da espécie teria sido importante, segundo o autor, para diferenciar o homem dos animais – o que seria uma superioridade daquele sobre estes. Como características comuns a todos os homens estariam a racionalidade e sociabilidade.

Como afirmado acima, para alguns estudiosos dos séculos XVIII, como Carlos Lineu, cada espécie vegetal e animal teria tido origem em apenas um genitor ou casal, e estes grupos passaram ser classificados de acordo com suas características externas, ou seja, pela cor de sua pele.<sup>228</sup> Como descrito em Poliakov, para aquele autor, existiriam as seguintes variedades humanas, a partir de uma mesma origem: o branco, o moreno, o amarelado e o negro.<sup>229</sup> E, de acordo com Todorov, era a partir de julgamentos de valor que esta hierarquização era feita: as diferenças quanto aos usos da razão, ou a constatação de uma população quantitativamente pequena e as diferenças sociais (de costumes ou de técnicas) faziam diminuir a crítica inicial quanto à unidade humana.<sup>230</sup>

Desta forma, como esclarece Ricardo de Araújo,<sup>231</sup> o monogenismo acaba apresentando como possibilidade para a humanidade a História da própria Europa, visto que o continente era o modelo de povo em estágio de evolução superior e que todas as raças teriam que percorrer a mesma rota para o progresso.

Ainda neste grupo podemos relevar o etnocentrismo de seus defensores, visto que a classificação das raças parte do pressuposto de que o ideal étnico e cultural seria o

<sup>225</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Corpo e alma do Brasil*. In: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz*: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 36.

<sup>226</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 48.

<sup>227</sup> TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros*: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 113.

<sup>228</sup> POLIAKOV, Léon. *O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Editora Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1974, pp. 131- 240, pp. 134-137.

<sup>229</sup> *Ibid.* p. 137

<sup>230</sup> TODOROV, Tzvetan. *op. cit.*, pp. 114-116.

<sup>231</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *op. cit.*

homem branco europeu e que as variantes disso seriam degenerações.<sup>232</sup> Vigorava, então, uma valorização extrema do grupo racial branco, que teria sido aquele capaz de atingir o mais alto grau de civilização, logo, determinado pela natureza e pela história ao controle das outras sociedades.

Porém esta concepção não englobava todas as possibilidades de interpretação do período e, como versão crítica aos dogmas da Igreja, o mesmo momento proporcionou o desenvolvimento do poligenismo, que se fortaleceu a partir da segunda metade do século XIX. Seus teóricos propunham a existência de vários e independentes centros de criação da espécie humana, o que se justificava na percepção das diferenças entre os diversos grupos.

Sendo raças completamente distintas, de acordo com Araújo,<sup>233</sup> a maior parte “sub-humana” (semitas, eslavas, negras, amarelas), e marcada pela “bestialidade”, frustrava-se o sonho de fraternidade universal, limitando-se o acesso da conquista do progresso, da civilização e, portanto, do destino de todos os povos ao que fora alcançado pela raça branca, pelo favorecimento biológico. Com capacidade única para suportar o que lhes era exigido em termos de civilização e racionalização, somente os brancos, considerados como “super-homens”,<sup>234</sup> seriam capazes de desenvolver a natureza humana e, ao se constituir raça, diferenciar-se das sub-raças citadas.

Esta versão interpretativa fortalecia a perspectiva que determinava os povos biologicamente, sendo por isto classificada por Stephen Jay Gould como “escola antropológica americana”.<sup>235</sup> Com estudos das medidas cranianas, tamanho e peso dos cérebros de indivíduos de diferentes grupos humanos, estes cientistas desejavam comprovar a hipótese da existência de uma hierarquia racial inata entre negros, indígenas e brancos. Também o determinismo geográfico e climático fazia parte da teorização poligenista – cujos defensores queriam ainda evidenciar a existência de diferenças, que certo tempo depois seriam chamadas de “culturais”, utilizando a antropologia física.

De acordo com Todorov, homens que levavam menos em conta as concepções religiosas, como Voltaire, afirmavam categoricamente que grupos brancos, negros, hotentotes, lapões, chineses, e outros, eram inteiramente diferentes. A humanidade não

---

<sup>232</sup> TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 121

<sup>233</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Corpo e alma do Brasil*. In: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

<sup>234</sup> *Ibid.* p. 36.

<sup>235</sup> GOULD, Stephan Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, pp. 15-62 p. 30.

era única e a hierarquia, aqui, mostrava cores fortes e bem demarcadas.<sup>236</sup> As raças, portanto, teriam origens bem distintas entre si.

Para Schwarcz existiam relações entre o ramo antropológico da época que estudava a “natureza biológica do comportamento do criminoso”<sup>237</sup> – ou seja, a *antropologia criminal* – e a busca por demonstrar a inferioridade mental dos negros nos testes de inteligência, bem como em estabelecer relações entre a loucura e a degeneração da razão nestes grupos. De acordo com a referida autora, o objetivo destes estudos seria o de estabelecer “tipos” ou “raças” puras. Ao apontar os impuros, os miscigenados, que carregariam consigo uma suposta esterilidade, os adeptos desta corrente não acreditavam que as raças eram passíveis de mudanças, ou seja, de “melhora”, “aprimoramento” – em oposição aos monogenistas.

Como resumiu Lilia Schwarcz sobre o tema:

enquanto as “sociedades antropológicas” pregavam a noção da “imutabilidade dos tipos humanos”- e no limite das próprias sociedades –, os estabelecimentos “etnológicos” mantinham-se fiéis à hipótese do “aprimoramento evolutivo das raças”.<sup>238</sup>

Entre as possibilidades oferecidas pelo suporte teórico daquele momento, estavam também o evolucionismo social e o darwinismo social. Sem que possamos fazer ligações estreitas e diretas entre estas e os defensores do monogenismo e o poligenismo, respectivamente, elas têm algumas características em comum.

Como aborda a historiadora Karoline Carula em sua tese,<sup>239</sup> Darwin, ao desenvolver sua teoria científica, não a ampliou para o âmbito social, embora isto tenha ocorrido posteriormente, através de outros estudiosos que se apropriaram e ressignificaram suas abordagens durante o século XIX.

Para demonstrar como as nuances eram muitas, havendo mesmo a possibilidade de não se filiarem diretamente a uma ou outra tese, Carula afirma que havia quem discordasse da explicação teológica para o aparecimento do homem e que utilizasse a comparação entre o homem e os macacos, segundo a teoria de Darwin, apenas para demarcar a distância existente entre eles – sem abraçar uma ou outra justificativa.<sup>240</sup>

<sup>236</sup> TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 117.

<sup>237</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 49.

<sup>238</sup> Ibid. p. 54.

<sup>239</sup> CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. 2012. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, pp. 66-190, p. 68.

<sup>240</sup> Ibid. p. 70.

Analisando conferências proferidas sobre o tema da raça no Brasil, em fins do século XIX, Carula apresenta alguns casos, entre eles o de Feliciano Pinheiro de Bittencourt, professor do Liceu de Artes e Ofícios e do Colégio Pedro II, que considerava importante o papel de Deus na criação da natureza e criticava a teoria de Darwin, classificando-a apenas como evolucionista.<sup>241</sup> Embora desse maior importância às explicações teológicas, não deixava de inserir seus estudos no campo científico.

Para Bittencourt, no entanto, a adoção de ideias criacionistas não o fazia adepto do darwinismo social ou do monogenismo: o professor era poligenista e, em sua concepção, as espécies humanas eram diferentes porque foram criadas por Deus em momentos e locais diferentes e separados.<sup>242</sup>

O evolucionismo social e o darwinismo social tinham o evolucionismo como princípio e hierarquizavam a sociedade com concepções de seres inferiores e superiores. Os teóricos do darwinismo social, porém, buscaram a tese da sobrevivência do mais forte na natureza para aplicá-la em sociedade. Carula demonstra, por exemplo, como Augusto Miranda Azevedo, médico, parecia diretamente esta idéia com o recrutamento militar: enquanto homens sadios e vigorosos eram recrutados para os combates, os mais fracos ficavam em suas cidades, casavam e procriavam. Com esse sistema, a sociedade só tenderia a degenerar socialmente. Sendo assim, os estudos de Darwin para o campo natural deveriam ser aplicados à sociedade.<sup>243</sup>

## 2.1 Debates sobre a mestiçagem e o futuro do país

Vejamos como tais referenciais e discussões se fizeram presentes no campo científico e intelectual brasileiro entre fins do século XIX e inícios do século XX.

Em linhas gerais, pode-se dizer que os intelectuais brasileiros que buscaram inspiração em concepções do darwinismo social eram pessimistas, condenavam o país ao fracasso total, já que era miscigenado/ mestiço – por isso racialmente fraco –, e entendiam que o maior intercâmbio entre raças diferentes só poderia trazer ruína aos frutos destes cruzamentos.<sup>244</sup> Já os adeptos do evolucionismo social, diferentemente, entendiam que os homens eram desiguais, seguindo uma hierarquia de

<sup>241</sup> CARULA, Karoline. Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). 2012. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, pp. 66-190, pp. 74-78.

<sup>242</sup> Ibid. p. 77.

<sup>243</sup> Ibid. p. 98.

<sup>244</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Corpo e alma do Brasil. In: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz*: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

desenvolvimento, o que possibilitava uma melhora racial, a depender dos futuros cruzamentos.

Segundo as concepções do darwinismo social, a humanidade, dividida em espécies diferentes entre si, conheceria um potencial de desenvolvimento desigual, ontologicamente.<sup>245</sup> Para Giralda Seyferth,<sup>246</sup> ao levar ao extremo a superioridade da Biologia na determinação da civilização, os darwinistas sociais condenavam a mestiçagem entre as raças desiguais: a seleção natural, porém, criaria “raças puras” provenientes da imensa heterogeneidade, já que os mais fracos (social e fisicamente), ou seja, negros e mestiços, iriam sucumbir no processo, restando apenas os mais vigorosos ou aptos às disputas da vida. Medidas eugênicas, por esse motivo, poderiam auxiliar na busca pelo progresso.

Para que a nação atingisse o progresso, sua população deveria constituir-se de raças “puras”. O casamento “híbrido” tinha como resultado um novo *degenerado*, uma raça mais fraca, já que, como assinalado por Seyferth, afirmavam os darwinistas sociais que “o progresso humano é um resultado da luta e da competição entre raças, vencendo os mais capazes (ou aptos) – no caso, os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbindo à seleção natural e social.”<sup>247</sup>

As ideias do darwinismo social são marcadas por muitas nuances e para melhor compreendê-las podemos dividi-las em dois grupos. O primeiro refere-se aos que, baseados nas concepções de Paul Broca, acreditavam que o mestiço não era fértil, e o segundo compreende aqueles que, como Gobineau e Gustave Le Bon, situavam o problema justamente na grande fertilidade das populações mestiças.<sup>248</sup> De acordo com Skidmore<sup>249</sup> a primeira corrente era a mais “extrema”, “insustentável” e por isto com poucos adeptos no Brasil, entre os quais se destacava Raimundo Nina Rodrigues, embora, como salientam Mariza Corrêa e Ana Oda, não de maneira mimética.<sup>250</sup>

<sup>245</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 62.

<sup>246</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.

<sup>247</sup> Ibid. p. 43.

<sup>248</sup> No Brasil, de acordo com Lilia Schwarcz, um uso inusitado foi feito das teorias originais, pois tais modelos sem adaptações serviam apenas para explicar diferenças e hierarquias e não davam conta da necessidade de se viabilizar uma nação mestiça. Por isto, aqui podemos perceber a mescla entre darwinismo social, evolucionismo e monogenismo. SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit., p. 65.

<sup>249</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 71.

<sup>250</sup> CORRÊA, Mariza. Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p. 130-139, dez./ 2005 – fev./ 2006; ODA, Ana M. G. Raimundo. A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. *Psychiatry on line Brasil*, v. 6, n. 12, dez./ 2001.

Segundo Skidmore, o médico e professor, que se tornou um de seus mais importantes intérpretes no Brasil no século XIX, defendia ideias racistas “ortodoxas” e desacreditava totalmente do “valor social do mestiço”.<sup>251</sup> Deste modo, lançava mão dos saberes da corrente darwinista social para explicar o motivo da inferioridade brasileira como povo, justificando-a pela ausência de unidade étnica por conta do intenso cruzamento verificado durante os séculos de colonização. Este “extremado processo de cruzamento imperante no país”<sup>252</sup> levava ao desaparecimento de raças puras – tanto brancas quanto negras – sendo a presença das mesmas, fator essencial para o “progresso”.

Rodrigues defendia que as “raças inferiores” não deveriam ser tratadas legalmente da mesma maneira daquela considerada civilizada, a branca, já que os indivíduos que a elas pertenciam não tinham a mesma capacidade intelectual e mental que estes para responderem pelos crimes cometidos – por isso, à “população de espírito infantil”<sup>253</sup> deveria ser atribuída uma responsabilidade atenuada. Este era outro ponto importante de seus estudos em Medicina Legal: a suposição da ligação entre *degeneração* da raça (verificada através da medição de crânios e características fenotípicas) e crimes.

Desacreditado de que houvesse uma maneira do mestiço/sertanejo brasileiro ascender à categoria de “homem civilizado”, Nina Rodrigues se refere ao jagunço, ou “mestiço do sertão”, como elemento “passivo”, mas, em certas ocasiões políticas e sociais, era capaz de ver saltar seus “instintos guerreiros, atávicos, mal extintos ou apenas sofreados no meio social híbrido dos nossos sertões”.<sup>254</sup>

O mestiço é definido como possuidor do “caráter indomável do índio selvagem, o gosto pela vida errante e nômade”<sup>255</sup>; também seria monarquista e fetichista não tanto por “ignorância”, mas por um desenvolvimento intelectual, ético e religioso “insuficiente ou incompleto”.<sup>256</sup>

Entretanto, a corrente que desacreditava da possibilidade de o Brasil ascender ao patamar de uma nação “civilizada” e desejosa de progresso, representada por Nina Rodrigues, não se tornou predominante no período. A partir, também, da teoria da

<sup>251</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>252</sup> *Ibid.*

<sup>253</sup> RODRIGUES, Nina. A loucura epidêmica de Canudos: Antonio Conselheiro e os jagunços. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 111-119 [1897], p. 119.

<sup>254</sup> *Ibid.* p. 115.

<sup>255</sup> *Ibid.* p. 116.

<sup>256</sup> *Ibid.* p. 117.

evolução de Darwin, tomou corpo no país a teoria do branqueamento, fazendo defesa indireta de que raças humanas não permaneciam estagnadas, e sim em constante evolução.<sup>257</sup>

Sua originalidade residia no fato de combinar darwinismo social a evolucionismo e monogenismo, através da ressignificação desses referenciais pelos intelectuais alocados nos centros de pesquisa e nas Faculdades, modificando-se as teorias estrangeiras que atribuíam à mistura excessiva das raças a “falência” das civilizações. A solução passava, portanto, pela miscigenação então apreendida como uma peculiaridade brasileira.

De acordo com Skidmore,<sup>258</sup> o branqueamento se baseava nas premissas segundo as quais a superioridade racial branca era uma característica inata e a raça branca era a “mais adiantada”. A população branca, portanto, cresceria em número enquanto a negra tenderia a diminuir, já que, de acordo com uma terceira premissa, as taxas de natalidade desta última eram baixas, os negros eram alvo de muitas doenças e não possuíam uma organização social nem instituições próprias. Esta perspectiva apostava, assim, no branqueamento via mestiçagem. A despeito de não ser entendida como possibilidade entre teóricos da eugenia como Georges Lapouge,<sup>259</sup> que nunca pretendeu defender a mistura entre raças “superiores” e “inferiores”, autores brasileiros como Silvio Romero modificaram alguns pressupostos das teorias europeias e estadunidenses e desenvolveram esta possibilidade como forma de escapar da expectativa de falência do povo brasileiro, notoriamente “inferior” racialmente.

Ao defender casamentos inter-raciais – diferentemente do que propunha, por exemplo, Nina Rodrigues – os adeptos da teoria do branqueamento acreditavam que o homem branco, mais forte que o negro, índio, asiático, carregaria para o novo ser as boas características desta raça. Além disso, a melhora da raça ocorreria porque pessoas de pele mais escura geralmente procuravam parceiros “mais brancos” para se relacionar.

<sup>260</sup>

---

<sup>257</sup> DANTAS, Carolina Vianna *O Brasil café com leite: Mestiçagem e identidade nacional em periódicos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

<sup>258</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>259</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCB, 1996, p. 43.

<sup>260</sup> SKIDMORE, Thomas E. op. cit., p. 81.

Para Silvio Romero, de acordo com Carolina Dantas,<sup>261</sup> o mestiço era um “ganho evolutivo”, porque ajudou ao colonizador português em sua adaptação nos trópicos e porque incorporava índios e mestiços a uma vida civilizada – ambigualmente afirmava que o mestiço se configurava em elemento racialmente “inferior”.

Portanto, a reavaliação e a redefinição da mestiçagem conferiram a Silvio Romero uma posição que, a um só tempo, o distanciava e aproximava das teorias raciais (...). A partir da mestiçagem Silvio Romero resgatou o negro e ao mesmo tempo o subsumiu, uma vez que o branqueamento pressupunha o predomínio do elemento branco.<sup>262</sup>

Ao defenderem o casamento de brancos com negros, mulatos e/ou pardos, portanto, estes intelectuais acreditavam que a população cada vez mais se aproximaria fenotipicamente dos europeus, pois, diziam, o sangue branco era o mais forte dentre todos.<sup>263</sup> Isto levava a uma conclusão otimista para as futuras gerações: “a miscigenação não produzia inevitavelmente ‘degenerados’, mas uma população mestiça sadia capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente”.<sup>264</sup>

Segundo Maria Aparecida Rezende Mota, Romero considerava que, além da mescla de diferentes raças como fator determinante na constituição de nossa nacionalidade, também o clima tropical explicaria o “abatimento intelectual do brasileiro, sua irritabilidade, seu nervosismo”.<sup>265</sup> Neste autor podemos encontrar afirmações sobre como a natureza influenciava, condicionando, as relações econômicas, sociais e político-administrativas, embora o mesmo negasse proposições que sugeriam estar o progresso vedado ao país em razão de sua “natureza extravagante”, bem como a visão romantizada que enxergava na mesma extravagância uma vantagem.

Considerava Romero em seus estudos que o clima e a topografia brasileiros variavam em sua extensão territorial, ainda que houvesse predominância de terras na “zona tórrida”,<sup>266</sup> onde o grande calor e a umidade explicavam “o abatimento intelectual do brasileiro, sua irritabilidade, seu nervosismo, sua ‘superficialidade inquieta’”, além da condição “mórbida, de vida curta, achacada e pesadora”.<sup>267</sup>

<sup>261</sup> DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. *Revista Tempo*, Niterói, nº 26, pp. 67-90, jun./ 2009.

<sup>262</sup> Id. *O Brasil café com leite: Mestiçagem e identidade nacional em periódicos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010, pp. 245 e 246.

<sup>263</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>264</sup> Ibid. p. 81.

<sup>265</sup> MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 67.

<sup>266</sup> Ibid. p. 67.

<sup>267</sup> Ibid. p. 67.



Juliano Moreira e Afrânio Peixoto enfrentaram a questão do determinismo climático em artigo de 1906, no qual, seguindo interpretação distinta daquela que orientava as proposições de Silvio Romero nessa matéria, reconheciam a “aclimação” das diversas doenças e assumiam como possibilidade a existência de relações entre as variações clínicas, a capacidade de resistência individual e as terapias utilizadas no combate às mesmas,<sup>268</sup> entre outros fatores, como veremos com maior detalhe no Capítulo 3 desta dissertação.

Também o médico João Batista de Lacerda (1864-1915), diretor do Museu Nacional e representante do Brasil no I Congresso Universal de Raças, realizado em Londres, em 1911, destacou-se como voz em defesa do branqueamento. Em seu entendimento, poderiam os cruzamentos levar à extinção dos “realmente inferiores” no Brasil<sup>269</sup> – os negros –, com o que se faria nascer no Brasil um povo com “qualidades morais e intelectuais” e “físicas” dos brancos já em terceira geração.<sup>270</sup>

Ainda que Skidmore afirmasse ter sido a teoria do branqueamento “peculiar ao Brasil”,<sup>271</sup> Ricardo Benzaquen de Araújo chama a atenção para o equívoco dessa interpretação, uma vez que também a França pós-revolucionária, no século XIX, pensou no “problema do negro” em seus domínios,<sup>272</sup> propondo-se ali o branqueamento como solução para limitar o crescente contingente de mulatos.

Outra personagem do cenário intelectual do final do século XIX e início do XX que deve ser destacada pelo tratamento complexo e ambivalente dado à questão racial foi Euclides da Cunha (1866-1909). Segundo Simone Kropf, o engenheiro apresentava uma visão ambígua sobre o “tipo nacional”.<sup>273</sup> Vendo no brasileiro um “tipo abstrato”, caracterizado pela ausência de “civilização” e o predomínio da “barbárie” e do “atraso”, a “mistura de raças mui diversas” teria sido um retrocesso.<sup>274</sup>

Alinhando-se, por um lado, ao poligenismo e ao darwinismo social, na medida em que enfatizava a desigualdade racial quanto aos atributos próprios e os de origem

<sup>268</sup> MOREIRA, Juliano; PEIXOTO, Afrânio. Les maladies mentales dans les climats tropicaux. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 125-136 [1906].

<sup>269</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 82.

<sup>270</sup> DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil café com leite: Mestiçagem e identidade nacional em periódicos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010; SKIDMORE, Thomas E. op. cit.

<sup>271</sup> SKIDMORE, Thomas E. op. cit., p. 81.

<sup>272</sup> Ibid. p. 81; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Corpo e alma do Brasil. In: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz*: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 37.

<sup>273</sup> KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. III, n. 1, pp. 80-98, mar.-jun./ 1996, p. 89.

<sup>274</sup> Ibid. pp. 88 e 89.

das diferentes raças que compunham o brasileiro (o português, o índio e o negro, além do resultado de seus cruzamentos), Euclides apontava também o sertanejo como “o cerne vigoroso de nossa nacionalidade”, porque mistura de europeus com índios.<sup>275</sup> O elemento negro pouco teria tomado parte no período inicial da colonização brasileira, durante a formação do que Euclides da Cunha denominava como raízes “paulistas” ou “bandeirantes”. O homem do sertão era, entretanto, um “retrógrado”, mas não um “degenerado”. Com uma ação mais enérgica do Estado em termos de saúde física e moral, poderia “alcançar a vida civilizada”.<sup>276</sup>

Outros intelectuais da mesma geração podem ser tomados como exemplos de vozes dissonantes, por divergirem das correntes dominantes aqui analisadas. Segundo Nísia Lima e Dominichi de Sá,<sup>277</sup> Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) é um deles.

A partir das expedições que realizou pelo “interior do Brasil”, das quais participou como médico e pesquisador, Roquette-Pinto afirmava, diferentemente de Euclides, não provir o sertanejo somente do cruzamento de índio e branco, ressaltando, neste, a presença de sangue negro.<sup>278</sup> Reconhecia diferenças entre as raças humanas – sem hierarquizá-las –, distanciando-se das teses de determinismo racial e apontando razões sociais, culturais e políticas para o “atraso” do país.<sup>279</sup>

Como participante da Liga Pró-Saneamento do Brasil, Roquette-Pinto ajudou na disseminação de ideias que concentravam a justificativa dos “males do país” na doença e no analfabetismo. Como afirmam Lima e Sá,<sup>280</sup> o pesquisador partilhava de ideias positivistas e cientificistas, embora possa ser mais bem qualificado como um “humanista cientificista”: para ele, a ciência deveria definir as bases para as políticas públicas do país e a educação seria o único caminho para o progresso desejado. No

---

<sup>275</sup> SANTOS, Ricardo Ventura. Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: *Os Sertões* e a medicina-antropologia do Museu Nacional. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp.124-144, p. 128.

<sup>276</sup> Ibid. p. 129.

<sup>277</sup> LIMA; Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua geração na república das letras e da ciência. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp. 57-84.

<sup>278</sup> SANTOS, Ricardo Ventura. Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: *Os Sertões* e a medicina-antropologia do Museu Nacional. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp.124-144, p. 133.

<sup>279</sup> Ibid.

<sup>280</sup> LIMA; Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. op. cit.

início do século XX, ao se opor ao postulado da “degenerescência”, Roquette-Pinto criticava a noção de “raça pura” e dos ditos “riscos da mistura racial”.<sup>281</sup>

A redefinição de foco do “problema nacional”, de acordo com alguns estudiosos,<sup>282</sup> é pautada pelo ambiente intelectual gerado pela Primeira Guerra Mundial, caracterizado pela disseminação e aprofundamento de questionamentos em torno do conceito de nacionalismo e das concepções mais radicais do chamado racismo científico que condenavam irremediavelmente nações mestiças, como o Brasil. No entanto, embora o período de 1914 a 1918 seja em geral tomado como marco dessa mudança, antes disto alguns intelectuais e cientistas brasileiros se notabilizaram por abordar de diferentes maneiras a questão racial e a viabilidade do Brasil, conforme observamos na análise até aqui realizada.

No âmbito dos debates em torno das relações entre raça e identidade nacional que marcaram os campos científico e intelectual brasileiros entre fins do século XIX e primeiras décadas do XX, selecionamos dois pontos fundamentais por ganharem destaque nas concepções de Manoel Bomfim e Juliano Moreira: a perspectiva que defendia o branqueamento através da imigração e a interpretação da realidade brasileira proposta pelo movimento sanitarista. Examinemos mais detidamente cada uma dessas abordagens.

## 2.2 O branqueamento através da imigração

Ao discutir as relações entre nacionalismo e questões raciais, Seyferth<sup>283</sup> afirma que o final do século XIX traz novidade: a mudança de paradigma quanto às justificações do “sentimento nacional”.

A ideia de nação, enunciada por algumas correntes do Romantismo, tendo por elementos agregadores a língua e as tradições folclóricas comuns, dá lugar às representações baseadas na associação entre raça e nação.<sup>284</sup> Nesse momento, parte dos intelectuais, políticos e segmentos sociais dominantes acolhe as propostas de desigualdade entre as raças humanas, sob a justificativa de determinação biológica da cultura.

<sup>281</sup> SEYFERTH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp. 147-177.

<sup>282</sup> LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua geração na república das letras e da ciência. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 77.

<sup>283</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.

<sup>284</sup> *Ibid.* p. 42.

Desde meados do século XIX, vinham ganhando destaque os debates sobre a mestiçagem, a que anteriormente nos referimos: originando-se através da miscigenação, desde os tempos coloniais, o Brasil parecia, para muitos, corresponder a um “Estado sem nação”.<sup>285</sup> Nesse contexto, conforme assinalado por Seyferth, situam-se as iniciativas voltadas ao aprimoramento da “raça brasileira”, ou do “tipo nacional”, o que seria alcançado por meio das políticas de seleção e branqueamento que tomavam por base a imigração e a colonização do território brasileiro.<sup>286</sup>

Na tentativa de modificar o modelo agrícola (monocultura latifundiária), e, mais tarde, ocupar os “vazios demográficos” em áreas consideradas estratégicas, como aquelas de fronteira – por terra ou mar –, o governo imperial investe em iniciativas de colonização como aquelas conduzidas na atual região Nordeste do país e na província fluminense, em 1818, e em 1824 no sul do país. A partir da década de 1870, o foco dessas iniciativas voltou-se para a substituição da mão-de-obra escrava e para o aumento do contingente de trabalhadores nas lavouras de café na província de São Paulo, cada vez mais próspera, e em função, também, da promulgação da Lei do Ventre Livre.<sup>287</sup> Importantes fazendeiros paulistas tomaram então a frente da empresa e criaram a Sociedade Promotora da Imigração, destinada a recrutar imigrantes europeus, pagando suas passagens com receita própria e recebendo subsídios do governo provincial.<sup>288</sup>

Os esforços pelo país, que necessitava de “auxílio do estrangeiro, do sangue do braço e do capital estrangeiro”,<sup>289</sup> dirigiam-se primordialmente aos povos europeus associados à ideia de trabalho livre, num sistema de livre iniciativa.<sup>290</sup> Porém, nem todas as nacionalidades do continente europeu faziam parte do grupo de imigrantes “desejáveis”, sendo parte da justificativa para sua seleção os argumentos de cunho racial.

De acordo com Thomas Skidmore,<sup>291</sup> os fazendeiros da região cafeeira de São Paulo, ao buscarem mão-de-obra para suas plantações, viam como funções cabíveis aos

---

<sup>285</sup> NAXARA, Marcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalho nacional 1870-1920*. 1991. 238 pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

<sup>286</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 43.

<sup>287</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.; SEYFERTH, Giralda. op. cit.

<sup>288</sup> SKIDMORE, Thomas E., op. cit., pp. 156-157.

<sup>289</sup> Ibid. p. 149.

<sup>290</sup> SEYFERTH, Giralda. op. cit.

<sup>291</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 156.

brasileiros natos e mestiços as atividades mais pesadas, brutas e simples, como o desbravamento e o desmatamento de florestas virgens; mas, “para o trabalho altamente organizado de cultivar e colher café, julgavam os imigrantes mais habilitados e mais dignos de confiança.”<sup>292</sup>

Já na visão de Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux,<sup>293</sup> as alternativas imigratórias do século XIX, a partir da proibição do tráfico negreiro intercontinental, em 1850, se dividiram entre o grupo dos fazendeiros e o dos que os autores chamam “funcionários” do Império, ou “burocracia imperial e a intelectualidade”.<sup>294</sup> Este grupo estaria preocupado com o “mapa social e cultural” brasileiro, desejoso de que o imigrante que viesse cultivar terras de maneira independente apresentasse características étnicas e culturais que simbolizassem a chegada da civilização ao país. Os fazendeiros, de forma diversa, especialmente os cafeicultores, estariam à procura de trabalhadores de qualquer parte do mundo para substituir os escravos mortos e fugidos e os que já não viriam mais da África. Europeus, asiáticos, africanos livres: todas as “raças” eram aceitáveis, desde que efetuassem o trabalho nas plantações.

Enquanto para os fazendeiros a raça não deveria constituir elemento norteador da política de imigração, uma vez que necessitavam de “braços” para garantir a continuidade da produção e a ampliação das áreas de plantio, o grupo dos “funcionários” do império preocupava-se com as características étnicas e culturais daqueles que aqui vinham aportar, com o objetivo de reequilibrar o povoamento do país em favor da raça branca.

Para Giralda Seyferth, a imagem acerca do “trabalho livre” – oposta ao “trabalho escravo” – remete à Abolição e ao tráfico de africanos.<sup>295</sup> Ao mesmo tempo a elite agrária do país não demonstrava preocupação em absorver a mão de obra negra e mestiça como força de trabalho assalariado.<sup>296</sup> Ademais, o discurso frequente era de que estes fracassariam como pequenos proprietários por serem incapazes de agir por iniciativa própria, o que demonstrava a desqualificação de africanos e afrodescendentes como trabalhadores independentes, por parte dos grandes fazendeiros – discurso este

---

<sup>292</sup> Ibid. p. 156.

<sup>293</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 291-335.

<sup>294</sup> Ibid. pp. 291-335, p. 293.

<sup>295</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 45.

<sup>296</sup> Ibid. p. 46.

que também respaldava a preservação da grande propriedade e das hierarquias sociais e econômicas após a Abolição da escravidão.

Uma das vozes que se voltaram contra tal representação negativa do mestiço e do trabalhador nacional foi a de Manoel Bomfim. Em sua obra de 1905, *A América Latina: males de origem*, analisa as qualificações pejorativas que as classes dirigentes utilizavam para nomear o elemento popular livre. Sem refletir, ao utilizar termos como “insubordinação,” “imprevidência”, “desinteresse” e “instabilidade” para condená-lo, as elites estariam repetindo os juízos feitos por estrangeiros “mal informados” e que não guardavam similaridade com a realidade, uma vez que o antigo senhor colonial tinha o hábito de tirar, às vezes, de “16 a 18 horas de trabalho, por dia, ao escravo”.<sup>297</sup>

A desqualificação dos nacionais livres e pobres (brancos ou não) não era aleatória. De acordo com Márcia Naxara,<sup>298</sup> a defesa desta premissa foi a base de sustentação da política que, a partir de meados do século XIX, passou a ser usada como justificativa para adoção de medidas de seleção de imigrantes em favor de europeus.<sup>299</sup> Inicialmente, os pressupostos para desqualificação dos nacionais se basearam no entendimento de que seu trabalho era eminentemente manual, “despossuído de valor”; mais tarde, a isto se somaram justificativas de inferioridade racial.

No esforço por consolidar o mercado de trabalho, após a abolição, as classes dominantes passam, então, a apontar o mestiço como “preguiçoso” e “vadio”, e o europeu branco como portador de qualidades próprias da civilização: aptidão e disposição para o trabalho, além do domínio de novas técnicas. Esta escolha, entretanto, não deve ser tomada como óbvia, já que as primeiras experiências do sistema de parceria não haviam se revelado satisfatórias para os fazendeiros.

Após discussões em instâncias diversas, nas assembleias provinciais e congressos agrícolas que reuniam grandes proprietários, como o ocorrido em 1878,<sup>300</sup> a busca por colonos para povoar e desenvolver o país voltou-se, pois, de maneira centrada, para o continente europeu, durante o final do período imperial e parte do republicano. Ainda no Império, segundo Seyferth, a preferência era por fazer a propaganda brasileira na Alemanha, mas, por dificuldades encontradas pelos

<sup>297</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], pp. 199-200.

<sup>298</sup> NAXARA, Marcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalho nacional 1870-1920*. 1991. 238 pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

<sup>299</sup> De acordo com Alencastro e Renaux, em 1857 foram vetados dois projetos de leis: um que estabelecia o estímulo de colonos africanos e outro de colonos chineses – este pela questão cultural. ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 291-335, p. 297.

<sup>300</sup> NAXARA, Marcia Regina Capelari. op. cit., p. 61.

agenciadores no que diz respeito à disponibilidade de mão-de-obra disposta a deixar aquele país, a partir da década de 1870 a Itália passa a receber maior atenção. Buscava-se dessa forma recrutar homens que se dispusessem a cultivar alimentos num sistema que mais lembraria ao “modelo *farmer* americano”,<sup>301</sup> ou seja, parte dos intelectuais e políticos que se envolveram no debate sobre imigração considerava a perspectiva de formação de uma classe média rural que, cultivando para o mercado regional, levaria a agricultura nacional a um maior desenvolvimento – numa crítica ao sistema de latifúndio, preponderante ainda na Primeira República.

Além disso, como acima referido, as políticas de imigração deveriam colaborar com o objetivo de constituir-se um “tipo brasileiro” homogêneo física e culturalmente.

<sup>302</sup> Como afirmava Graça Aranha, em 1897:

Somos um povo novo; ainda não temos uma verdadeira significação histórica. Que somos um produto de várias raças, é sabido; mas que não somos só o resultado do cruzamento do português, do índio, do africano, também é certo. Estes elementos clássicos da nossa formação são cada dia perturbados por outras forças, que vão chegando ao nosso solo. O tipo nacional não se pode fixar com as misturas diversas que o vão minando; e o caráter brasileiro permanece uma incógnita.<sup>303</sup>

Para tanto, descartadas do processo estariam as raças inferiores, porque portadoras de vícios morais e, como já dito, inábeis na tarefa de um trabalho produtivo de livre iniciativa, como eram classificados os negros africanos. É como se seus descendentes estivessem destinados ao desaparecimento com o fim da sociedade escravista, de acordo com Giralda Seyferth,<sup>304</sup> fosse porque suas taxas de natalidade eram consideradas insuficientes para que esta mão-de-obra se perpetuasse sem que fosse comercializada com o exterior, fosse porque, como já referido, a raça negra, como “inferior”, mais fraca e propensa às doenças, teria definitivamente este destino.

Jair Ramos, pesquisando sobre a tentativa de imigração de um grupo negro estadunidense para o centro-oeste brasileiro em 1921, através de periódicos e de

---

<sup>301</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 46.

<sup>302</sup> RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 60.

<sup>303</sup> ARANHA, Graça. *apud* SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 109.

<sup>304</sup> SEYFERTH, Giralda, op. cit., p. 46.

diversas respostas ao inquérito feito pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) em 1925<sup>305</sup>, apresenta algumas considerações sobre o tema.

O aumento do contingente negro ia de encontro à formação de um “tipo brasileiro”, segundo o autor,<sup>306</sup> na medida em que não auxiliava a produção de um “mestiço superior”. Ao contrário, essa imigração aumentaria a população negra no país, concorrendo para o que era apresentado por algumas opiniões vigentes à época como um “desequilíbrio da hierarquia racial”,<sup>307</sup> uma vez que, de acordo com Ramos, um dos critérios para a recusa ou a aceitação de postulantes a imigrantes era a *eugenia* de sua raça. Em outras palavras, exigia-se que o indivíduo recém-chegado fosse de raça “sadia” e livre de “doenças próprias”, devendo ser evitada a procriação entre os de indivíduos de raças “indesejáveis” e os brasileiros.<sup>308</sup>

Na virada do século XIX para o XX, o caso específico dos imigrantes asiáticos, chineses e japoneses foi objeto de discussões onde se confrontaram posições divergentes. Assim, por exemplo, alguns intelectuais brasileiros aceitavam esta imigração, desde que transitória, apenas para alavancar o trabalho nas lavouras, enquanto o europeu branco não chegasse às nossas terras. Outros, porém, viam naqueles uma “raça abastardada” que, com sua constituição “degenerada” e aparência física “desagradável”, não seria capaz de trazer “civilização e progresso” ao Brasil.

Como salientou Seyferth, num debate que data de 1875, os “chins” seriam destinados ao Norte do país para o desbravamento daquelas terras e sua vinda devia ser feita pela iniciativa particular, destinando o governo federal seus auxílios pecuniários para trazer o imigrante branco.<sup>309</sup>

Skidmore<sup>310</sup> também se refere a diversas opiniões negativas e condenações à imigração “amarela”. Os asiáticos foram chamados de “suco envelhecido e

---

<sup>305</sup> RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996. Estes documentos questionavam importantes figuras do período – de diferentes estados da federação – acerca de um projeto de lei apresentado à Câmara em 1925 por Fidélis Reis (MG), membro da SNA. Neste projeto o autor retomava outro antigo de autoria de Cincinato Braga (SP) e Andrade Bezerra (PE), de 1921, que tinha como objetivo proibir a entrada de imigrantes negros no Brasil. Em sua nova versão, anos mais tarde, o deputado de Minas Gerais propunha não só as restrições absolutas à entrada de negros, como estímulo à imigração branca europeia e restrições numéricas à imigração amarela, podendo responder a uma cota de até 3% do total de ingressos no Brasil.

<sup>306</sup> Ibid. p. 79.

<sup>307</sup> Ibid. p. 79.

<sup>308</sup> Ibid. p. 74.

<sup>309</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 47.

<sup>310</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 37-43.



envenenado”, “constituições exaustas, degeneradas”, “raça que faz degenerar”,<sup>311</sup> denunciando-se os “vícios que infestam todas as cidades onde a imigração chinesa se estabelece”.<sup>312</sup>

Como atesta Ramos, até mesmo em entidades de representação da classe proprietária, como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), em 1925, a questão da imigração oriental não era consensual, como o era a imigração africana, após o período escravista no Brasil.<sup>313</sup>

Segundo Seyferth<sup>314</sup>, quando migrantes não-brancos foram cogitados para suprir a necessidade de mão de obra de que sofria a lavoura, foram considerados um risco tanto para a nacionalidade quanto para as forças produtivas e, conseqüentemente, para o progresso e civilização nacionais. Além de serem apresentados como povos de civilizações “decadentes”, que atrasariam o progresso brasileiro, chineses, japoneses e hindus eram consideradas populações de difícil assimilação, ou até mesmo “inassimiláveis”, de acordo com Ramos.<sup>315</sup>

A *capacidade de assimilação* ou *caldeamento* de uma raça são palavras-chaves para o entendimento da questão da seleção de imigrantes vista a partir da opinião pública, como analisado por Giralda Seyferth.<sup>316</sup> Os grupos considerados pouco assimiláveis constituiriam um perigo ao “sentimento nacional”, pois seriam pouco propícios em comungar diretamente dos valores de “brasilidade”.

Em Jair Ramos temos uma descrição do que seriam as características que levariam à baixa assimilação: a diferença entre a cultura brasileira e a oriental; a tendência ao isolamento social, que se julgava ser bastante forte no grupo de imigrantes asiáticos, pois permaneceriam fechados, sem mesmo se interessarem em aprender a língua local; e a “involução” que significaria a mistura do brasileiro ao amarelo – esta denotava perder certa “melhoria racial” que já teria sido alcançada, segundo tal

---

<sup>311</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 41.

<sup>312</sup> *Ibid.* p. 42.

<sup>313</sup> RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 72.

<sup>314</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.

<sup>315</sup> RAMOS, Jair de Souza. *op. cit.*, p. 72.

<sup>316</sup> SEYFERTH, Giralda. *op. cit.*

concepção, mediante “importação de sangue europeu”, sob a justificativa da eugenia do “tipo nacional”.<sup>317</sup>

O discurso dominante nas décadas de 1910 e 1920 apregoava inclusive o “perigo amarelo”:<sup>318</sup> possíveis pretensões imperialistas do povo japonês em relação ao Brasil ou que pudessem levantar sentimentos separatistas. Entretanto o próprio Jair Ramos nos mostra uma fala contrária a essa posição, a do prefeito da cidade de Antonina, no Paraná, em 1926:

Embora o ideal seja a arianização de nossa raça, o japonês é o tipo de trabalhador ideal, pelo espírito de ordem, de iniciativa, de capacidade e de disciplina. Não acredito no chamado ‘perigo amarelo’ dadas as qualidades de ordem e respeito do japonês (...). Ele é assimilável se não o deixamos isolado. Concorda em que do ponto de vista estético, seja elemento que não satisfaça: mas suas grandes qualidades sobrelevam esse defeito e ele nos dá aquilo de que mais necessitamos: o esforço produtivo admirável.<sup>319</sup>

É importante destacar que Juliano Moreira participaria dos debates em relação à imigração asiática, manifestando seu apoio à vinda de japoneses para o Brasil. Após 1928, o psiquiatra escreveu alguns textos sobre as impressões de sua viagem ao Japão, a convite do governo desse país, entre os quais o artigo intitulado “Convém ao Brasil a imigração japonesa?”, onde afirmava que este povo se adaptava aos progressos ocidentais, não se furtando ao intercâmbio de ideias com outros países. Para comprovar essa percepção, Moreira informava ao leitor que no Japão eram encontradas publicações não apenas na língua materna do país, mas também em alemão, francês, inglês e esperanto.<sup>320</sup>

Em resposta às dúvidas levantadas quanto à capacidade de assimilação dos naturais daquele país e dos filhos de casamentos entre japoneses e francesas, belgas, inglesas e brasileiras, o psiquiatra baiano lembrava que a responsabilidade por promovê-la era do povo que recebia os imigrantes, já que “a capacidade de nacionalização destes produtos (filhos dos casamentos) ao país do progenitor não japonês é tão grande quanto o de qualquer outro povo, dependendo apenas da capacidade de assimilação deste ou daquele país”.<sup>321</sup> As posições sobre política imigrantista e questão racial assumidas por

<sup>317</sup> RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCB, 1996, p. 72.

<sup>318</sup> Ibid. p. 76.

<sup>319</sup> FONSECA, João Ribeiro. *apud* Ibid. p. 76.

<sup>320</sup> MOREIRA, Juliano. Convém ao Brasil a imigração japonesa? In: *Impressões de uma viagem ao Japão em 1928*. Rio de Janeiro: Oficinas Reginaldo Neustadt, 1935, pp. 111-115, p. 111.

<sup>321</sup> Ibid. pp. 112-113.

Juliano Moreira serão examinadas mais detidamente no Capítulo 3, onde pretendemos dar conta de sua complexidade e ambiguidade.

Voltando ao contexto de fins do século XIX, quando o projeto de branqueamento ocupava posição predominante no campo dos debates científicos e político, Seyferth<sup>322</sup> observa que as propagandas no exterior e os benefícios para a concessão de terras aos imigrantes europeus incluíam um “cálculo racial”: o imigrante branco era “desejável” na medida em que a mistura deste com os mestiços brasileiros resultasse na “regeneração da raça”, levando à homogeneização desejada, como vimos em Graça Aranha. O sangue negro seria “refinado” pela mestiçagem; tornando-se “mais eugênico”, à medida que se misturasse ao sangue branco, com os cruzamentos. E não apenas haveria “melhoramento” do aspecto físico, mas também a cultura apresentaria maior unidade, segundo Jair Ramos.<sup>323</sup> A “raça branca europeia” podia ser absorvida sem perigo já que ajudaria a melhorar o elemento “nacional”.

Um episódio emblemático que ilustra como era feita a seleção de imigrantes – com base num pensamento arraigado em teorias raciais, com rejeição de grupos específicos, ou seja, aceitando e reiterando a desigualdade entre os seres humanos – foi tema do estudo de caso de Jair Ramos, mencionado anteriormente.<sup>324</sup>

Um grupo de negros estadunidenses, atraídos pela propaganda do governo brasileiro em jornais daquele país, que constantemente veiculava a inexistência de preconceito racial no Brasil – inclusive comparando-o aos Estados Unidos<sup>325</sup> –, e visando a obtenção de benefícios quanto ao trabalho e a posse de terra, tenta emigrar para cá, em 1921.

O “paraíso racial” representado na propaganda brasileira vinha de encontro à realidade negra no norte do continente americano: vivia-se ali sob a institucionalização

---

<sup>322</sup> SEYFERTH, Giralda. *apud* RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 60.

<sup>323</sup> *Ibid.*

<sup>324</sup> *Ibid.*

<sup>325</sup> Veja-se, por exemplo, SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 148; pp. 86-94. Nestas passagens o autor demonstra a partir de que conjecturas as elites defendiam este ponto de vista: rejeitavam a extrema separação que os estadunidenses faziam entre brancos e negros (sendo que não havia aí uma categoria intermediária, como a largamente utilizada no Brasil, de “mestiço”). Constantemente segregados da vida comunitária dos brancos, os negros, segundo Batista de Lacerda, criaram instituições próprias e dedicavam-se à vida familiar (p. 87). No Brasil, entretanto, os negros eram desorganizados e sem iniciativa – situação que poderia ser mudada com o tão aclamado *branqueamento* da população. Para isto também concorreria a própria ausência de preconceito racial: uma vez que não tínhamos divisões tão fortes quanto nos Estados Unidos, aqui a mistura entre as raças sempre teria acontecido de forma ampla e pacífica. Segundo tal concepção, a ausência de ódio racial era uma característica positiva da sociedade brasileira miscigenada e que poderia levar o país ao progresso.

da violência racial, através das “Leis Jim Crow”,<sup>326</sup> e a ida para um país “sem a linha de cor” abria espaço para a materialização do sonho de nacionalismo negro, ou seja, para o objetivo de fundar repúblicas negras fora dos Estados Unidos.<sup>327</sup> Este projeto emigracionista teve o Brasil como foco, segundo Ramos, na medida em que outras tentativas, voltadas ao continente africano, haviam fracassado.

Quando, então, um grupo oriundo da cidade de Chicago se propõe a comprar terras no Mato Grosso para fundar uma colônia, muitas resistências foram colocadas por parte do governo estadual e do governo federal (por meio do Itamarati), repercutindo em diversos periódicos. Surgiu então a acusação de que o governo dos Estados Unidos pretendia enviar toda a sua população negra para o Brasil, o que “implicaria um prejuízo irreversível para a suposta regeneração racial que a introdução do imigrante branco vinha operando”.<sup>328</sup>

Postura semelhante a essas manifestações sobre a proposta de imigração do grupo de Chicago assumiu mais tarde o médico e político Miguel Couto ao opor-se à vinda de imigrantes africanos para o Brasil, em sessão da Assembleia Constituinte de 1934.<sup>329</sup> Para Couto, não se deveria aceitar a vinda de mais “pretos” ou “amarelos” para o país, pois, como assinalado por Magali Engel, a mestiçagem aqui realizada tinha representado um “grande serviço à humanidade”, prestado pelos brasileiros, ao “purificar” a raça negra – não estando completa, ainda, a sua “depuração”.<sup>330</sup>

Na década de 1920, o governo brasileiro terminou por impedir a compra de terras no Mato Grosso pelo grupo de negros estadunidenses, sem, no entanto, recorrer à justificativa racial. Para Jair Ramos, o motivo da negativa extrapolava a teoria do branqueamento: passava também pelo ódio racial que, julgava-se, o negro estadunidense carregaria consigo, o qual poderia “contaminar” os nacionais com ideias de *black nationalism* – ou seja, pela subversão da hierarquia racial, pela ideia de “inassimilação” e pelo “ódio de raças”. Temia-se dessa forma que se pudesse provocar a rebelião do

---

<sup>326</sup> Uma série de leis que institucionalizaram a segregação racial nos estados do sul dos Estados Unidos da América, entre os anos de 1876 e 1964, quando foram aprovadas as Leis dos Direitos Civis. Pelas “Leis Jim Crow”, locais como escolas públicas e transportes públicos, como trens e ônibus, deveriam ter instalações diferentes para brancos e negros.

<sup>327</sup> RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 63.

<sup>328</sup> Ibid. p. 64.

<sup>329</sup> ENGEL, Magali Gouveia. Os intelectuais e a liga de defesa nacional: entre a eugenia e o sanitarismo? (RJ, 1916-1933), *Intellèctus Revista Eletrônica*, Ano XI., n.1, pp. 1-30, 2012.

<sup>330</sup> Ibid. p. 22.

negro nacional e perturbar o processo no qual se buscava unidade e soberania do Estado com uma população *embranquecida*.<sup>331</sup>

É importante frisar que a imigração branca, aquela que deveria integrar o “caldeamento” das raças para atingir o branqueamento desejado da população,<sup>332</sup> não era livre de pré-seleção, critérios e críticas. Como afirma Jair Ramos: a “articulação entre raça e imigração na Primeira República residiu na função atribuída ao imigrante de fornecer contribuições a uma ‘mistura’ física, mas também cultural, da qual resultaria um ‘tipo brasileiro’ único e superior”,<sup>333</sup> o que queria dizer não apenas uma população *embranquecida*, mas um povo unido e fortalecido em torno de uma cultura nacional. Para tanto, como enfatizamos, o imigrante branco deveria estar disposto a assimilar-se.

Segundo Ramos, um dos problemas que preocupava e instigava sobremaneira os intelectuais brasileiros nos primeiros anos da República era a ideia da *ausência* de um povo, sendo, portanto, necessário construir uma unidade racial diante da diversidade de grupos que ocupavam o território.<sup>334</sup> Conforme observou Graça Aranha, na passagem anteriormente citada, tornava-se imprescindível diminuir as diferenças regionais intensas e criar um “caráter nacional”.

Os segmentos intelectuais do período, portanto, discutiam sobre quais grupos nacionais/ raciais seriam capazes de contribuir em ambas as frentes: colonizar a terra e contribuir com o “sangue das regiões temperadas”<sup>335</sup> para *branquear* os brasileiros, ao mesmo tempo fortalecendo a sua unidade.

Em determinados momentos a preocupação com a concentração de imigrantes, sobretudo alemães, foi notória. De acordo com Seyferth, esta foi expressa principalmente por Silvio Romero que, em 1906, antevia dois problemas a ela relacionados. O primeiro consistia na possibilidade de ocorrer a “europeização” de

<sup>331</sup> RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, pp. 64-65; 78.

<sup>332</sup> SEYFERTH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp. 147-177, p. 150.

<sup>333</sup> RAMOS, Jair de Souza. op. cit., p. 79.

<sup>334</sup> Ibid.

<sup>335</sup> Cf. SANTOS, Ricardo Ventura. Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: *Os Sertões* e a medicina-antropologia do Museu Nacional. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp.124-144. De acordo com este autor, um dos debates capitaneados por Euclides da Cunha (intelectual, militar, jornalista, autor de *Os Sertões*) ao expor as características próprias do mestiço brasileiro versava sobre as diferenças climáticas no Brasil e daí a percepção da composição étnica de sua população. Para este autor, o calor úmido do norte dificultava a aclimação das “raças superiores”, e por isto o tipo característico da região era o “selvagem bronco”. Já o sul do país, de “melhores condições climáticas”, seria um bom local de recepção da mão-de-obra imigrante branca europeia proveniente das regiões temperadas.

determinada região, constantemente *embranquecida* e “progredindo”, mantendo-se ao mesmo tempo, regiões “atrasadas” e desprovidas da presença de imigrantes que não conseguiriam promover a mestiçagem *regeneradora* do elemento nacional. O segundo problema era a possibilidade do surgimento de sentimentos separatistas.<sup>336</sup>

O problema de secessão dos estados do sul poderia se apresentar a partir do momento em que aqueles imigrantes não se “fundiam” às populações brasileiras, permanecendo “fechados” em suas colônias. O que Silvio Romero sustentava, portanto, a esse respeito, era que deveria ser promovida uma constituição racial *embranquecida* com o auxílio da raça branca europeia, através da mestiçagem, criticando firmemente os grupos que se apresentavam como irredutíveis à assimilação. O que o controvertido autor defendia neste momento era que a mestiçagem deveria favorecer o *melhoramento* racial do brasileiro, e não que, a partir da vinda de imigrantes, fosse formulada outra cultura, língua e religião, distintas da brasileira.<sup>337</sup>

Como assinalado por Giralda Seyferth, Romero pretendia a formação de uma população latina e branca e, para esse objetivo, haveria que contar com os povos latinos da Europa (portugueses, espanhóis e italianos), os quais se mostravam mais assimiláveis do que os já citados alemães. Existia, pois, uma hierarquização entre os povos europeus, não somente segundo sua capacidade produtiva, mas pela aproximação e assimilação cultural:<sup>338</sup> algumas nacionalidades apresentavam-se, pois, como “imigrantes ideais” e “desejáveis”. Isto aponta para uma classificação, da época, feita por etnias diferentes, e não pelas raças distintas, pois faz pensar em costumes, religiões, línguas, ou seja, em elementos culturais diferentes.

Joaquim da Silva Rocha, chefe do Serviço de Povoamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em texto de 1918 sobre o Congresso Internacional das Raças, ocorrido, em Londres, em 1911, trabalha com os critérios de desigualdades das raças propostos Le Bon (raças primitivas, inferiores, médias e superiores) na abordagem das políticas de imigração.<sup>339</sup> Refletindo sobre qual seria a melhor imigração para a formação do “tipo brasileiro”, Silva Rocha divide os grupos europeus já estabelecidos no país desta forma: os portugueses seriam “ativos”, “inteligentes”, “resistentes ao sol”; os espanhóis, “sóbrios”, “laboriosos”, “perseverantes”; os italianos,

<sup>336</sup> SEYFERTH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp. 147-177.

<sup>337</sup> Id. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 51.

<sup>338</sup> Ibid.

<sup>339</sup> Ibid. p. 53.

com inclinação à atividade pastoreira e industriais; os alemães, tendo “valor produtivo”, mas sendo irredutíveis na manutenção de sua nacionalidade.<sup>340</sup>

Esta classificação também contém um tipo de caracterização que, de forma semelhante ao que encontramos em Romero, remete à noção de cultura, de “tradições” e “costumes”. Baseado nisso, então, Silva Rocha defendia a imigração de grupos *assimiláveis*, pois próximos culturalmente dos brasileiros, como seriam os latinos (portugueses, espanhóis, italianos). Estes seriam, para ele, os “imigrantes ideais”.<sup>341</sup>

Segundo Alencastro e Renaux, tais nacionalidades de fato compuseram as maiores correntes migratórias para o Brasil, entre o período da Independência e a Primeira Guerra Mundial. Portugueses, espanhóis e italianos, por serem “europeus e católicos, não destoavam do bloco cultural e demográfico formado pela classe dominante imperial, confortando as perspectivas culturalistas da corrente ‘civilizatória’ presente na administração estatal.”<sup>342</sup> Diferentemente, pois, dos grupos alemães, que mantinham cartilhas bilíngues em suas escolas, aumentando a desconfiança em torno de si e vistos como potencialmente imperialistas, como afirmam os autores.<sup>343</sup>

Na perspectiva dos intelectuais que partilhavam das representações que hierarquizavam os povos humanos, o “elemento civilizado” deveria ser introduzido naquilo que já era o brasileiro, aperfeiçoando-o, para obter-se um “tipo definitivo”.<sup>344</sup> Este objetivo seria alcançado desde que as características da civilização fossem introduzidas sobretudo entre aqueles que não as possuíssem, o que deveria ocorrer, contudo, sem concentração regional dos grupos de imigrantes “civilizados”, ou subtração de usos e costumes nacionais pelos imigrantes.<sup>345</sup>

A união das três raças formadoras da nacionalidade aguardava seu “tempero”, o item que a “civilizasse”, levando o país a ser *grande*. Dessa forma, alcançar o “tipo nacional” antevisto por autores como João Batista de Lacerda e Silva Rocha passava por estabelecer

[...] a unidade nacional vinculada ao povoamento do território por imigrantes brancos encarregados de civilizar uma população considerada inferior, sem

<sup>340</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.

<sup>341</sup> Ibid. p. 51.

<sup>342</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 291-335, p. 315.

<sup>343</sup> Ibid. p. 334.

<sup>344</sup> SEYFERTH, Giralda, op. cit., p. 54.

<sup>345</sup> Ibid.

destruir aquela outra base de nacionalidade que é a cultura latina e a língua portuguesa.<sup>346</sup>

E quanto ao trabalhador nacional, negro ou mestiço, como o colono, possuidor de pequeno lote de terra para cultivo próprio? Seyferth<sup>347</sup> nota a ausência de considerações sobre sua contribuição ao desenvolvimento do país, ainda que Edgard Roquette-Pinto e Manoel Bomfim, para citar apenas dois exemplos, tenham criticado o fato de que a libertação dos negros não foi acompanhada por medidas que os preparassem para o trabalho e o exercício da cidadania política.<sup>348</sup> Em suas manifestações sobre o tema, Bomfim e Roquette-Pinto não se colocaram como contrários à imigração estrangeira. Asseguravam, no entanto, que não faltam “braços nacionais” para o trabalho nas lavouras. De acordo com Seyferth,<sup>349</sup> o problema da imigração e do “tipo nacional” residiria antes na “organização nacional”, na educação, por exemplo; não sendo demográfico ou racial.

Manoel Bomfim defendia que primeiramente se apurassem as boas qualidades do povo brasileiro, pois seu gênio “próprio” e “original” - porque resultante da mistura entre branco, índio e negro - trazia grande contribuição para o progresso social e econômico do país. Criticando a “falsa ciência bacharelesca”<sup>350</sup> que se baseava em preconceitos de raça, sugeria o escritor sergipano que primeiro se “cultivassem” e educassem os nacionais, propondo ainda a criação de indústrias para a incorporação do proletariado estrangeiro, evitando-se que este servisse aos fazendeiros como os escravos negros de outrora – referindo-se essa sua proposição ao problema da organização do trabalho.<sup>351</sup> Apenas com a adoção de medidas de amparo econômico e social no país, visando seu próprio *engrandecimento*, o recém-chegado imigrante desejaria ser *assimilado* à cultura nacional, pois perceberia que esta não era “inferior”.

Sobre o europeu, aplaudido pelos propagandistas do ideal de branqueamento como o “imigrante ideal”, Bomfim também apresenta sua ressalva: apontado como representante superior da “civilização” e do “progresso”: “[...] esses brancos destroem-

---

<sup>346</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 55.

<sup>347</sup> Ibid.

<sup>348</sup> Id. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp. 147-177.

<sup>349</sup> Ibid.

<sup>350</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1931], p. 487.

<sup>351</sup> Ibid. p. 478.



se estupidamente, como se neles não houvesse, nem humanidade, nem visão política”; ainda que desejassem a paz, davam “ao mundo o espetáculo da guerra”.<sup>352</sup>

### 2.3 A mudança de paradigma: não mais a raça – a doença como foco

[...] o cruzamento, longe de ser uma fusão ou caldeamento, seguiu aqui leis biológicas já conhecidas, e de nenhum modo – documentalmente – pode ser considerado fator disgênico.

O número de indivíduos somaticamente deficientes, em algumas regiões do país, é realmente considerável. Isso, porém, não corre por conta de qualquer fator de ordem racial; deriva de causas patológicas, cuja remoção, na maioria dos casos, independe da Antropologia. É questão de política sanitária e educativa.<sup>353</sup>

No trecho acima, de autoria de Roquette-Pinto, assinala-se o momento em que, ao final da década de 1920, ganha força uma proposta de interpretação da realidade nacional distinta daquela que fora predominante até inícios do século XX. A partir das expedições promovidas pelo Instituto de Manguinhos, por exemplo, através dos “sertões” do Brasil, cientistas, médicos, engenheiros e militares, entre outras categorias de intelectuais brasileiros, passaram a formular diferentes leituras da realidade brasileira: as questões da saúde e da educação adquirem maior predominância, como já se anunciara no movimento sanitarista da década de 1910. O “atraso” do país passava, então, a associar-se à ocorrência das diversas doenças que acometiam o povo brasileiro, conforme assinalado por Nísia Lima e Gilberto Hochman.<sup>354</sup>

Ampliou-se, com isso, a possibilidade de questionamento das vertentes mais radicais do racismo científico, que condenavam a mestiçagem e os países miscigenados à degeneração, bem como a teoria do branqueamento. A partir deste momento, proposições que antes já haviam sido sugeridas por autores como Bomfim, Euclides da Cunha e Juliano Moreira, como a educação básica e os cuidados com a saúde física e mental do brasileiro, tornam-se os meios adequados para “vencer” a “fraqueza moral”, a “pacatez” e a “falta de iniciativa” do elemento nacional.

<sup>352</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1931], p. 486.

<sup>353</sup> ROQUETTE-PINTO *apud* SEYFERTH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp. 147-177, p. 160.

<sup>354</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.

Como afirmam Lima e Sá,<sup>355</sup> “a ‘saúde’ tornou-se um quadro de referências fundamental para a discussão sobre identidade nacional no período”. Embora muitos referenciais do chamado racismo científico permanecessem presentes nas interpretações acerca da realidade brasileira – sobretudo quando associados ao pensamento eugenista –, subordinados às teses sanitaristas, alguns intelectuais, tais como Edgard Roquette-Pinto, Juliano Moreira e Manoel Bomfim, refutaram de forma mais radical os determinismos raciais e climáticos, atribuindo às endemias rurais e à falta de educação formal a responsabilidade fundamental pelo “problema nacional”.

De um modo geral, segundo Nancy Stepan, a segunda década do século XX foi um momento de “otimismo temperado”, de um patriotismo que tomou fôlego quando intelectuais brasileiros notaram que os europeus, seu símbolo maior de civilização, digladiavam-se e incorriam em barbarismos próximos ao que acusavam nos latino-americanos, durante os anos de 1914-1918, na Primeira Guerra Mundial. A possibilidade de “regeneração” nacional, portanto, aparece agora mais forte: a questão colocada era “encontrar soluções próprias para os problemas latino-americanos.”<sup>356</sup>

Neste período, afirma a mesma autora, a pobreza e a lamentosa condição de saúde dos pobres (tanto das grandes cidades como dos sertões) foi se cristalizando como a questão nacional, a questão social. Para atingir o progresso social e níveis de civilização compatíveis aos da Europa e dos Estados Unidos, era preciso implantar medidas sanitárias que assegurassem a essas populações o acesso à saúde e à educação, o que contribuiria para a “melhoria da raça brasileira”.<sup>357</sup>

No movimento eugenista das primeiras décadas do século XX, na América Latina, as variantes de Weismann<sup>358</sup> e Mendel<sup>359</sup> sobre a hereditariedade não foram adotadas. Os cientistas latino-americanos não seguiram, portanto, os postulados da nova ciência da hereditariedade (ou do controle da reprodução); ao invés disto, acreditavam

<sup>355</sup> LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua geração na república das letras e da ciência. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp. 57-84, p. 71.

<sup>356</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p.46.

<sup>357</sup> Ibid. p. 47.

<sup>358</sup> August Weismann (1834-1914) foi um médico e biólogo alemão. Estudou distinções zoológicas através de experimentos com insetos e crustáceos e foi o primeiro cientista a discordar da teoria do francês Lamarck acerca da transmissão de características adquiridas durante a vida aos descendentes de um indivíduo e procurou demonstrar que as características adquiridas geneticamente eram as que poderiam ser transmitidas. MEDEIROS FILHO, Carlos Fernandes (coord.). *Biografias*. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/AugstWei.html>>. Acesso em: 06 de março de 2014.

<sup>359</sup> Gregor Mendel (1822-1884) foi monge e botânico austríaco. Entre os anos de 1856 e 1865 pesquisou com afinco o cruzamento de espécies de plantas, com base nas cores e formas das sementes, da vagem, altura do caule etc. Através desses estudos, formulou leis da hereditariedade de caracteres e hoje é considerado “pai da genética”. MEDEIROS FILHO, Carlos Fernandes (coord.). *Biografias*. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/GregMend.html>>. Acesso em: 06 de março de 2014.

que uma reforma no ambiente social seria mais importante, inclusive porque pressupunham que os caracteres adquiridos ao longo da vida eram transmitidos às gerações futuras.

Esta visão, definida pela autora como “uma tradição médica neolamarckiana”,<sup>360</sup> fornecia explicações sobre a maneira pelas quais as modificações, induzidas pelo meio externo ao organismo (fossem elas boas ou ruins), poderiam atuar nas novas gerações, transmutando-as.

Através de Lamarck, portanto, podia-se sugerir que, por meio de reformas sociais, medidas sanitárias e higienistas, ocorreria o melhoramento da raça – ou seja, conferia-se um tratamento positivo (e de um determinismo menos rígido) ao tema.

Ao mesmo tempo, profissionais como os médicos sanitaristas demonstravam a importância de sua ação sobre a vida da sociedade, a qual seria exercida especialmente sobre as diversas camadas de trabalhadores e elementos como os mendigos e as prostitutas, alvos das medidas preventivas com que se buscava evitar a decadência hereditária, através dos chamados “venenos raciais” (álcool, nicotina, doenças venéreas e outras drogas e infecções).

É importante ressaltar, então, de acordo com Ana Maria Oda,<sup>361</sup> que o aprimoramento da raça assumiu significados distintos neste momento: de um lado, a matriz sanitarista (que intencionava promover a higiene mental e a educação a fim de incentivar a “melhoria da raça”), e de outro, a eugenia de cunho racista, que defendia o branqueamento ou a *arianização* da população – através da chamada “eugenia negativa”, que visava evitar e controlar a reprodução dos “inadequados”.<sup>362</sup>

Como principais inimigos do movimento sanitarista, podemos mencionar doenças como a febre amarela, a gripe espanhola, a malária e a varíola, entre outras. O sistema político adotado no início do século XX, o federalismo, também era apontado como responsável pelo estado de abandono da população, pois impossibilitava uma efetiva intervenção de âmbito nacional.<sup>363</sup> Dentre os centros formadores então

---

<sup>360</sup> A teoria de Lamarck se fez presente no século XX em diferentes áreas do conhecimento, como antropologia, ciências sociais, psiquiatria, e psicanálise, auxiliando os especialistas de cada uma delas a interpretar suas realidades específicas. STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, pp. 78-84.

<sup>361</sup> ODA, Ana M. G. Raimundo. Juliano Moreira: clima, raça, civilização e enfermidade mental. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antologia de textos clássicos de la psiquiatria latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 121-124.

<sup>362</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 94.

<sup>363</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.

existentes no país, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro destacou-se pela importante atuação dos médicos-higienistas, entre os anos de 1900-1920, e pela associação ao movimento sanitarista.<sup>364</sup>

Em 1918, para lançar uma ampla campanha nacional pelo saneamento, foi criada a Liga Pró-Saneamento do Brasil, tendo como sócios fundadores membros da Academia Nacional de Medicina, catedráticos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cientistas do Instituto Oswaldo Cruz e antropólogos do Museu Nacional, além de militares, educadores, juristas e o presidente da República à época, Wenceslau Brás.<sup>365</sup>

Seus objetivos, segundo Lima e Sá, estavam centrados na criação de postos de profilaxia rural e educação sanitária e na expansão dos serviços de saúde pública sob a liderança do governo federal – ambos alcançados com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1919.<sup>366</sup>

O grave quadro das diferentes moléstias tropicais que se disseminavam de maneira aterradora entre a população, traçado pelos sanitaristas, era, para estes, sintoma da “passividade absoluta” e do “fracasso” da nação.<sup>367</sup> A doença e o isolamento geográfico do sertanejo passam a ser características centrais dos brasileiros.

Já nos primeiros anos do século XX, sem recorrer a explicações higienistas, mas baseando suas explicações na hierarquização das raças, um intelectual apontara a importância e a força do “mestiço do sertão”. Como assinalado por Simone Kropf,<sup>368</sup> para Euclides da Cunha o sertanejo compunha o ponto central de nossa nacionalidade: era elemento original e composto por bons atributos das raças (puras) que o formaram. Seu principal problema era a distância social em relação às cidades grandes do litoral, focos da “civilização” e do “progresso”.

Dessa forma, a modernização deveria ser levada ao sertanejo, através de sua incorporação civil e econômica, e pela difusão da educação escolar e do amparo do Estado. Nesta proposição está também contida a crítica ao federalismo, que favorecia o

---

<sup>364</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 222-223.

<sup>365</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 26.

<sup>366</sup> LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua geração na república das letras e da ciência. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp. 57-84, p. 71.

<sup>367</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit., p. 230.

<sup>368</sup> KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *Manguinhos*, v. III, n. 1, pp. 80-98, mar.-jun./ 1996.

prevalhecimento dos interesses das oligarquias regionais, em detrimento das necessidades nacionais.<sup>369</sup>

Textos como *Viagem Científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Pará e de Norte a Sul de Goiás*, organizado a partir das expedições científicas realizadas por cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, são, da mesma forma, fontes privilegiadas para apreendermos as ideias que diagnosticavam o Brasil como um país dominado pela doença, além de trazerem informações sobre a fauna e flora nacionais.<sup>370</sup>

Comandada pelos médicos cientistas e políticos Belisário Penna (1868-1939) e Arthur Neiva (1880-1943), a expedição realizada em 1912 foi divulgada pelo primeiro em uma série de artigos publicados no *Correio da Manhã* e na revista *Saúde*, órgão oficial da Liga Pró-Saneamento, em 1916. Através da análise desses artigos, Nísia Lima e Gilberto Hochman referem-se aos intensos debates sobre as medidas de combate à malária, doença que vitimava boa parte de uma população “esquecida e abandonada” no interior, ainda que “robusta e resistente”.<sup>371</sup>

De acordo com Belisário Penna, o sentimento de pertença à nação só poderia ser nulo nas regiões visitadas: o sertanejo era primitivo em técnicas de trabalho e em assuntos econômicos (por não utilizar moedas), alheio ao progresso, esquecido pelo governo federal.<sup>372</sup> Em última instância, este se fazia presente nessas regiões apenas com suas forças coercitivas.

Cabia, pois, promover a conscientização das elites sobre a persistência do problema gerado caso o quadro negativo de pulverização das responsabilidades fosse mantido. Tratava-se, pois, de lutar contra as endemias rurais e em favor de um povo “doente e improdutivo”, através de campanhas nacionais de saneamento e educação higiênica – ou seja, contra a política vigente do federalismo à moda estadunidense.

Para Lima e Hochman, a campanha pelo saneamento do Brasil alcançou relevantes níveis: periódicos lhe deram cobertura, por vezes diária, sendo a mesma debatida no âmbito do Legislativo. Tendo em vista a complexidade do empreendimento, uma comissão foi formada em 1917 com a finalidade de fornecer um relatório com propostas para o saneamento dos sertões. A partir deste documento, concluiu-se que era

<sup>369</sup> KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *Manguinhos*, v. III, n. 1, pp. 80-98, mar.-jun./ 1996, p. 90.

<sup>370</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 29.

<sup>371</sup> *Ibid.* p. 30.

<sup>372</sup> *Ibid.*

necessário conferir maior autonomia aos serviços de saúde pública – o que foi parcialmente conseguido com a criação do, já citado, Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1919. Estas medidas, de acordo com os autores, deram forma às primeiras mudanças significativas no que diz respeito à atuação da União no “problema nacional”.

373

Este Departamento tinha atribuições e financiamento federais amplos a fim de que pudesse reorganizar e ampliar a prestação de serviços sanitários existentes, mantendo diálogo com os estados, o que significava uma vitória daqueles que defendiam a necessidade de sanitização do país, sob a liderança do governo da União.

374

Além das modificações já citadas, o movimento sanitarista reivindicou para os médicos um papel de relevância em meio ao cenário da saúde pública, já que, ao contrário da visão anterior, que apontava o fracasso do país por sua constituição racial miscigenada, estes trabalhavam na criação de instrumentos possíveis para a superação da situação que era vista como a de um “Brasil doente”, por eles descoberta.<sup>375</sup>

Para Lilia Schwarcz,<sup>376</sup> o termo raça passaria a ser diretamente relacionado à “raça brasileira” e o cuidado com a nação deveria ser ligado a esta tal como estava constituída: miscigenada e de clima tropical – ou seja, aceitando-se sua realidade. Entretanto, a questão racial não fora completamente esquecida pelos médicos-sanitaristas:<sup>377</sup> parte deles passa a identificar as doenças como sendo originárias da África, com os escravos, ou da Europa e Ásia, com os imigrantes. O “enfraquecimento biológico” era também consequência da mistura racial, e as ações de higiene deveriam ter como alvos prioritários as populações pobres e mestiças.

Os eugenistas de matriz sanitarista desejavam “melhorar a raça”, promovendo mudanças nos hábitos da população e estimulando-a a cuidar do corpo e da mente. Desta forma, o país seria “regenerado” e “fortalecido”. Para que isto fosse possível, o médico deveria ir além de diagnosticar e tratar a doença, ele promoveria mudanças em certos aspectos da vida em sociedade – restando aos resistentes o confinamento em

<sup>373</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 34.

<sup>374</sup> Na visão de Lima e Hochman: “O ano de 1920 marcou o início da nacionalização das políticas de saúde e saneamento e da definição de uma nova identidade profissional para um grupo de médicos, a de profissionais de saúde pública vinculados à administração pública.” Ibid. p. 36.

<sup>375</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto, op. cit., p. 37.

<sup>376</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>377</sup> Ibid. pp. 230-238.

asilos e congêneres: “Era preciso educá-los, incitá-los a casamentos desejáveis, evitar os maus hábitos e perversões.”<sup>378</sup>

Já a chamada eugenia racialista é apontada como aquela composta por médicos, psiquiatras, cientistas, políticos e intelectuais que buscavam impor regras como o controle de natalidade de alguns grupos sociais, restrição da imigração baseada em critérios raciais, campanhas contrárias ao tabagismo e bebidas alcoólicas e de moralização das práticas sexuais, que se voltavam prioritariamente aos pobres e mestiços.<sup>379</sup>

Um dos representantes mais pujantes desta corrente foi o médico paulista Renato Kehl (1889-1974), que, em 1933, defendia a “esterilização dos degenerados e criminosos, da imposição de exames pré-nupciais compulsórios e da legislação sobre controle da natalidade”.<sup>380</sup> Para Kehl, tratava-se, portanto, de evitar a miscigenação, para que os não brancos não “degenerassem” a raça.<sup>381</sup>

Ainda que se distanciassem dessa matriz, Juliano Moreira e Manoel Bomfim vieram a integrar a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), fundada em 1923, por iniciativa do médico psiquiatra Gustavo Riedel (1887-1934?).<sup>382</sup> Composta de juristas, educadores, psiquiatras e médicos de diferentes especialidades – podendo ser citados Henrique Roxo, Miguel Couto, Carlos Chagas, Renato Kehl e Afrânio Peixoto, entre outros –, além de intelectuais e políticos, a LBHM atuou por meio de campanhas veiculadas em na imprensa, em palestras, folhetos e no rádio, editando, a partir de 1925, os *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, iniciados em 1925.

A iniciativa tinha por objetivos a prevenção de doenças mentais, a proteção e o amparo daqueles que saíssem dos manicômios, pesquisas para melhoria na assistência psiquiátrica e a realização de um amplo programa de higiene mental e eugenia, atingindo a escola, a família, as oficinas e fábricas e os quartéis. Dessa forma, como aponta Reis, a LBHM elege como temas relevantes os mesmos de Renato Kehl, acima referidos.<sup>383</sup>

Juliano Moreira, aproximando-se da chamada eugenia sanitaria, combatia as “degenerações” mentais e nervosas através de programas de educação moral, higiene e

<sup>378</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 232.

<sup>379</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, pp. 169-172.

<sup>380</sup> Ibid. p. 169.

<sup>381</sup> Outros intelectuais, médicos e políticos que partilhavam de sua opinião eram Azevedo Amaral, Oscar Fontenelle e Miguel Couto. Cf. Ibid. p. 171.

<sup>382</sup> REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)*. 1994. 353pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, pp. 49-132.

<sup>383</sup> Ibid.

controle da ordem social: sob esse argumento, defendeu o combate a “endemias sociais” como o alcoolismo, a sífilis e a epilepsia.<sup>384</sup> Dessa forma, o objeto da ação da psiquiatria, o indivíduo passível de tratamento asilar, não era mais o louco ou o “doente mental”, mas todos aqueles que escapavam à norma disciplinar, como os “criminosos, instáveis, mentirosos, querelantes”.<sup>385</sup>

Já para Manoel Bomfim, tratava-se de elevar o elemento nacional ao “progresso”, por meio, sobretudo, da instrução, alargando seu mundo de imagens e ideias e inculcando nele uma disposição voltada ao beneficiamento coletivo.<sup>386</sup>

Como assinalado por Magali Engel,<sup>387</sup> as apropriações das teses eugênicas no Brasil concorreram para a elaboração de um projeto original de intervenção sobre a sociedade brasileira, no qual se mesclavam teses sanitaristas, racistas e deterministas. Inscrevendo-se nesse debate, Juliano Moreira e Manoel Bomfim realizaram leituras bastante próprias das teses associadas ao racismo científico e ao pensamento eugenista, como será tratado, em seguida, no Capítulo 3 desta dissertação.

---

<sup>384</sup> PORTOCARRERO, Vera. Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 113.

<sup>385</sup> Ibid. p. 39.

<sup>386</sup> Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 364.

<sup>387</sup> ENGEL, Magali Gouveia. Os intelectuais e a liga de defesa nacional: entre a eugenia e o sanitarismo? (RJ, 1916-1933), *Intellèctus Revista Eletrônica*, Ano XI., n.1, pp. 1-30, 2012, p. 9.



### 3. Conclusões divergentes

“Enquanto não for possível o referido acordo entre as nações que fornecem emigrantes e as que necessitam de imigrantes, devemos fazer sem distinção de raça ou nacionalidade uma seleção individual o mais rigorosa sob o ponto de vista mental (...)”  
Juliano Moreira, 1925.<sup>388</sup>

“Quer dizer: para estudar convenientemente um grupo social – uma nacionalidade no seu estado atual, e compreender os motivos pelos quais ela se apresenta nestas ou naquelas condições, temos de analisar não só o meio em que ela se acha, como os seus antecedentes.”  
Manoel Bomfim, 1905.<sup>389</sup>

Este capítulo será desenvolvido com base na análise do tema da raça e de outros a ele relacionados (miscigenação, imigração, eugenia), a partir de textos de Manoel Bomfim e Juliano Moreira, editados no período entre 1905 e 1931.

Como referido no capítulo anterior, os debates sobre as teorias raciais no Brasil, em fins do século XIX, foram intensos e consistiram em diversas vias de interpretação. Baseados em leituras e adaptações de autores como Darwin, Lamarck, Spencer, Gustave Le Bon e Gobineau, intelectuais brasileiros formularam duas linhas interpretativas que se tornaram hegemônicas: uma negativa, sem enxergar um meio de a identidade brasileira ser fortalecida e se perpetuar, porque latina e mestiça, logo *inferior* e *condenada à extinção*; outra, positiva, entendia que o branqueamento da população mestiça (através de “cruzamentos” raciais) levaria os negros a incorporar as “boas qualidades da raça branca”, possibilitando não apenas a perpetuação do povo brasileiro, como também seu *melhoramento* moral, intelectual, econômico e estético.

Estas interpretações faziam uso de determinismos climáticos e raciais rigorosos, levando a crer que naturais de países tropicais e/ ou de população mestiça estariam condenados ao fracasso e desaparecimento, ou, no caso do branqueamento, afirmavam a *superioridade* racial branca sobre a *inferioridade* negra e mulata.

Por dentro destas nuances, mas advogando contra as opiniões que julgavam inferiorizarem negros, indígenas e mestiços no Ocidente, Manoel Bomfim e Juliano Moreira são exemplos de vozes críticas que se fizeram notar na Primeira República, em diferentes matizes, no debate sobre as teorias raciais.

Ambos valorizaram a mestiçagem apontando nela pontos positivos, mas, como seus adversários nos debates, baseavam suas proposições e interpretações em estudos

---

<sup>388</sup> MOREIRA, Juliano. A seleção individual de imigrantes no programa de hygiene mental. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 137-140 [1925], p. 140.

<sup>389</sup> Bomfim, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 58.

científicos de diferentes antropólogos, médicos e cientistas estrangeiros, principalmente europeus.

Embora reconhecessem que o país se encontrava em desigualdade na “marcha do progresso”, quando comparado aos países do Ocidente europeu e com os Estados Unidos da América, em sua história mais recente, suas explicações e justificativas estavam pautadas por outras possibilidades para além da crítica às raças negra e índia e à miscigenação. As soluções que propunham iam além do branqueamento da população – posto que a raça em si não fosse problema, e sim, em sua avaliação, seu “abandono”, em termos de cuidados com a saúde física e a educação formal.

Estes intelectuais, apesar de viverem e estudarem aspectos de uma mesma sociedade, atuaram em diferentes lugares no campo intelectual – e é nessa diferença que se pautará a comparação aqui proposta: analisaremos duas maneiras distintas, na Primeira República, de conferir ao país uma identidade nacional e propor soluções para seus “problemas” mais perceptíveis. Por esse motivo, nossa análise e comparação se concentram, especificamente, na forma como ambos os autores mobilizaram recursos intelectuais disponíveis no campo cientificista, sobretudo no que se refere ao uso dos conceitos, noções e ideias associados à raça, no desenvolvimento de seus argumentos, com o objetivo de garantir-lhes autoridade e legitimidade.

Como podemos notar na biografia escrita por Ronaldo Aguiar,<sup>390</sup> os estudos e a produção intelectual de Manoel Bomfim ocuparam lugar de destaque no mercado editorial de sua época: o escritor sergipano editou livros de análises sociológicas, psicológicas e historiográficas,<sup>391</sup> livros didáticos em parceria com outros intelectuais (como Olavo Bilac), além de lançar uma revista em quadrinhos para crianças. Bomfim também ministrou conferências literárias sobre temas como “ciúme”<sup>392</sup> – e nisto podemos assinalar seu objetivo de se fazer ouvir e ler por um público amplo e leigo (inclusive feminino). Suas considerações sobre identidade nacional foram formuladas num meio de homens preocupados em desenvolverem reflexões sobre a realidade brasileira, buscando os caminhos para a “redenção” da nação, onde a educação ocupou lugar de grande destaque.<sup>393</sup>

<sup>390</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

<sup>391</sup> GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*. 2001. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

<sup>392</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. op. cit., pp. 360-369.

<sup>393</sup> Cf. BOTELHO, André Pereira. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 118-131.

Já em Juliano Moreira podemos perceber o valor conferido ao meio acadêmico e à divulgação científica. Interagir com a produção de seus pares, trazer contribuições de médicos estrangeiros sobre “anormalidades” e estudar certos casos específicos de “doentes mentais”,<sup>394</sup> a fim de sedimentar o campo de abrangência da psiquiatria, era o que movia a sua produção intelectual e científica.

Em consequência disto, temos conhecimento dos vários artigos que escreveu em periódicos médicos e científicos, alguns dos quais, inclusive, fundou ou ajudou a criar, e das associações acadêmicas e científicas e das Ligas das quais participou, nacionais e internacionais, sendo representante dessas últimas no Brasil.<sup>395</sup> Assim como as obras de Manoel Bomfim, a análise do legado de Moreira também contribui para reflexões sobre a identidade nacional.

Neste capítulo buscaremos compreender como dois autores com características gerais semelhantes (na crítica ao racismo científico) podiam se distinguir em análises mais específicas sobre o tema. A comparação é profícua porque pretende demonstrar a pluralidade das ciências (médicas e sociais) no Brasil num momento por vezes visto como intelectualmente monolítico, como já apontamos na Introdução deste trabalho.

### **3.1 Atraso brasileiro: entre “parasitismo social”, intoxicações e “vícios sociais”**

Historiadores, antropólogos e psiquiatras que trataram temas como, por exemplo, miscigenação, raça e sexualidade na obra de Juliano Moreira mencionaram a dificuldade de acesso a grande parte das fontes de maneira sequencial, conservada e de fácil localização.<sup>396</sup> Desta forma, a divulgação e o acesso aos textos escritos/ traduzidos em periódicos ou compilados por Augusta Moreira (sua viúva)<sup>397</sup> é de grande

<sup>394</sup> Como no caso de dois dos artigos lidos: MOREIRA, Juliano. Querelantes e pseudo-querelantes. *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicinal Legal*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1908, pp. 426-434; e MOREIRA, Juliano. A seleção individual de imigrantes no programa de higiene mental. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatria latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 137-140 [1925]. Neles encontramos estudos de caso e o autor deles se utiliza para criticar visões que iam de encontro ao que ele cria sobre o Brasil; também é possível encontrar nesses textos, por exemplo, críticas aos Estados Unidos quanto ao tema do preconceito racial.

<sup>395</sup> Sobre a produção intelectual ver PASSOS, Alexandre. *Juliano Moreira: vida e obra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975, pp. 12-13; 37-45; sobre a produção intelectual e a atuação na fundação de periódicos e, direta ou indiretamente, nas Ligas, ver MEMORIAL PROFESSOR JULIANO MOREIRA. *Juliano Moreira: o mestre, a instituição*. Salvador, 2007.

<sup>396</sup> VENANCIO, Ana Teresa. As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, pp. 59-73, jul.- dez./ 2005.

<sup>397</sup> Augusta Peick Moreira publica um artigo em uma revista ilustrada de geografia e etnologia editada na Alemanha, em 1908, *Globus* (vol. XCIII), o qual foi traduzido e publicado no *Almanaque Brasileiro Garnier* depois de dois anos. Ela também apresentou um trabalho, em 1937, intitulado “Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil”, durante o 1º Congresso Afro-brasileiro do Recife, depois incluído como artigo em livro organizado por Gilberto Freyre, em 1937. Neste último é apresentada uma seleção e compilação de trabalhos de Juliano Moreira.

importância, pois as posições do psiquiatra são neles perceptíveis e claramente retratadas, ainda que com citações indiretas.

Escrevendo sobre periódicos de maior circulação nesta época, na capital da república, Carolina Dantas <sup>398</sup> destaca o *Almanaque Brasileiro Garnier*, editado entre 1903 e 1914, com periodicidade anual, cuja abordagem voltava-se a busca de temas que conferissem alguma originalidade ao país, como a língua, a geografia, a história, o folclore, as estatísticas e contas públicas e a educação. Dignas de menção são as abordagens positivas veiculadas no periódico com relação à mestiçagem, num momento de valorização da cultura erudita europeia, e o papel cívico que este buscava exercer sobre as classes letradas e/ou com algum acesso à informação como aquela divulgada nas revistas ilustradas. Seus editores foram Ramiz Galvão (até 1906) e João Ribeiro (até 1914). O segundo afirmava posições nacionalistas e pautava-se por uma atuação republicana militante, diferentemente do primeiro, segundo a autora, o que explicaria a mudança na preferência por autores que colaboravam na revista ao longo do tempo, bem como a específica menção, aqui, à edição, em 1910, da tradução de um texto de Augusta P. Moreira, que, além de valorizar o mestiço brasileiro, atacava as críticas que eram feitas à raça negra.

Augusta nasceu em Hamburgo, na Alemanha, e trabalhava como enfermeira no Cairo quando, provavelmente, conheceu o psiquiatra Juliano Moreira, no momento em que este sofria internações para tratamento de doença (nestas viagens internacionais, até o ano de 1911, também aprimorava seus estudos especializados). Casaram-se em inícios na década de 1910 (embora não se saiba a data com precisão) e vieram juntos para o Brasil. Já viúva, em 1945, lhe foi concedida, pelo governo brasileiro, “pensão especial de mil cruzeiros mensais” por meio do Decreto-Lei n. 7.406, de 22 de março. <sup>399</sup>

No artigo acima referido, “Homens de cor no Brasil”, Augusta Moreira apresenta, entre experiências pessoais e estudos seus e de seu marido, argumentos que avaliava serem capazes de confrontar àqueles dos que julgavam os negros “inferiores”, “imprevidentes”, “imorais” e “desonestos” (notadamente autores norte-americanos, não citados nominalmente), e ao produto de seu cruzamento com brancos, os mestiços ou mulatos, como degenerados e fruto de uma mistura “nefasta”.

---

<sup>398</sup> DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil café com leite: Mestiçagem e identidade nacional em periódicos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010, pp. 47-58.

<sup>399</sup> SENADO FEDERAL. *Portal O Senado*. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=27397&norma=42888>>. Acesso em: 01 de novembro de 2013.

Para a enfermeira, o negro que foi transportado e habitava no Brasil não era igual ao negro africano, pois, mesmo que fosse incerto dizer que este seria *puro* (ou seja, sem mistura com outros “tipos étnicos”, como a autora define) no próprio continente africano, no Brasil é certo que seus filhos, em contato com “povos mais adiantados”, teriam tido um ganho civilizacional. Desta forma, apesar do preconceito de cor, para Augusta, os pretos no Brasil “são tão bons como os brancos” e estariam se distinguindo em ramos como advocacia, medicina, negócios, agricultura, sacerdócio – desde que lhe fossem oferecidas oportunidades de adquirir a “devida educação”.

Durante o desenvolvimento de seu texto, afirma que, apesar de todos os males herdados da escravidão, da vontade cega do colonizador português em enriquecer (que desconhecia medidas legais que limitassem as ambições quanto à escravização, deixando, assim, que fossem expandidas “todas as suas más qualidades”), ainda assim o negro (escravo ou não) demonstrava qualidades físicas e morais *compatíveis com as dos brancos*. A previdência, a moralidade e a honestidade não seriam atributos próprios dos brancos: a história demonstraria – por exemplo, através dos exemplos de compra da própria (ou de terceiros) alforria, do não defloramento de senhoras brancas, quando “sob cuidados” dos escravos, da ausência de reclamações das companhias onde estivadores negros trabalhavam, tudo isto “prova cabal” agindo em seu favor – que seus defeitos não eram maiores que os destes.<sup>400</sup>

Sobre o mestiço, ou mulato, filho do branco com o preto, Augusta Moreira o defende contra os julgamentos negativos, justificando que o cruzamento de pessoas destas raças não resultava num elemento essencialmente “mau” – e que aquele que desta forma opinava estudara a questão “muito unilateralmente” e sem verificar “as boas ou más qualidades dos pais”. Também neste grupo, vários eram os indivíduos que se destacavam (na engenharia, advocacia, política), o que demonstrava que “a mestiçagem não é empecilho aos *surtos* da inteligência”<sup>401</sup>. Tanto no ambiente rural quanto no urbano, guardadas as proporções com relação ao acesso à educação, o mestiço demonstrava capacidade de nivelar-se aos brancos também educados.

Augusta refere-se, então, a estudos realizados por Juliano Moreira quando este, em viagem à Europa, visitou o ramo europeu da família de um brasileiro mestiço paranoico, filho de mãe negra e pai italiano, identificando na família deste último a ocorrência de diversos casos de “imbecilidade” e “idiotia” – portanto, em ramo da

---

<sup>400</sup> MOREIRA, Augusta P. Homens de cor no Brasil. *Almanaque Brasileiro Garnier*, Rio de Janeiro, 1910, pp. 352-359, pp. 352-356.

<sup>401</sup> *Ibid.* Grifo nosso.

família em que não ocorrera “mistura de raças”. Para ela, assim como para Juliano Moreira, tanto os antecedentes hereditários (“os caracteres morais do progenitor”) quanto o grau de instrução do indivíduo eram fatores essenciais na caracterização de degeneração do indivíduo ou do grupo – e não a raça ou mistura delas.

Juliano Moreira apresentou resultados da mesma pesquisa no artigo escrito para o periódico *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*, em 1908, no qual, em diálogo com outros médicos, discute se os indivíduos afetados pela “querelomania” pertenceriam a um só grupo, como variedade de uma paranoia, ou a grupos diversos no correr de outros problemas, tais como imbecilidade, demência senil, alcoolismo. Para Moreira, a “querelomania” demonstraria ser um sintoma de um problema maior, da “verdadeira paranoia”, sendo essa manifestação uma variante clínica comumente conhecida pelo nome de “paranoia querelante”, ou “pseudo-querelante”.

Após a discussão e apresentação de seu posicionamento no debate dos psiquiatras, Juliano Moreira relata a pesquisa acerca da família mestiça acima mencionada. O filho de uma preta com um italiano (chamado aqui de A. P. D.) seria portador de tal paranoia querelante: constantemente reclamava em instâncias judiciais, além de ter interpretações delirantes e demandistas quanto às terras da família – sem nunca contentar-se com os resultados obtidos quando estes eram contrários ao que esperava.

Para Juliano Moreira, seria importante não apenas analisar o comportamento individual de seu objeto de estudo, mas também empreender uma análise mais profunda com relação às características de seus pais e do ramo da família que permanecera na Europa, uma vez que desejava demonstrar que os brancos não eram superiores aos mestiços quando ambos os grupos passavam por um período de educação formal, melhorando, desta forma, antigas degenerações – sendo aquela suposição, a seu ver, uma forma superficial de entender o problema das doenças mentais.

O pai de A. P. D., italiano, era um “bêbado habitual”, mas sua mãe, negra, “nada apresentava de anormal”. O psiquiatra considerou prolífico investigar os familiares do primeiro, numa pequena cidade da Itália. Dos irmãos dos quais se tinha notícias, um era descrito como “imbecil, ébrio habitual, turbulento, muito supersticioso esteve duas vezes preso por ter ofendido fisicamente duas velhas, às quais ele atribuíra o crime de lançarem maus olhos à criação de sua irmã; casou-se e teve dois filhos, ambos imbecis”. Sua irmã era epilética e tivera três filhos: “um também epilético, outro imbecil e o

terceiro homicida”. E voltando a A. D. P., este teve ainda uma irmã histérica, cujos dois filhos “nada tinham de anormal”.<sup>402</sup>

A partir dos resultados dessa investigação, Moreira concluía que todos os indivíduos do ramo europeu da família, o qual não teve ligação com elementos negros, em nada se mostravam superiores a seu objeto de estudo: “o ramo europeu da família, livre de mestiçagem, em nada foi superior ao ramo mestiço brasileiro”<sup>403</sup>. Além disso, seus sobrinhos (nascidos no Brasil e, provavelmente, filhos de pai brasileiro) não demonstravam qualquer anormalidade.

Portanto, no estudo desse caso, a influência da raça não sido primordial: mais útil e objetivo seria buscar as origens do problema na hereditariedade, segundo uma perspectiva neolamarckiana, não determinista. Uma tal perspectiva, cabe assinalar, possibilitava aos higienistas a ampliação de seu campo de atuação no que diz respeito ao papel que podiam exercer como responsáveis pela implementação de medidas sanitárias e moralizantes numa sociedade em vias de industrialização e urbanização<sup>404</sup>, ou seja, convivendo com os problemas que este processo trazia em si – mendigos, prostituição, ampliação do consumo de drogas – e sobre as condições apresentadas por cada indivíduo.

Como é conhecido, preocupações quanto aos negros e à miscigenação racial também são encontradas em estudos de Manoel Bomfim. Em seu primeiro livro, *América latina: males de origem*, de 1905, ele se refere ao “novo elemento americano” como o mestiço de povos indígenas, negros e ibéricos, que se dirigiam para a América a fim de “apropriar-se do trabalho desses escravos”.<sup>405</sup>

Os integrantes destas “novas nacionalidades” teriam boas qualidades inatas – o mestiço não nascia degenerado por ser fruto de mistura racial diversa. Ao contrário: por sua vida ter se originado e desenvolvido em condições de miscelânea de raças e em colônias que foram exploradas de maneira “parasitária” durante séculos, o sul-americano teria desenvolvido características específicas de força e resistência, tanto ao clima como aos constantes “abusos” praticados pela metrópole (Portugal ou Espanha) e depois pelos fazendeiros.

---

<sup>402</sup> MOREIRA, Juliano. Querelantes e pseudo-querelantes. *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicinal Legal*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1908, pp. 426-434, p. 431.

<sup>403</sup> Ibid. p. 432.

<sup>404</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, pp. 75-114.

<sup>405</sup> BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 131.

O que, portanto, este autor entendia por “parasitismo social”?<sup>406</sup>

Para Bomfim, as nações sul-americanas eram novas e ricas em recursos naturais, porém *atrasadas*. Se eram propícias ao crescimento e a se tornarem “prósperas” e “felizes”, por que estavam cada vez mais isoladas da civilização ocidental – qual era o modelo desejado?

Fazendo analogias com as ciências biológicas, Bomfim afirmava que, assim como o médico requisita ao doente um histórico de saúde, para poder tratá-lo, devia-se de igual forma compreender os males recentes das sociedades, procurando neles uma origem histórica, no decorrer de séculos de transformações políticas, econômicas e sociais. Na vida em sociedade, bem como na vida em natureza, o esforço e o exercício de cada órgão levaria ao progresso do todo, e, no caso contrário (inércia), estes órgãos se atrofiariam e o animal se tornaria um *depredador*, que sugaria de sua vítima a energia e o trabalho vital de que necessita, ao invés de retirá-lo da natureza. Por conta deste novo comportamento, sua inteligência atrofiaria; ao tornar-se um parasita, “um organismo involui”.<sup>407</sup>

Tal era, portanto, por analogia, a história de Portugal e Espanha na América Latina (e da *origem dos males* desta). Estas duas metrópoles, ao descobrirem as terras e minas da América, teriam se habituado a viver do fruto do trabalho alheio e das guerras, sem mais se dedicar à produção – tratava-se de uma “rapina” organizada pelo Estado, e não obra de particulares.

A colonização beneficiou-se do trabalho dos índios, na parte espanhola da América, e dos negros escravizados, na portuguesa. De povos guerreiros, Portugal e Espanha passaram a aventureiros, “depredadores” e “parasitas”, sem nunca promoverem o progresso científico e intelectual dos povos, apenas conservando o modo de vida atual. Como sintetizado no trecho bastante citado de *A América Latina*:

[...] o Estado era parasita das colônias; a Igreja parasita direta das colônias e parasita do Estado. Com a nobreza sucedia a mesma coisa: ou parasitava sobre o trabalho escravo, nas colônias, ou parasitava nas sinecuras e pensões. A burguesia parasitava nos monopólios, no tráfico dos negros, no comércio

<sup>406</sup> É importante citar aqui diferentes pesquisadores que se tem se debruçado ao longo de décadas na compreensão desse mesmo tema: SÜSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Moderna, 1981, pp. 9-59; GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*. 2001. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói; AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

<sup>407</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 65.



privilegiado. A plebe parasitava nos adros das igrejas ou nos pátios dos fidalgos<sup>408</sup>

As populações constituídas nestas novas regiões, por consequência, apresentariam características de decadência moral e intelectual, sem que lhe sobrassem forças, inclusive, para reclamarem reformas.

A parcela mais numerosa da população e responsável pela realização das tarefas mais duras e intensas na colonização compunha-se por raças heterogêneas: indígenas de diferentes tribos, africanos de diferentes grupos étnicos, descendentes de europeus (já miscigenados), “vivendo à margem da civilização”<sup>409</sup>, sem participar de seus privilégios e constantemente “desmoralizados”, de acordo com Bomfim.

Não só os fazendeiros se apropriavam do trabalho alheio (dos negros), no Brasil, como igualmente os padres nas Missões viviam à custa de índios, que trabalhavam para eles. Também estes eram, portanto, parasitas do trabalho alheio e, além de semear superstições, asseguravam a obediência necessária ao regime do Estado português, dificultando o caminhar do progresso social nestas terras. De acordo com Bomfim, a metrópole, representada nas figuras da Igreja Católica e das “classes dirigentes”, na colônia, agia como “sanguessugas”<sup>410</sup> que retiravam as riquezas das áreas recém-conquistadas, sem aí instituírem sociedades livres e responsáveis por seus rumos futuros.

Comparando nossa evolução política e econômica com a dos Estados Unidos, o escritor sergipano afirmava que esta ex-colônia demonstrava um estágio de civilização e prosperidade bem mais avançado. A explicação para esta diferença, diversamente daquela fornecida por Gustave Le Bon (e referida por Bomfim<sup>411</sup>), de que suas gentes eram povo herdeiro da “raiz anglo-saxã”, habitando em porção de terra temperada, e por isto mais afeito e inclinado ao progresso, residiria nas condições de organização social dos Estados Unidos, desde os primeiros tempos, apesar da escravidão nas colônias do Sul, pois não teria havido ali um parasitismo integral por parte de sua metrópole. Esta, distintamente, manteve-se centrada em suas próprias necessidades e interesses, preparando seus cidadãos para atividades que demandavam competência, ou seja, investindo em inovações científicas nas áreas de botânica, química e meteorologia, como aquelas aplicadas na lavoura, por exemplo.

<sup>408</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 119.

<sup>409</sup> Ibid. p. 162.

<sup>410</sup> Ibid. p. 354.

<sup>411</sup> Ibid. pp. 244-349.

O parasitismo das metrópoles na América Latina, Portugal e Espanha, não teria resultado apenas em males políticos e econômicos, mas também sociais e morais, sendo esses claramente percebidos através do que Bomfim chamou de “hereditariedade social”, definida por ele como a transmissão de qualidades psicológicas, comuns e constantes, através das gerações – e que dariam um caráter próprio aos grupos sociais.  
412

De maneira semelhante aos argumentos que Juliano Moreira desenvolveria, mais tarde, sobre a transmissão de características entre gerações, Bomfim defendia que os efeitos desta forma intensa de exploração eram agravados na América Latina porque atuavam sobre “sociedades novas”, não consolidadas, de forma “hereditária”: não a hereditariedade genética, mas a social, referida à herança de aspectos psicológicos de seus progenitores e do meio social. Para Bomfim, estudar a raça era estudar seus traços psicológicos típicos: “A noção de raça, todos o sabem, baseia-se não só nos traços anatômicos como nos caracteres psicológicos.”<sup>413</sup>

Muito do comportamento de novas nações teria sido “herdado” daquelas que as colonizaram, porém deveria ser considerada, também, a ação do meio. Logo, ainda que as qualidades das ex-colônias tivessem sido recebidas das ex-metrópoles, aquelas não eram cópias destas: além do tempo cronológico dentro do qual as colônias se desenvolveram, o meio físico, geográfico e as diferentes contribuições étnicas também atuavam sobre sua formação.

A maioria mestiça dos habitantes das colônias, então, por efeito da má herança que os degradou, desenvolveu vários defeitos e vícios que, no entanto, não eram absolutos por não serem de origem biológica, mas, como dito anteriormente, social: “as populações podem refazer a sua educação social, corrigindo os vícios havidos na tradição parasitária, e entrar para o progresso.”<sup>414</sup> No artigo intitulado “Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil”, apresentado por Augusta Moreira ao 1º Congresso Afro-brasileiro do Recife, em 1934, e depois incluído em livro organizado por Gilberto Freyre, em 1937, a viúva de Juliano Moreira apresenta alguns argumentos do psiquiatra que podem ser objeto de uma comparação com os enunciados de Bomfim.

Augusta procura destacar, neste artigo, a preocupação do psiquiatra baiano em relacionar a ausência de assistência aos “insanos”, na antiga metrópole portuguesa, às condições de saúde física, moral e social da população brasileira que lhe era

---

<sup>412</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], pp. 172-176.

<sup>413</sup> Ibid. p. 174.

<sup>414</sup> Ibid. p. 259.

contemporânea. Faz então referência a um artigo por ele publicado nos *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins*, de 1905, no qual ele refutara poder ser a raiz de nossos problemas “atribuída ao único fato da mestiçagem”.<sup>415</sup>

Por meio desta interpretação histórica e social, de forma próxima àquela sugerida por Bomfim em seu primeiro livro, Moreira desenvolveu o argumento de que Portugal tinha dispensado pouca atenção a seus “insanos”, tampouco se preocupando com a assistência a “alienados” na colônia; além disso, segundo o médico baiano, grande parte dos emigrados era “gente das cadeias”, o que contribuía com a sucessão de “epiléticos histéricos e outros degenerados” que aqui se desenvolveram.<sup>416</sup>

A este grupo já degenerado, a que “afortunadamente a uberdade do solo dava amplas facilidades de vida [...] o que era diminuir-lhes as probabilidades de perda da razão”,<sup>417</sup> os portugueses juntaram um povo mais “embrutecido”, os negros africanos, com a ajuda dos quais exploraram a colônia e o império.

Entretanto, a mistura racial não era a causa dos problemas das moléstias no brasileiro, como descrito na passagem acima. Ao álcool Moreira imputava uma grande responsabilidade na deturpação do caráter destas populações: em seus neurônios teriam sido infiltrados, a partir da bebida alcoólica, elementos que degeneraram todo um grupo através do tempo – e a isto devia ser atribuída a razão da “tara atual” que correspondia esse “vício”, enquanto outros intelectuais, que não se preocupavam em aprofundar as origens destes fatos, segundo Augusta, erroneamente culpabilizavam a raça e a mestiçagem.<sup>418</sup>

O educador e médico sergipano, distintamente, partilhava de uma visão que não apenas defendia a mestiçagem como não sendo a causa de males contemporâneos, como fazia, em alguma medida, seu elogio. Em *A América Latina*, Bomfim afirmava que, durante o período de mestiçagem dos elementos “puros” das raças negras e indígenas, estes últimos pouco haviam contribuído para a formação moral e intelectual das novas sociedades, pois eram povos muito “atrasados”, sem qualidades ou defeitos suficientemente delineados para se imporem sobre “populações cultas”. Suas almas *primitivas* (“naturezas quase virgens”) teriam sofrido influência dos povos mais “cultos”, e, assim, as lacunas de seu caráter foram sendo preenchidas através da

---

<sup>415</sup> MOREIRA, Augusta P. Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil. IN: FREYRE, Gilberto. *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S. A. - Editora, 1937, pp. 146-150, p. 146.

<sup>416</sup> Ibid. pp. 146-147.

<sup>417</sup> Ibid. p. 146.

<sup>418</sup> Ibid. p. 147.

imitação, como ocorreria na relação criança *versus* adulto – fazendo uso de um argumento análogo ao de algumas correntes do campo da Psicologia.

Além do atraso, Bomfim incluía na descrição dos indígenas e negros outras qualidades negativas: “inconsistência de caráter, leviandade, imprevidência, indiferença pelo passado”.<sup>419</sup> Eram, porém, povos “adaptáveis” através do contato com outros de “organização complexa”. E esta seria justamente a sua positividade: a capacidade que povos misturados, mestiços ou miscigenados têm de perdurar por séculos e “civilizar-se”,<sup>420</sup> pois aptidões novas seriam criadas a partir da mistura das qualidades morais que cada grupo trazia em si, fossem boas ou ruins, que iriam sendo aprimoradas.

Bomfim afirma, mesmo, que os mestiços eram perfeitamente dotados de inteligência e coragem física e que, se haviam “degenerado de caráter” em relação às raças originárias, isto provinha “da herança que sobre eles pesa, da educação recebida e da adaptação às condições de vida que lhe são oferecidas”.<sup>421</sup> Sugeriu ainda que as raças “puras” em nada teriam degenerado ao se misturarem: “ver-se-á que o número de delinquentes mestiços é, talvez, relativamente inferior ao dos criminosos de raças puras.”<sup>422</sup>

Criticando as ideias defendidas por alguns de seus pares – sem os citar nominalmente – que comparavam a esterilidade da mula, ou seja, sua regressão física, com uma possível regressão moral e intelectual<sup>423</sup> dos elementos *mulatos* das populações “hispano-americanas”, o autor propunha que nenhum traço de fisionomia especial ou novo seria perceptível nos mestiços e que a “regressão ancestral” não existia, até porque, para ele, o cruzamento se daria entre *raças*, não entre *espécies* diversas.

Entre as correntes explicativas das sociedades na época, monogenismo, poligenismo e suas variantes interpretativas, abordadas em maior detalhe no Capítulo 2, Bomfim pode ser associado àqueles que defendiam que a espécie humana era uma só, embora fosse composta de raças em diferentes estágios de evolução. Além de discordar da ideia de “imutabilidade das espécies”, defendida por Agassiz<sup>424</sup> – que afirmava que estas tiveram centros de criação cronológica e geograficamente distintos e que, influenciadas por catástrofes, as espécies foram recriadas por Deus -, o pensador

---

<sup>419</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 261.

<sup>420</sup> *Ibid.* p. 287.

<sup>421</sup> *Ibid.* p. 291.

<sup>422</sup> *Ibid.* p. 291.

<sup>423</sup> *Ibid.* p. 287.

<sup>424</sup> *Ibid.* p. 288.

sergipano criticava também a opinião de que “não há nenhum parentesco entre as raças”.<sup>425</sup> Para ele, portanto, não teria havido um “Padre Eterno”<sup>426</sup> responsável pela criação das espécies humanas existentes, uma separada cronologicamente da outra.

A mestiçagem atuaria exatamente no sentido contrário: ampliando a possibilidade do aparecimento de “aptidões novas”. Utilizando fragmentos da obra de Darwin, *Variação das espécies, II*, a seu favor, Bomfim considerava impossível contestar “que há mulatos tendo o caráter e o coração excelentes” e que se estes grupos se acham em estado de degradação, o fato deveria ser atribuído “às detestáveis condições morais, nas quais eles se acham geralmente.”<sup>427</sup>

Se estas populações se apresentavam “instáveis” (política e socialmente), portanto, isto se dava pelas condições históricas da colonização. Dessa forma, “Felizmente os fatos contradizem, também, as concepções dos teóricos detratores da mestiçagem.”<sup>428</sup>

A influência do mestiço nas novas nacionalidades era, por essas razões, para Bomfim, importante e positiva: tratava-se de um grupo maleável, adaptável e progressista, diferentemente das populações “cultas”, presas ao passado e mais resistentes às mudanças. Por serem povos mais jovens (e *primitivos*) sua influência seria renovadora, e não de diretriz, ou seja, a direção da sociedade permaneceria a cargo das nacionalidades europeias.<sup>429</sup>

Como características positivas dos negros, Bomfim apontava sua submissão, “afetividade passiva”, “dedicação morna, doce e instintiva” e a ausência de sentimento de vingança contra seus senhores e senhoras, preferindo aqueles, às vezes, o suicídio ao homicídio. Já o indígena seria amante da liberdade e teria grande coragem física; entretanto, seu espírito era instável, o que dificultava sua evolução intelectual. Para o autor, entretanto, isto era corrigível através de um esforço de educação/ instrução constante. Pode-se desenvolver, então, nestes o hábito do trabalho: não um trabalho “parasita”, de um intermediário que quer se beneficiar da riqueza, mas um trabalho para si e para o desenvolvimento de seu país.<sup>430</sup>

Também para Juliano Moreira, em texto escrito em 1929, para uma conferência na Faculdade de Medicina da Universidade de Hamburgo (“Algo sobre doenças

<sup>425</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 288.

<sup>426</sup> Ibid. p. 288.

<sup>427</sup> DARWIN, Charles, apud Ibid. p. 289.

<sup>428</sup> Ibid. p. 287.

<sup>429</sup> Ibid. p. 261.

<sup>430</sup> BOMFIM, Manoel, op. cit., pp. 262-264.

nervosas e mentais no Brasil”), compilado por Augusta Moreira, em 1937, para o já citado livro organizado por Gilberto Freyre, os europeus que aqui aportaram foram beneficiados com o “cruzamento” com os “aborígenes”.

Ao longo dos séculos XVI a XIX, com a chegada constante e intensa de imigrantes europeus, os povos nativos foram penetrando cada vez mais o território brasileiro, buscando a sobrevivência de suas tribos. Conforme os colonizadores também investiam território adentro, cruzamentos teriam promovido a “adaptação perfeita”<sup>431</sup> dos europeus ao meio tropical.

Os novos colonos, mestiços e adaptados, não teriam representado um entrave à “adoção dessa ou daquela medida civilizadora trazida por esse ou aquele europeu ou descendente *puro* de europeu.”<sup>432</sup> Pelo contrário, teriam sido estes descendentes, filhos ou netos do cruzamento de brancos e índios, já adaptados à “vida civilizada”, que, com seu trabalho, favoreceram os “progressos das cidades mais adiantadas do norte do país”.

433

Também o negro teve contribuição positiva, e seus descendentes, “puros ou mestiços”, teriam sido fator de destaque na evolução do país, em seu caminho ao “progresso”.<sup>434</sup>

Moreira assinalava ainda que era muito difícil encontrar elementos raciais “puros”, tanto no Brasil como na Europa e nos Estados Unidos, dada a “interpenetração dos vários povos na paz e na guerra”.<sup>435</sup> O meio (urbano ou rural), os costumes e o “perfil psicológico” dos grupos onde os indivíduos estivessem inseridos eram fatores que influenciavam mais do que o fato de sua origem ser de um grupo considerado “inferior”. Por esse motivo, para ele, os *povos* deviam ser estudados, e não mais as *raças*.<sup>436</sup>

A interferência do meio também se dava quando a educação “superior” era ausente. Compreendendo o valor e a instrumentalização da educação/ instrução de maneiras diferentes, Bomfim refletia a tradição iluminista na questão,<sup>437</sup> enquanto psiquiatras higienistas, como Juliano Moreira, creditavam à ciência médica, por meio de

---

<sup>431</sup> MOREIRA, Augusta P. Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil. In: FREYRE, Gilberto. *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S. A. - Editora, 1937, pp. 146-150, p. 149.

<sup>432</sup> Ibid. p. 149. Grifo não é do original.

<sup>433</sup> Ibid. p. 149.

<sup>434</sup> Ibid. p. 149.

<sup>435</sup> Ibid. p. 150.

<sup>436</sup> Ibid. p. 150.

<sup>437</sup> GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da História" na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 129-154, jul./ 2003.

medidas eugênicas, muitas vezes autoritárias<sup>438</sup>, a capacidade de regenerar problemas físicos, mentais e sociais da população, como aqueles relacionados ao consumo de álcool e ao “abuso” de relações sexuais sem “cuidados apropriados”, o que ocasionava doenças venéreas ou prole “degenerada”. O psiquiatra, entretanto, também ressaltava que o grau de instrução dos indivíduos determinava as diferenças entre os grupos sociais. Dessa forma, as raças não representavam fatores civilizatórios por si só, e sim o meio social, que seria “inferior” ou “superior”.

Assim é que indivíduos pertencentes a grupos étnicos considerados inferiores, quando nascidos e criados em grande cidade, apresentavam melhor perfil psicológico, do que indivíduos mesmo provindos de raças nórdicas, criados no interior do país em um meio atrasado.<sup>439</sup>

Se, por um lado, Moreira e Bomfim se aproximam ao encontrar na história da colonização brasileira motivos para o “atraso” do país, por outro, diferenciam-se quando o primeiro agregava a esse fator as infecções, infestações e intoxicações, que, também, no seu entendimento, identificavam o brasileiro.

Como referido acima, o psiquiatra baiano dava grande importância ao problema do alcoolismo em sua época. Em artigo publicado em 1922, no *Brasil Medico*, tratou da degeneração causada pelo álcool “e outros inebriantes”, responsáveis pelas intoxicações e pelas doenças venéreas.

Como explica José Reis<sup>440</sup>, alguns dos integrantes do grupo de higienistas dos anos 1920 e 1930, no Brasil, composto por médicos, educadores e engenheiros, entendiam o alcoolismo ou como doença mental, sendo aqui a educação a proposta para regenerar os indivíduos, ou como “doença social”, demandando um ordenamento firme e preciso das cidades, visto que nelas se desenvolviam ambientes de “anarquia mental”. Por isso, ao defenderem a noção de “degeneração”, tais profissionais estavam também defendendo a ampliação cada vez maior do ambiente de atuação e das medidas cabíveis ao psiquiatra, como se pode verificar, por exemplo, no artigo de Juliano Moreira acima citado.<sup>441</sup>

---

<sup>438</sup> REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)*. 1994. 353pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, pp. 49-132.

<sup>439</sup> MOREIRA, Augusta P. Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil. In: FREYRE, Gilberto. *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S. A. - Editora, 1937, pp. 146-150, p. 150.

<sup>440</sup> REIS, José Roberto Franco, op. cit., p. 90.

<sup>441</sup> MOREIRA, Juliano. A luta contra as degenerações nervosas e mentais. *Brasil Médico*. Rio de Janeiro, Ano 36, c. II, 1922, p. 225.

Estes problemas sociais, agravados com o tempo, e pela “procriação entre gentes taradas pelos males”, <sup>442</sup> seriam os responsáveis pela “degradação” dos povos, erroneamente atribuída, por outros intelectuais, ao elemento negro e à mestiçagem.

Segundo Nancy Stepan, <sup>443</sup> para os cientistas das primeiras décadas do século XX, “venenos raciais”, sendo aqui o termo *raça* compreendido como “raça brasileira”, no sentido conferido ao termo pelos intelectuais eugenistas, como desenvolvido no Capítulo 2 desta dissertação – como o álcool, a nicotina, a vadiagem, a prostituição – influiriam como fatores *deseugênicos* não apenas nos grupos negros e mestiços, mas para os pobres em geral. Tais fatores degradantes atuavam sobre seus portadores, tendo grandes possibilidades de serem hereditariamente perpetuados. Associando-se a esse entendimento, Juliano Moreira buscava promover “a maior higiene mental dos povos”, por meio de campanhas intensas contra o consumo de bebidas e evitando-se a procriação dos portadores de infecções.

[...] sempre sem ridículos preconceitos de cores ou castas mesmo porque só assim os que foram senhores e se compenetraram de sua superioridade, merecerão ser absolvidos do feio pecado de terem vivido por muito tempo fartamente mercê do trabalho desmoralizado dos outros que eles ou seus ascendentes degradaram e escravizaram. <sup>444</sup>

### 3.2 Compreensões e propostas para a imigração

Seguindo a linha de pensamento higienista, representada por intelectuais cuja preocupação e atuação voltava-se ao melhoramento das condições de saúde da população, Juliano Moreira escreve o artigo publicado originalmente em 1925, “A seleção individual de imigrantes no programa de higiene mental”.

Contrário a fazer do país um receptor de elemento “emigrado indesejável, sob o ponto de vista mental”, visto que, para ele, o Brasil teria um futuro (necessário) de intensa imigração por sua grande extensão territorial e a “desproporcional” quantidade de habitantes, o psiquiatra propunha a fiscalização dos recém-chegados de todas as partes do mundo, “pois não nos devemos conformar com a pouco agradável posição de

---

<sup>442</sup> MOREIRA, Juliano. A luta contra as degenerações nervosas e mentais. *Brasil Médico*. Rio de Janeiro, Ano 36, c. II, 1922, p. 225.

<sup>443</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, pp. 105-106.

<sup>444</sup> MOREIRA, Juliano, op. cit.



escoadouro de quanto emigrado indesejável, sob o ponto de vista mental, que porventura para aqui se dirija.”<sup>445</sup>

Indicando a importância das medidas tomadas pelos Estados Unidos e Inglaterra neste quesito, defendia a tomada de posições semelhantes no Brasil, no âmbito legal, limitando-se, através de leis restritivas, a entrada de elementos “idiotas, alienados, doentes de afecções incuráveis e condenados por crimes”.<sup>446</sup> Considerava, por um lado, a validade da importação de braços e, por outro, os esforços que vinham sendo feitos em prol saúde física e mental dos brasileiros.

Entretanto, Moreira tinha em sua conta que as medidas adotadas naqueles países baseavam-se em “velhos preconceitos de raça”. Sugeria, portanto, que aqui as mesmas fossem adotadas de maneira adaptada:

Nós temos de aproveitar a lição que lá ocorreu, mas aproveitemo-la com as correções que o tempo lhe impôs: temos de adaptar os remédios às condições de receptividade do nosso organismo social. Os métodos menos drásticos nos convêm muito melhor a nossa índole e permitem em tempo acudir aos choques que por ventura sobrevenham.<sup>447</sup>

Buscando embasar sua proposta de individualização da análise dos imigrantes – e, quando possível, recorrer à análise das condições mentais da família –, em vez de apontar um ou outro povo específico como portador de elementos degenerados, Moreira apresenta resultados de suas pesquisas no Hospital Nacional de Alienados e da estatística dos pacientes ali admitidos entre 1905 e 1914. O psiquiatra descreve então casos de alguns europeus que teriam aportado no Brasil com “perturbações mentais” já desenvolvidas, mas que, por falta de uma “seleção aprimorada”, haviam sido aceitos como trabalhadores no país. Alguns deles, inclusive, ele mesmo conseguira fazer com que fossem repatriados.

Como exemplo, refere-se um paciente, por ele tratado, que chegara ao Brasil já “maníaco-depressivo”, provindo de sua terra natal após duas internações. “Vir à América” teria sido, inclusive, característica de ideias após um surto.

Tal indivíduo veio para o Brasil, dirigiu-se para São Paulo e, em pouco tempo, uniu-se a uma patriciã. Um acesso maníaco o levou ao manicômio, onde permaneceu alguns meses e, depois de ter recebido alta, voltou a trabalhar, embora oscilando temporadas na cadeia, porque se envolvia em “conflitos”. Com a guerra na Europa, o

---

<sup>445</sup> MOREIRA, J. A seleção individual de imigrantes no programa de higiene mental. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 137-140 [1925], p. 137.

<sup>446</sup> Ibid. p. 137.

<sup>447</sup> Ibid. p. 138.

homem foi a campo de batalha, “onde trocou em atos de bravura suas impulsões doentias.”<sup>448</sup>

Após a guerra, o mesmo indivíduo regressou ao Brasil, portando

[...] mais uma infecção luética adquirida lá e que foi logo transmitida à mulher com a qual se havia ligado e que até hoje sofre as consequências do mal, frequentando embora assiduamente os ambulatórios de profilaxia de doenças venéreas.<sup>449</sup>

Este homem tivera ainda acessos de violência, foi novamente ao manicômio e lá teve reações enérgicas contra bens materiais, guardas e outros doentes.

Numa república nova, na qual muito ainda se *estava por fazer*, nos âmbitos econômico, político e social, os intelectuais nacionalistas,<sup>450</sup> como Moreira, não desejavam que o governo federal despendesse recursos com populações estrangeiras, pois favorecia “à saúde mental da nacionalidade brasileira que elementos maus não venham de países estranhos concorrer para abaixar-lhe o nível.”<sup>451</sup> Por isso, Moreira concluía seu argumento com críticas a medidas que versavam contra imigrantes de determinadas “raça ou nacionalidade”, defendendo, em seu lugar, exames rigorosos e individuais como apropriados para evitar que o Brasil viesse a

[...] receber imigrantes que apresentem perturbação mental congênita ou adquirida: nenhum idiota, nenhum imbecil evidente, nenhum demente de qualquer espécie, nenhum epilético, nenhum maníaco-depressivo, nenhum parafrênico, nenhum paranoico, nenhum doente de qualquer outra psicose definida poderá saltar em nenhum porto nacional e se entrar pelas fronteiras terrestres deverá ser repatriado, mesmo que seja a custa da nação.<sup>452</sup>

Tendo em vista essa manifestação contrária à imposição de preferências raciais no momento de seleção de imigrantes, Juliano Moreira pôde defender, em 1928, a imigração japonesa para o Brasil, em artigos que posteriormente foram organizados em livro por Augusta Moreira.

Nestes textos, escritos após sua viagem ao país, no mesmo ano, a convite daquele governo, o psiquiatra enaltece a região e seus habitantes: afirma que o povo japonês teria dedicado especial atenção à educação escolar e à saúde física de seus estudantes; ressalta a quantidade e a diversidade de indústrias e atividades de extração

<sup>448</sup> MOREIRA, Juliano. A seleção individual de imigrantes no programa de higiene mental. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 137-140 [1925], p. 138.

<sup>449</sup> Ibid. p. 138.

<sup>450</sup> GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da História" na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 129-154, jul./ 2003.

<sup>451</sup> MOREIRA, Juliano. op. cit., p. 140.

<sup>452</sup> Ibid. p. 140.

mineral realizadas no país, além das belezas naturais e de sua similaridade com os povos do norte do Brasil. Moreira destaca também a existência de publicações periódicas em línguas estrangeiras (alemão, inglês, francês, esperanto) no Japão e o fato de os filhos de casamentos “mistos” de japoneses com indivíduos de povos ocidentais falarem muito bem as línguas não orientais, bem como a existência de “vestígio” de religião cristã – e não apenas a xintoísta e budista – entre aquele povo.

Por tais motivos, em sua avaliação, os japoneses não eram alheios à ocidentalização, à tolerância à diferença e à assimilação por outros povos, além de, numa segunda geração (misturados a europeus *puros* ou a brasileiros), tornarem-se “incontestavelmente mais belos que o comum do tipo japonês”,<sup>453</sup> refutando-se, com essas afirmações, algumas das críticas mais fortes feitas aos povos orientais àquele momento.

Moreira defendia também a participação do governo brasileiro no recrutamento de colonos japoneses para desbravarem as terras do Amazonas. Afirmava que não via

[...] inconveniente na localização dos japoneses no vale do Amazonas, sobretudo ao Governo brasileiro ocorrer instalar nas proximidades dos colonos japoneses núcleos de gente nacional ou provenientes de outros países de origem ocidental. O essencial será o desbravamento daquele vale e sua competente integração no resto do Brasil. Efetuando este desbravamento, sem dúvida que para lá afluirão elementos de outra origem, tornando dentro em pouco mais habitáveis aquelas regiões.<sup>454</sup>

Portanto, para Moreira, o povo japonês, pelas proximidades étnicas com a população do norte do Brasil, os “aborígenes”,<sup>455</sup> faria grande serviço civilizatório nestas terras e, após certo tempo de colonização e desbravamento de áreas distantes e ainda compostas por florestas fechadas, atrairia “elementos de outra origem, tornando dentro em pouco mais habitáveis aquelas regiões.”<sup>456</sup>

O asiático, então, era visto por Moreira como um primeiro passo para a colonização de áreas ainda inóspitas no país.

Apesar de pontos de contato entre esta visão e a de Manoel Bomfim, que, tal como o primeiro, afirmava não considerar as raças como portadoras de degeneração em si – em *A América Latina: males de origem* refere-se à “apuradíssima e antiga”

<sup>453</sup> MOREIRA, Juliano. Convem ao Brasil a imigração japonesa? In: *Impressões de uma viagem ao Japão em 1928*. Rio de Janeiro: Oficinas Reginaldo Neustadt, 1935, pp. 111-115, p. 112.

<sup>454</sup> Ibid. p. 112.

<sup>455</sup> Id. *Impressões do Japão*. In: *Impressões de uma viagem ao Japão em 1928*. Rio de Janeiro: Oficinas Reginaldo Neustadt, 1935, pp. 39-49.

<sup>456</sup> Id. op. cit., p. 112.

civilização japonesa, de onde teriam se originado os indígenas americanos <sup>457</sup> - o escritor sergipano não tinha em boa conta a importação de braços para o trabalho produtivo no país.

Fosse criticando aqueles que viam a imigração europeia como elemento capaz de diminuir a quantidade de remanescente negro e indígena no sangue do brasileiro, *branqueando* a população brasileira – trazendo-lhe o progresso *inerente* à raça branca, como apresentado no capítulo anterior –, fosse rejeitando a justificativa (para ele “arremedo de ciência”) de que o mestiço brasileiro tinha defeitos incorrigíveis, o autor afirmava em *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*, de 1931:

Em verdade, a única inferioridade de que sofrem os ibero-americanos é essa insuficiência mental que os leva a receber, sem crítica, os mais descabidos julgamentos dos que têm interesse em manter-nos humilhados, baldos de confiança em nós próprios. <sup>458</sup>

Neste texto, guardando forte coerência com as ideias contidas no livro de 1905, afirmava o autor que as “classes dirigentes” do país, numa atitude antipatriótica, repetiam sentenças estrangeiras, feitas sem observação *in loco*, que inferiorizavam negros e caboclos. Por isso, então, concentrava sua crítica diretamente naquele grupo: compreendia-os como responsáveis pela educação da população para que esta desenvolvesse características e sentimentos cada vez mais nobres, desta forma atingindo níveis de progresso industrial, humano e de felicidade que fossem notáveis.

O tema da felicidade é importante na obra de Bomfim, <sup>459</sup> pois sua concepção de progresso social tocava diretamente no desenvolvimento da inteligência e dos sentimentos altruísticos e no aproveitamento dos recursos da natureza, que permitissem a cordialidade e o horror pelas injustiças entre os povos. O que, para ele, correspondia a não “parasitar” uns sobre outros. Parte da responsabilidade pela felicidade das populações caberia aos dirigentes dos Estados (republicanos), uma vez que cuidavam do bem público. Criticou o assistencialismo de grupos influentes, afirmando que para a felicidade e harmonia das sociedades seria importante que estas pudessem trabalhar, adquirir instrução e sensibilidade estética para que o gosto pelo erudito fosse apurado.

Reclamando uma maior problematização por parte dos bacharéis acerca dos julgamentos que “viesses do exterior”, Bomfim sugeria, já em 1905, que se desenvolvesse o espírito da observação e da elaboração mental metódica daquilo que era

---

<sup>457</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 265.

<sup>458</sup> Id. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1931], p. 489.

<sup>459</sup> Dentre os trechos em que Bomfim fala sobre esse tema, cabe ressaltar como mais importantes: Id. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], pp. 232-233; 281; 381.

lido, o que lhes traria alguma originalidade às palavras, antes “vãs” e sem fundo de verdade. Para ele, leitura e erudição eram indispensáveis, mas não escusavam um olhar apurado sobre a realidade vivida.<sup>460</sup>

De acordo com Bomfim, portanto, era um contrassenso a crítica destes homens ao elemento nacional: classificavam-no como “incapaz” e “inaproveitável” sem parecerem recordar que a população não se faria sozinha, nem se conduziria a si mesma: estava sendo “guiada”. A responsabilidade, portanto, recairia sobre quem a estaria educando de maneira *equivocada* – a partir desta ideia podemos perceber o viés iluminista presente na concepção do tema da educação em Bomfim.<sup>461</sup>

Propunha, então, que os homens públicos brasileiros não repetissem os juízos feitos a respeito do mestiço, de serem estes “preguiçosos” e “improdutivos”, mas que se pusessem a observar as suas condições de vida, ainda que estes não lhes parecem patriotas. Perceberiam então que a “massa popular”, o “trabalhador nacional”, o “elemento essencial da nação”<sup>462</sup> possuía virtudes capazes de trazer a glória se fossem bem conduzidas e utilizadas.

Diferentemente, estes dirigentes acreditavam que, trazendo estrangeiros, poderiam suprir especialmente as lavouras com seu trabalho, que seria mais produtivo porque europeu, esquecendo-se que a riqueza do país vinha sendo feita até então com as lavas de negros africanos e seus descendentes.

Em *O Brasil Nação*, Bomfim voltou a criticar os homens públicos brasileiros, porque estariam teimando em aceitar tal julgamento, sem promover a sua crítica:

[...] os nossos dirigentes são prontos, igualmente, em aceitar quantos conceitos e juízos lhes deem as suas curtas leituras, desde que se acordem à insuficiência de pensamento e grosseria de propósitos que os caracterizam. Assim se explica o empenho com que apelam para a imigração, o valor que lhe dão, as estultices que repetem, quanto à significação histórica do clima brasileiro, e, sobretudo, a empáfia bestial e antibrasileira com que repetem os interesseiros, falsos e ferozes conceitos, arguidos pela falsa ciência, a serviço do colonialismo, contra os fracos escravizados de ontem, dominados e explorados hoje, em nome de uma pretensa superioridade de raças.<sup>463</sup>

Novamente, portanto, o autor conclamava os homens de letras, da política e os fazendeiros que fizessem a crítica dos preconceitos raciais e investissem na instrução do

<sup>460</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], pp. 188-194.

<sup>461</sup> Cf. BOTELHO, André Pereira. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 118-131; GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da História" na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 129-154, jul./2003.

<sup>462</sup> BOMFIM, Manoel. op. cit. pp. 199-200.

<sup>463</sup> Id. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1931], p. 472.

elemento nacional, para que este fosse preparado para operar um trabalho de boa qualidade e com vistas ao desenvolvimento do país, e não baseado em interesses egoístas. A mudança maior deveria vir, portanto, daí, no interesse em investir na educação de base, e na criação de indústrias, sem a exploração agressiva e arcaica anteriormente praticada.

A crítica de Manoel Bomfim refere-se ao regime de trabalho adotado nas colônias ibéricas, que não teria criado no trabalhador a noção de “trabalho inteligente”<sup>464</sup>, pois que o regime parasitário da escravidão consumia e devorava todo o seu produto, ao invés de educar o trabalhador. Em *A América Latina*, o autor assegurava que este tipo de trabalho teria tido apenas efeitos negativos nas novas populações: senso moral pervertido, desinteresse pelo trabalho livre, ódio ao governo espoliador e desconfiança das autoridades, instintos agressivos em desenvolvimento.<sup>465</sup>

Para o sergipano, o número de habitantes e a prosperidade material não exprimiam o quanto uma sociedade atingiu efetivamente do progresso, ou qual era seu valor social e político. Assim, mais uma vez, propondo um enunciado próximo daquele expresso por Juliano Moreira, no texto de 1925, Bomfim cria que a nação deveria ter valor moral e mental capaz de receber levas de imigrantes diversos sem ser por eles incorporados, o que só aconteceria caso sua cultura fosse forte e coesa, com sua população preparada, superiormente educada e conhecedora de suas tradições: “Com o bom preparo da massa da população, não era possível que o imigrante trouxesse nível mental e ardor patriótico superiores aos dos naturais.”<sup>466</sup>

Também como o psiquiatra baiano, Bomfim sugeria impor um limite à imigração espontânea. Segundo este autor, no entanto, os grupos postulantes deveriam ser regulados. Eles se dividiriam em dois tipos: os interessados em aqui fazer fortuna e parasitar; e o proletário europeu, em busca de uma condição de vida digna, o que perceberia ser inviável tão logo aqui aportasse, tamanha era a ganância dos fazendeiros.

Os limites restritivos sugeridos pelo intelectual sergipano seriam: “imigrantes notoriamente diferentes”<sup>467</sup> dos brasileiros e os que tivessem a si mesmos por superiores. Neste último caso, citava os alemães no sul do país, que mantinham o ensino

---

<sup>464</sup> Isto é, feito com instrumentos e processos para cultivo da terra mais aperfeiçoados do que os utilizados até então. BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], pp. 201-202.

<sup>465</sup> Ibid. p. 169.

<sup>466</sup> Id. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1931], p. 480.

<sup>467</sup> Ibid. p. 482.

e a prática de sua língua e tradições mais do que seus compatriotas que moravam nos Estados Unidos, denotando, neste caso, desprezo pela cultura brasileira.<sup>468</sup>

Se o Brasil, como se mostrava, não estivesse suficientemente organizado e culto para assimilar as populações imigradas, sofrendo risco de perder sua identidade linguística e cultural, devia-se permanecer “quieto”, sem receber “elementos heterogêneos”.<sup>469</sup>

A questão da seleção de imigrantes não apresenta uma compreensão única nos textos de Moreira e Bomfim. Apesar de ambos desejarem impor limites à mesma, estes são diversos.

O psiquiatra estava preocupado com questões mais diretamente relacionadas à saúde mental e aos cuidados que se deveria ter com estrangeiros “degenerados” já em seus países de origem, pois não desejava que tais elementos viessem ao Brasil “concorrer para abaixar-lhe o nível.”<sup>470</sup> Por isto, lhe interessavam mais as populações que pudessem somar ao país características morais tidas como positivas, como a constância no labor e a preocupação com a saúde física, mental e intelectual de seus habitantes, tal como percebidas por ele, por exemplo, em sua visita ao Japão.

Já Bomfim criticava qualquer política ou apoio à imigração que pudesse conferir algum sentimento de “inferioridade” à população brasileira. Para ele, o que se devia fazer era apurar o sentimento de nação, sem que os brasileiros aceitassem calados o rótulo de “preguiçosos”, pois mesmo uma observação rápida das nossas populações naturais demonstraria as qualidades e virtudes que estas possuíam e o quanto seriam capazes de trazer glórias e grandeza a qualquer nação, desde que direcionadas para um bom objetivo.<sup>471</sup>

Uma recorrente justificativa para o rótulo acima citado, da “improdutividade” do sul-americano, era justificada pela influência do clima tropical, que o condenaria à preguiça e conseqüente improdutividade. Para Bomfim, os que promoviam tal tipo de pensamento pareciam não calcular que

[...] se há nesses naturais incapacidade essencial para o trabalho e a atividade, ela é efeito do clima, e se manifestará fatalmente sobre qualquer raça ou gente que aqui se aclimate. A vida num país quente obedecerá sempre às

<sup>468</sup> BOMFIM, Manoel. *Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1931], pp. 480-483.

<sup>469</sup> Id. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], pp. 194-201.

<sup>470</sup> MOREIRA, Juliano. A seleção individual de imigrantes no programa de higiene mental. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 137-140 [1925], p. 140.

<sup>471</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1931].

condições que o clima oferece; e, neste particular, as raças já aclimadas oferecem, forçosamente, vantagens sobre as recém-chegadas. 472

Além de mais um elogio à mestiçagem, que traria adaptações positivas à vida nos trópicos, indisponíveis às raças “recém-chegadas”, no entendimento do sergipano o “problema do clima” estaria em qualquer raça ou grupo social que migrasse: dificuldades e particularidades de cada clima aconteceriam invariavelmente, não sendo esta característica um defeito específico das populações de regiões quentes e úmidas. Já os mestiços nacionais estariam acostumados a responder mais rápida e apropriadamente a tais estímulos, sem que, de acordo com Bomfim, fossem uma raça degenerada, e sim um ganho evolutivo.

Em confluência com esta visão, também Juliano Moreira, em um texto escrito em parceria com Afrânio Peixoto para o XV Congresso Internacional de Medicina, ocorrido em Lisboa, em 1906, originalmente em francês, criticava a ideia de atribuir uma patologia a certo tipo de clima. 473

Apesar de Moreira e Peixoto terem um entendimento diferenciado com relação ao valor raça negra e da miscigenação – segundo Ronaldo Conde Aguiar, Afrânio Peixoto, como outros, acreditava que a mestiçagem era uma saída para o dilema de sermos um país com grande contingente de elementos de raças negra e índia; com o passar de dois séculos, entretanto, o Brasil seria um país de gente branca<sup>474</sup> –, estes dois autores revelaram similaridade de ideias quanto à relação entre clima e doenças mentais: para ambos não haveria clima que determinasse doenças – conseqüentemente, não haveria doenças tipicamente tropicais. 475

Ambos fizeram parte da chamada “Escola Tropicalista Baiana”, grupo de médicos que se organizou em torno de periódicos como *Gazeta Médica da Bahia* (1866-1915) e que apareceu em estudos posteriores como tendo sido precursor de uma prática científica originalmente brasileira, baseada em métodos laboratoriais que se opunham à maneira “rudimentar” do fazer científico colonial e imperial brasileiro, como referido no

---

<sup>472</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 201.

<sup>473</sup> MOREIRA, Juliano; PEIXOTO, Afrânio. Les maladies mentales dans les climats tropicaux. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 125-136 [1906].

<sup>474</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 180.

<sup>475</sup> SILVA, Renata Prudencio da. *Ciências versus Letras no Brasil Republicano: ciência e nação em Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: PPGHCS-COC-Fiocruz: Doutorado 2010, 9pp., 2010, digitado.



Capítulo 2 desta dissertação. Pesquisas mais recentes, entretanto, apresentam evidências de novas metodologias no ambiente médico brasileiro ainda no início do século XIX.<sup>476</sup>

Para Peixoto e Moreira, características mórbidas, etnográficas, zoológicas ou fitográficas não seriam delimitadas de acordo com a latitude ou longitude de maneira clara, expressa e precisa. Estes seriam “preconceitos patológicos”,<sup>477</sup> consequência da ausência de estudo clínico comparado e de “conhecimentos insuficientes”. O que os autores pretendiam fazer neste artigo, como salientado acima, de maneira inovadora, era “dissipar crenças mal fundadas [sobre determinismo climático e racial] e reduzir a questão a seus verdadeiros termos”<sup>478</sup>.

Em contraste com tais ideias, defendiam que o cosmopolitismo e/ ou a fácil aclimação “de todas as doenças” em diferentes partes do globo já estariam sendo reconhecidos. Tanto ao sul quanto ao norte, nas localidades estudadas pelos dois médicos, poderiam ser encontradas as mesmas formas patológicas, sem que as médias climáticas influenciassem diretamente esta ou aquela patologia. Observavam distintas variações clínicas individuais e que, “com frequência, o modo de reagir de um doente não é semelhante em duas ocasiões aparentemente idênticas”<sup>479</sup>, sem que se pudesse formular uma lei geral para isto.

De posse dos conhecimentos expostos por Esquirol em 1838, Moreira e Peixoto questionavam duas afirmações presentes em outros estudos: a primeira, de que climas quentes produziram menos *loucos* do que os climas temperados. A explicação que apresentavam sobre essa visão girava em torno da assistência que se dava aos alienados no norte da Europa, onde haveria mais hospícios, e, conseqüentemente mais internamentos. A segunda falha daquela hipótese se dava pela observação em locais de clima frio, de “civilização atrasada” e sem uma vida urbana intensa, tais como Sibéria, Groenlândia e Islândia, onde o relato de doenças mentais não seria maior do que nas zonas quentes pouco civilizadas.

Num país tropical, como o Brasil, que se aproximava dos ideais de vida urbana europeus, a cada dia que se abandonava um passado predominantemente agrário em prol de uma vida nas cidades, esta nova forma de viver em sociedade traria tanto

---

<sup>476</sup> EDLER, Flávio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, pp. 357-385, maio-ago./ 2002.

<sup>477</sup> MOREIRA, Juliano; PEIXOTO, Afrânio. Les maladies mentales dans les climats tropicaux. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 125-136 [1906], p. 125.

<sup>478</sup> Ibid. p. 125.

<sup>479</sup> Ibid. p. 127.

vantagens como um aumento e diversificação de vícios e de doenças,<sup>480</sup> sendo visível também o aumento das gentes acometidas de diferentes tipos de “moléstias mentais”:

[...] no que diz respeito ao Brasil, a loucura se torna cada dia mais frequente em suas zonas quentes, proporcionalmente aos progressos da civilização que, ao lado de suas grandes vantagens, acarreta o aumento dos vícios e das doenças crescendo, como parasitas, à sua sombra.<sup>481</sup>

Os autores admitiam, no entanto, modos de reação diferentes para cada indivíduo: sem existir relação possível entre fenômenos atmosféricos e ataques convulsivos e epiléticos, afirmavam que os casos clínicos dos pacientes se apresentavam de formas diversas, ainda que as condições da doença fossem aparentemente idênticas. Estaria aí o motivo da importância que davam ao estudo de cada caso, das condições de saúde dos pacientes, bem como aos possíveis fatores hereditários.

Como para Manoel Bomfim, o problema da “improdutividade” ou das “doenças mentais”, no estudo de Moreira e Peixoto, residiria na capacidade de aclimação, de os indivíduos saberem e conseguirem se adaptar à vida nas regiões tropicais. Desta forma, os autores discorrem sobre imigrantes europeus de países do norte (ingleses, alemães, noruegueses, russos) que, respeitando as prescrições de higiene do novo país, viveriam nas melhores condições de saúde para assim “conservar um excelente sistema nervoso”, em locais de climas quentes, como Manaus, Belém, Maranhão, Fortaleza, Pernambuco, Bahia.<sup>482</sup>

Ao lado destes, podia-se notar outros indivíduos de mesma procedência que apresentavam perturbações derivadas de excessos alimentares, alcoólicos e sexuais, visto que não seguiam as prescrições de cuidado com sua saúde. Assim, os autores do artigo concluíam que alguns dos imigrantes traziam da Europa as “taras degenerativas” que aqui se apresentavam como manifestações mórbidas e que, inclusive, “teriam certamente aparecido da mesma forma, se os emigrantes não tivessem deixado suas pátrias”.<sup>483</sup>

Interessante notar uma forte crítica dos autores quanto aos possíveis imigrantes, sem, no entanto, se deterem em explicitá-la com mais detalhes: afirmam eles que a

<sup>480</sup> Também é possível ler sobre esta relação, a partir da literatura, em PECHMAN, Robert Moses. O mel e o fel da cidade. Lendo folhetins e romances em busca de alguma moral urbana. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 43-44, n. 23, pp. 71-78, 2003.

<sup>481</sup> MOREIRA, Juliano; PEIXOTO, Afrânio. Les maladies mentales dans les climats tropicaux. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 125-136 [1906], p. 127.

<sup>482</sup> Ibid. p. 132.

<sup>483</sup> Ibid. p. 132.

escolha do emigrante por deixar seu país natal já podia ser resultado de “estados psicopáticos”, causado por ideias de perseguição ou de grandeza, que o estimulavam a se deslocar de sua pátria.<sup>484</sup>

Embora não tenham desenvolvido, neste texto, a defesa do exame individual dos estrangeiros postulantes a entrar no Brasil, como Juliano Moreira faria em 1925, podemos ver aqui a presença de ideias que concorrem para essa proposição, na forma de “apontamentos”. Os autores afirmaram, por exemplo, que era possível que imigrantes brancos, europeus, apresentassem “taras degenerativas” antes de aportarem em países tropicais, e também a necessidade de que estes tivessem boa adaptação à vida no Brasil (que era um país de língua e tradições diferentes, além do clima tropical) para que sua saúde mental não fosse afetada – e, assim, não afetassem também a dos brasileiros.

É provável que tais concepções, depois de quase duas décadas, tenham passado por um período de maturação, até que fossem enunciadas mais detalhadamente.

As conclusões de Manoel Bomfim e Juliano Moreira (neste último caso analisadas juntamente com as contribuições de Afrânio Peixoto) se assemelham neste aspecto: o clima não ditaria a capacidade produtiva, ou uma maior tendência ao aparecimento de doenças mentais, no caso dos dois últimos. O estado de saúde e a predisposição para o trabalho derivavam, antes, de cuidados pessoais com a saúde tanto do imigrante quanto do elemento nacional já aqui instalado e aclimatado.

O grau de instrução e as disposições mórbidas inatas ou adquiridas são apontados como fatores preponderantes para o cuidado com o corpo e para aumento da produtividade. Desta forma, também, é possível notar certa crítica, nestes trabalhos, quanto à ideia do prevalecimento da degenerescência inata das “pessoas de cor” ou outros grupos étnicos ou nacionais, bem como uma crítica ao rígido determinismo climático.

### **3.3 A eugenia como via para o progresso**

Na década de 1910 o paradigma para a compreensão da identidade nacional muda do problema racial para as moléstias, como já referido no Capítulo 2. As expedições ao “interior do Brasil” possibilitaram novas interpretações para a realidade

---

<sup>484</sup> MOREIRA, Juliano; PEIXOTO, Afrânio. Les maladies mentales dans les climats tropicaux. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 125-136 [1906], p. 132.

do país: o elemento nacional, a “raça brasileira”, era “indolente” e “preguiçoso” porque estava doente. Era necessário sanar o seu mal e evitar que outros o acometessem.<sup>485</sup>

Esta mudança de foco não significou, entretanto, um completo abandono do chamado racismo científico. Este, ao contrário, continuou sendo utilizado por parte dos intelectuais, de maneira ressignificada, após ser associado ao pensamento eugenista ligado a uma matriz racialista, que desejava estabelecer, por exemplo, práticas sexuais restritivas especialmente às populações mestiças e pobres.<sup>486</sup>

Já os eugenistas de matriz sanitaria desejavam “aprimorar a raça” através da promoção de “melhores” hábitos na população, estimulando-a a um cuidado atencioso de sua saúde física e mental. Para que isso fosse possível, o médico sanitaria era um personagem essencial, pois ele diagnosticaria a doença e trataria o doente.

Juliano Moreira e Manoel Bomfim se inserem, então, no grupo dos intelectuais que, assumindo a ideia de um aprimoramento da raça de matriz sanitaria, ou seja, sem pretender *embranquecer* a população, desejavam aplicar um programa de profilaxia preventiva, de cuidados com a saúde física e moral dos brasileiros.

Ainda que com algumas nuances, tanto Moreira quanto Bomfim, quando tratando do tema da mestiçagem, negavam a imobilidade da raça. Embora possamos perceber, no primeiro, explicações sobre o perigo de um “meio ignorante”, em geral relacionado ao meio rural nos diversos países, ambos criticavam determinismos climáticos, raciais e geográficos rígidos, quando utilizados para indicar uma hierarquização entre os grupos humanos.

Como acima referido, Moreira, em conferência apresentada em 1929 na Alemanha<sup>487</sup>, defende que não existiam mais “raças puras” nos continentes, dado o intenso intercâmbio que se podia verificar. De forma que seria mais fácil fazer estudos

---

<sup>485</sup> Sobre os temas da eugenia e sanitarismo ver: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua geração na república das letras e da ciência. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp. 57-84; LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996; STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, pp. 45-61; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 222-238; ENGEL, Magali. Os intelectuais e a liga de defesa nacional: entre a eugenia e o sanitarismo? (RJ, 1916-1933), *Intellèctus Revista Eletrônica*, Ano XI., n.1, pp. 1-30, 2012; REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)*. 1994. 353pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas.

<sup>486</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, pp. 169-172

<sup>487</sup> MOREIRA, Augusta. Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil. In: FREYRE, Gilberto. *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S. A. - Editora, 1937, pp. 146-150, pp. 148-150.

sobre a psicologia de um “povo” do que de uma “raça” – e aqui podemos compreender *povo* como um grupo nacional, da maneira como abordado no Capítulo 2.

Para ele, as características físicas assinalavam as diferenças entre as raças e a existência de “indivíduos de origens diversas”. Entretanto, o que realmente influía o desenvolvimento de grupos “inferiores” era o grau de instrução, da educação e dos cuidados com a “higiene mental” (como uso de bebidas alcoólicas) das populações,<sup>488</sup> tanto entre os “caucasianos” quanto entre elementos “de cor” – já que, conforme assinalado por Vera Portocarrero,<sup>489</sup> negando que a raça fosse fator de “degeneração”, para o psiquiatra os fatores responsáveis pela transmissão de caracteres degenerados viriam de uma predisposição individual, independente da mestiçagem.

Portanto, as “degenerescências” deviam ser estudadas não como decorrência da mistura entre diferentes grupos raciais, mas relacionadas a fatores como a transmissão hereditária de “maus” elementos morais e físicos, bem como à aquisição dos mesmos como consequência de uma vida *desregrada*.

Através da leitura das obras de Bomfim compreendemos que sua percepção de raça era baseada na soma dos caracteres tanto anatômicos quanto psicológicos, herdados dos progenitores. Tal como Moreira, rejeitando o determinismo estrito das correntes hegemônicas de sua época, o escritor sergipano aceitava que a influência tanto da História quanto das condições sociais do presente (no caso, principalmente, a educação formal) constituíam fatores responsáveis pelo desenvolvimento dos grupos raciais.

Como vimos, para Bomfim o grupo dos mestiços teria uma grande capacidade de assimilação das culturas mais “civilizadas” e dos costumes mais “eruditos”, pois suas “almas” estariam em um estágio de evolução social primário.<sup>490</sup>

Moreira e Bomfim fizeram parte de um grupo de estudiosos que diferenciava as raças de acordo com seus “níveis morais e mentais”. Por serem ambos contrários às ideias rigidamente deterministas, terminaram por se distanciar daqueles que defendiam a diferença completa entre as raças.

Tanto o psiquiatra baiano quanto o médico sergipano defendiam uma concepção “humanista de uma unidade humana indivisível”,<sup>491</sup> o que implicava o entendimento de

<sup>488</sup> Como demonstrado tanto em MOREIRA, Juliano; PEIXOTO, Afrânio. Les maladies mentales dans les climats tropicaux. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 125-136 [1906] e MOREIRA, Juliano. A luta contra as degenerações nervosas e mentais. *Brasil Médico*. Rio de Janeiro, Ano 36, c. II, 1922, p. 225.

<sup>489</sup> PORTOCARRERO, Vera. Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 56.

<sup>490</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905].

<sup>491</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 61.

que as raças eram portadoras de desigualdades contingentes, que podiam ser sanadas por ações voltadas à instrução, à higiene e à inculcação de “valores morais”.

Como assinalado por Nancy Stepan, para estes homens, como outros cientistas do início do século XX, os inimigos a serem combatidos, ou “venenos raciais”, eram o alcoolismo, a sífilis e as condições sanitárias e educacionais precárias. Para isso acreditavam que um programa de higiene mental que atingisse escolas, espaços profissionais diversos, quartéis, família, era necessário e desejável. Um novo réu havia sido eleito para o atraso brasileiro: as condições precárias nas quais viviam e sobreviviam os sertanejos e o homem (em geral pobre) das cidades – sua indolência, preguiça e improdutividade estariam associadas à falta de saúde/ higiene e instrução escolar básica.<sup>492</sup>

Sua atuação situa-se no momento de mudança de paradigma para compreensão da identidade brasileira: o termo raça passaria a ser relacionado à “raça brasileira”, e o cuidado com a nação deveria ser ligado àquela tal como já constituída: miscigenada e vivendo num clima tropical – ou seja, dever-se-ia aceitar essa realidade.

Como parte significativa da intelectualidade interessava-se em fortalecer física e moralmente a “raça brasileira”,<sup>493</sup> pressões foram feitas sobre o governo federal para que este se responsabilizasse por fornecer meios para se cuidar dos brasileiros, reivindicando políticas de saneamento e erradicação de doenças e campanhas educativas contra o alcoolismo e tabagismo.

É, portanto, de acordo com esse entendimento que compreendemos o alerta de Juliano Moreira em “A luta contra as degenerações nervosas e mentais”, de 1922, onde o psiquiatra conclama seus leitores a ampliar o conceito de degeneração, tendo em vista:

[...] abranger até a noção de inadaptabilidade social dos indivíduos. Assim sendo ganha o mesmo em exteriorização e por isso apanha um maior número de casos capazes de serem atingidos pelas medidas de profilaxia suscetíveis de salvaguardar a melhor higiene mental dos povos.<sup>494</sup>

Segundo Portocarrero, a psiquiatria deixou de ser um saber moral e passou a ser entendida como especificidade físico-psicológica ao longo do século XIX. Desta

<sup>492</sup> LIMA; Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua geração na república das letras e da ciência. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp. 57-84. LIMA; Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.

<sup>493</sup> Lembrando que, como afirma Schwarcz, a questão da raça negra (e também asiática) não havia sido esquecida de todo: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 230-238.

<sup>494</sup> MOREIRA, Juliano. A luta contra as degenerações nervosas e mentais. *Brasil Médico*. Rio de Janeiro, Ano 36, c. II, 1922, p. 225.

maneira se começava uma busca por maior especificidade das causas das “doenças mentais”.

Numa sociedade ocidental que cada vez mais se tornava urbana e industrializada, o saber médico psiquiátrico classificava os indivíduos considerados irreduzíveis à disciplina como *anormais*.

O conceito de anormalidade como uma forma de psicopatologia surge, então, como uma maneira de justificar em termos médicos as tentativas de submetê-los ao poder disciplinar, viabilizando a inserção da criminalidade e de tudo o que possa a ela estar ligado – suas causas, os meios de curá-la e preveni-la – no domínio do psiquiátrico. Todo indisciplinável, e não só o louco, passa a ser considerado do ponto de vista da doença.<sup>495</sup>

Seguindo a descrição que a autora faz acerca da teoria de Morel,<sup>496</sup> as “degenerescências” eram consideradas, nesta, como desvios doentios da humanidade, transmitidas hereditariamente por várias gerações (intoxicações diversas, doenças adquiridas ou congênitas), até que a linhagem “degenerada” fosse extinta. Estes desvios eram de ordem tanto moral como física. Esta novidade teórica trouxe a possibilidade de a psiquiatria ser racionalizada, vindo a operar no campo da medicina, pois atribuía a “degeneração” do sistema nervoso à “intoxicação”, ou seja, a uma característica fisiológica.

Ao ampliar a ideia de “degeneração” como parte de um processo fisiológico que seria desenvolvido no organismo do paciente ao longo do tempo, foi possível que estes médicos considerassem indivíduos mentalmente sãos como possíveis “alienados” – lembrando que também o conceito de “anormalidade” fora ampliado, como exposto acima.

Desta forma, usuários de diferentes “inebriantes”, como álcool e morfina, sífilíticos e epiléticos foram colocados no grupo dos portadores de distúrbios, cujas “anormalidades” poderiam “degenerar” em psicopatologias.

A ampliação destas concepções também ocorreu no meio científico brasileiro. Segundo Portocarrero,<sup>497</sup> Juliano Moreira defendia a potencialidade do “degenerado” (moral ou hereditário) se tornar um doente mental, pois a sífilis, o álcool e a epilepsia poderiam desencadear lesões neurológicas – resultando, inclusive, em crimes e delinquência.

---

<sup>495</sup> PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 39.

<sup>496</sup> Ibid. pp. 47-64.

<sup>497</sup> Ibid. p. 55-60.

Tendo por base esta noção ampliada de “anormalidade” e “degeneração”, também aumentava a periculosidade destes pacientes, o que iria configurar novidades na psiquiatria da época, como a defesa do confinamento desses indivíduos nos manicômios.

Também os psiquiatras desejavam ampliar a vigilância médica sobre a sociedade, pois, como afirmado acima, em seu entendimento, não existiria um fator determinante para o desenvolvimento de um indivíduo “degenerado”, qualquer um podendo tornar-se um “alienado”. A proposta de policiamento, então, como explica Portocarrero, se dará sobre toda a sociedade, com o intuito mantê-la sadia.<sup>498</sup>

Sobre os que fossem considerados “alienados” (doentes mentais, propriamente) ou “anormais” (aqueles que perturbam a ordem, a norma social, sendo considerados como os mais perigosos, tendentes à criminalidade)<sup>499</sup> deveriam recair as medidas mais severas. Contra tais fatores, os mais *diseugênicos*,<sup>500</sup> seria adotado o isolamento em asilos, hospícios e colônias (com os indivíduos separados por sexo e idade), tanto para que a sociedade não fosse contaminada quanto para que tais indivíduos não procriassem.

Situando-se no campo da Psiquiatria, Moreira não apenas empregava os conceitos de “alienado” e “degeneração” na acepção ampliada, mas conferia relevância aos cuidados que deveria ser despendidos com os brasileiros. Dessa forma, sua proposição amparava-se nessa concepção medicalizada da normalidade / anormalidade, não sendo amparada na questão étnica-racial:

8º - Começemos na escola de envolta com o ensino do alfabeto a convencer a criança que é preciso dar combate aos fatores diseugenizantes da espécie.

9º - Continuemos nas oficinas, nas escolas secundárias, na caserna, nas escolas superiores e em todas as coletividades o trabalho de higiene mental que tornará efetiva a melhor profilaxia contra os fatores de degradação da nossa gente sempre sem ridículos preconceitos de cores ou castas [...] <sup>501</sup>

<sup>498</sup> PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 142.

<sup>499</sup> Ibid. pp. 41-64.

<sup>500</sup> Sendo “eugenia” caracterizada como cuidado com a raça visando seu fortalecimento físico e moral, para Nancy Stepan a principal função dos médicos higienistas mentais era tratar de fatores que iam contra tal objetivo, como alcoolismo, doenças venéreas (a sífilis, especialmente), outras doenças como a tuberculose e outras drogas, como a morfina. Estes deveriam ser combatidos através da “educação eugênica” dos homens ou da medicação. STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 56.

<sup>501</sup> MOREIRA, Juliano. A luta contra as degenerações nervosas e mentais. *Brasil Médico*. Rio de Janeiro, Ano 36, c. II, 1922, p. 225.



Como se pode perceber desta citação, para Moreira a divisão entre “cores” ou “castas” devia ser abandonada em prol de um melhoramento nacional que abrangesse toda a população.

As diferentes esferas da sociedade deveriam ser moralizadas para a redução dos problemas nervosos e mentais, através de um trabalho individualizado (de forma semelhante à sua sugestão relacionada à seleção mais cuidadosa de imigrantes, baseada no conhecimento dos antecedentes hereditários de cada requerente) e também de uma ação mais ampla, como ao defender e integrar<sup>502</sup> campanhas contra os abusos das bebidas alcoólicas como as realizadas nos anos de 1927, 1928, 1929 e 1931 pela Liga Brasileira de Higiene Mental (LGHM).

As concepções acerca do *elemento nacional* desenvolvidas por Manoel Bomfim e Juliano Moreira nos ajudam a compreender a conversão de ambos ao tipo de ação promovida pela Liga, cuja consideração é particularmente importante em nossa análise por representar a concretização de proposições e ações como aquelas defendidas por ambos os autores. Tanto Moreira quanto Bomfim dela fizeram parte (além de Antônio Austregésilo, Edgar Roquette-Pinto e outros).<sup>503</sup> Fundada em 1923, por iniciativa do psiquiatra Gustavo Reidel, a Liga tinha como objetivos gerais intervir na sociedade brasileira principalmente através de propagandas contra a ingestão alcoólica e o tabagismo e em favor do controle dos casamentos, a fim de evitar uniões “indesejadas”, e de programas de educação que favorecessem o desenvolvimento de uma população mentalmente *sadia e eugênica*. Embora uma atenção especial fosse dada à criança, a LBHM também visava auxiliar as famílias e atuar em ambientes profissionais e nas Forças Armadas.<sup>504</sup>

No mesmo ano de sua criação, a entidade foi reconhecida como sendo de utilidade pública, passando a receber uma subvenção federal para desempenhar suas atividades, e contou com variedade de meios para tal ação como impressão de folhetos de propaganda, organização de palestras, pronunciamentos radiofônicos e a criação dos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, segundo Reis, iniciados em 1925.<sup>505</sup>

Com estes passos, pretendia-se divulgar notícias e campanhas da LBHM e assegurar o ideal de uma sociedade em vias de aprimoramento, com base numa

---

<sup>502</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 100.

<sup>503</sup> Ibid. p. 59.

<sup>504</sup> REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)*. 1994. 353pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas.

<sup>505</sup> Ibid. p. 49.

intervenção científica (através da classificação das doenças e da medicalização das mesmas) e na educação.

Imersa num espírito nacionalista e imbuída de missão regeneradora, a LBHM definiu como seus temas prioritários a prevenção das “doenças mentais” através da observação dos princípios higiênicos, da proteção dos egressos dos manicômios e da realização de um amplo programa de “higiene mental e eugenia”.<sup>506</sup> Estas medidas, como apontado, não foram pautadas por críticas diretas à mestiçagem ou em argumentos baseados no racismo científico já que, em princípio, objetivavam aprimorar o elemento nacional, sem especificação de raça ou cor.

Apesar da convergência quanto à participação na Liga, podemos perceber um descompasso nas opiniões de Manoel Bomfim e Juliano Moreira sobre o tema da eugenia e na maneira defendida por ambos sobre como se devia “aprimorar” a “raça brasileira”.

Como dito acima, para Manoel Bomfim a causa do “atraso” e da falta “interesses superiores” era devida à colonização predatória e parasitária por parte da ex-metrópole portuguesa e por sua herança sobre os dirigentes da república, que mantinham um comportamento “conservador” e “egoísta”, que não buscava o “progresso moral da nacionalidade”.<sup>507</sup>

A crítica do sergipano não era vertida sobre a questão da doença, dos “vícios sociais” e da “degeneração”, e sim sobre uma elite política e intelectual que, propagando “ideias falaciosas” com relação ao “atraso” nacional, atribuía-o, erroneamente, à mistura racial.

A proposta de intervenção de Bomfim era centrada na denúncia da ausência de um sistema de instrução popular, gratuito e nacionalmente abrangente, para que o brasileiro pudesse se emancipar, ser livre e produtivo em seu trabalho.

Por exemplo, tratando a Abolição da escravidão no Brasil como uma “revolução”, no livro de 1931, Bomfim afirma que sua vitória poderia ter sido efetiva, desde que tivesse havido:

[...] organização do trabalho inteligente e livre; preparo do trabalhador, completado na sua educação política; leis sociais da proteção do operariado contra a exploração dos patrões; o seu direito de organização sindical e de

<sup>506</sup> REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)*. 1994. 353pp. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, p. 50.

<sup>507</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 36.

greve; a garantia de boa higiene – no esforço e na disposição de locais [...].  
508

Portanto, é com relação às propostas sobre educação e, neste texto, relativas à organização e proteção ao trabalho, que distinguimos mais claramente as soluções previstas por Bomfim para os problemas de uma nação nova e em busca do “progresso”. Apesar de reconhecer que os brasileiros carregavam consigo “vícios”, e entendendo que estes se vinculavam ao que julgava serem problemas políticos e sociais herdados da colonização portuguesa, que havia tirado proveito do trabalho tanto do escravo quanto do homem livre, o escritor sergipano se interessava em apontar soluções que preparassem a nação a partir de uma educação patriótica, ou seja, que tivesse como objetivo a aprendizagem de sua História e das tradições brasileiras – e não por meio de uma educação eminentemente eugênica.<sup>509</sup>

Embora o tema da educação também fosse característica importante para intelectuais e médicos de linha eugenista, nesse caso o foco dirigia-se ao objetivo de afastar o brasileiro de práticas “moralmente condenáveis”, como o uso de bebidas alcoólicas e práticas sexuais e alimentares “excessivas” e “mórbidas”.<sup>510</sup> No entendimento dos eugenistas, a educação tinha como meta educar os corpos, através do ensinamento de “hábitos morais aceitáveis”, da prática de esportes (a “educação física”), entre outros.<sup>511</sup>

Talvez, para Bomfim, o lugar ideal de “confinamento” do mestiço “ignorante” e “iletrado” fosse a escola; e o “medicamento” a ser nele aplicado, o livro didático, “remédios” que ele escreveu, em parceria com outros autores ou sozinho.

De acordo com Rebeca Gontijo, Bomfim era um autor patriota<sup>512</sup>, herdeiro de uma tradição iluminista.<sup>513</sup> As “tradições nacionais” descritas em sua obra de 1929, analisada pela autora, teriam a função primordial de dar condições para o progresso do povo brasileiro, pois para ele os homens progrediam a partir do conhecimento que

<sup>508</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1931], p. 366.

<sup>509</sup> Sobre o tema da importância do estudo da História para a formação da identidade nacional, temos o trabalho de Rebeca Gontijo: GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*. 2001. 209 pp. Mestrado em História – UFF, Niterói.

<sup>510</sup> MOREIRA, Juliano; PEIXOTO, Afrânio. Les maladies mentales dans les climats tropicaux. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 125-136 [1906], p. 129.

<sup>511</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

<sup>512</sup> GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da História" na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 129-154, jul./ 2003.

<sup>513</sup> Id. op. cit., p. 171.

tomam de si mesmos, da História de sua nação. Uma tal consciência só poderia se dar através da educação.

Este ponto, pois, é fundamental para o intelectual sergipano desde sua primeira obra, *A América Latina: males de origem*, em 1905, e a ele também dá atenção em *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*, de 1931.

Como visto na citação acima, ao criticar o processo histórico posterior à Abolição da escravidão, por exemplo, Bomfim apontava os erros dos políticos que conduziram então o país. Estes não haviam organizado o trabalho inteligente e livre, não prepararam o trabalhador em sua completa educação política, não lhe deram “leis sociais de proteção”<sup>514</sup> frente à exploração dos patrões, nem tampouco lhe garantiram boa higiene para que estivessem salvaguardados de doenças recorrentes, como a varíola, a febre amarela e tuberculose.

O homem comum do Brasil, fosse nas fazendas, fosse nas cidades, havia sido abandonado à própria sorte pelas classes dirigentes, que, anteriormente, fizeram sua riqueza à base de seu trabalho.

Para Bomfim, desse modo, a “falsa ciência bacharelesca” deveria abandonar as palavras e atitudes que desmoralizavam os brasileiros e voltar-se para a união e a solidariedade, na tentativa de apurar a “raça brasileira”, formando-a na liberdade, educando-a, para que esta demonstrasse do que era capaz em prol do progresso do país.

Em sua visão, promover a educação básica e primária era a maneira de livrar a sociedade brasileira do “atraso” permanente em que se encontrava desde a “colonização parasitária”, pois, tendo herdado os males daí advindos, os novos grupos (nacionais) dominantes também parasitavam sobre os mais fracos. Dessa forma, as camadas populares criaram aversão ao trabalho não por “preguiça” como característica inata, mas porque a intensa exploração a que foram submetidas as fazia negarem o trabalho tanto quanto possível.

Acusam-nos, ainda, de indolentes, indisciplinados, imprevidentes, preguiçosos, defeitos que não são exclusivos dos mestiços, e pertencem ao geral das populações latinas da América. São defeitos de educação, devidos à ignorância em que vivem, ao abandono a que as condenam. Não trabalham porque não sabem trabalhar, não conhecem o valor do trabalho.<sup>515</sup>

<sup>514</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1931], p. 366.

<sup>515</sup> Id. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 292.

Nenhuma destas características era aproveitável na sociedade que se pretendia criar.<sup>516</sup>

Em 1905, o autor concordava com a ideia de que a civilização da América Latina estivesse em perigo, tendo em vista os interesses imperialistas da Europa e dos Estados Unidos. As justificativas para a cautela giravam em torno da ignorância, da falta de preparo e de educação – e todas estas falhas, para o autor, eram sanáveis.<sup>517</sup>

A difusão da educação e da ciência deveria ser feita para que o homem aprendesse a respeitar seu entorno, seu ambiente e os outros homens através de comportamentos altruístas e que buscassem o bem comum. A educação postulada pelo sergipano também acarretaria em indivíduos aptos tanto para o trabalho produtivo (“cidadãos moralmente livres e úteis”<sup>518</sup>) quanto para a apreciação do “belo”, ou seja, para a fruição da arte, já que o “ignorante” não teria tal sensibilidade e estímulos.

Cético como era com relação à utilidade da religião, Bomfim postulava um tipo de ensino leigo-científico, livre do dogma religioso.

A ideia dessa proposta em torno da educação como meio de afirmação da identidade nacional tinha também a justificativa de proteção de uma nacionalidade que acabara de se formar. Para impor-se como cultura soberana e digna de ser perpetuada diante das outras nações (especialmente as ocidentais), os cidadãos brasileiros deviam aprender sua língua e tradição, para, assim, passa-las às futuras gerações.

Para Juliano Moreira, a educação tinha outra significação, como podemos perceber em textos como “Les maladies mentales dans les climats tropicaux” (1906) e “A luta contra as degenerações nervosas e mentais” (1922). No primeiro, ele e Afrânio Peixoto, criticavam a formulação de hipóteses gerais sobre as causas das doenças mentais, refutando a influência do clima sobre o aparecimento das psicoses. Em seu

---

<sup>516</sup> Outras pesquisas deram atenção especial ao projeto educacional de Bomfim, como: BOTELHO, André Pereira. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 118-131; \_\_\_\_\_. O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim. 1997. 197 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, pp. 1-75; GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da História" na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 129-154, jul./ 2003; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino; RONCA, Antonio Carlos Caruso. Manoel Bomfim – Um educador esquecido. *Educação: Educadores brasileiros*, São Paulo: Segmento, pp. 8-17, abr/ 2011; BORGES, Roselania; BOARINI, Maria Lucia. A pedagogia de Manoel Bomfim: uma proposta higienista na educação. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia, *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, pp. 4.689-4.698.

Disponível em:

<[http://www2.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/429RoselaniaBorges\\_e\\_MariaBoarini.pdf](http://www2.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/429RoselaniaBorges_e_MariaBoarini.pdf)>. Acesso em: 24 de novembro de 2013.

<sup>517</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 362.

<sup>518</sup> *Ibid.* p. 379.

argumento, diferentemente, davam destaque à questão do grau de instrução e à educação dos indivíduos: os descendentes de europeus “puros” poderiam ser acometidos das mesmas moléstias que indivíduos mestiços caso carecessem de instrução acerca dos cuidados com o corpo e com os “venenos raciais”.

No artigo de 1922, Juliano Moreira recomendava que o professor primário, ao ensinar o alfabeto ao aluno, devia inculcar nele os modos de combate aos “fatores diseugenizantes da espécie”. Também os adultos seriam instruídos sobre a higiene, em oficinas, quartéis e faculdades: a propaganda em prol da “higiene mental”, feita de maneira igualitária e efetiva, seria capaz de reduzir a “degradação” das gentes.

Outro ponto importante para Moreira, integrando sua proposta para o “aprimoramento” da raça brasileira, era o confinamento asilar. Tal medida profilática serviria para interromper a propagação de “taras degenerativas” e se mostraria útil tanto para proteger a sociedade sã, “normal”, quanto para “regenerar” os “degenerados”, sempre que houvesse esta possibilidade.

Entre nós, como algures, aliás, não se tem meditado bastante sobre o papel valioso dos manicômios na profilaxia das doenças nervosas e mentais. As internações não previnem apenas delitos comuns, mas também os atentados contra a saúde mental da população, interrompendo a série de casos mórbidos hereditários.<sup>519</sup>

Através das internações seriam fornecidos meios ao paciente de se “desintoxicar” e ele seria retirado do convívio social que o levava ao perigo de contaminar o restante “são” da sociedade.

Notamos, então, que ainda que ocupassem um espaço social comum de defesa do elemento “nacional” e de crítica à falta de políticas efetivas nos campos da saúde e da educação, as medidas eugênicas propostas por Bomfim e Moreira, voltadas ao melhoramento e ao cuidado com a raça brasileira (em especial o homem pobre das cidades e do campo), se apresentavam de maneira diversa.

Se, de um lado, Moreira desejava moralizar a sociedade, com práticas que ordenavam a vida (especialmente no meio urbano), Bomfim queria que o brasileiro conhecesse formalmente sua língua e história para que pudesse participar das decisões políticas pelas vias institucionais, ampliando, assim, sua cidadania,<sup>520</sup> garantindo-se que o fruto de seu trabalho fosse por ele mesmo apropriado – e não “parasitado” por

---

<sup>519</sup> MOREIRA, Juliano. A seleção individual de imigrantes no programa de higiene mental. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 137-140 [1925], p. 139.

<sup>520</sup> É importante lembrar que, durante o período republicano, o analfabeto teve o direito facultativo ao voto apenas em 1985.

outra classe. Desta maneira, ambos apresentaram soluções nacionalistas, baseadas em diferentes aspectos da valorização do brasileiro, e refutando, por sua vez, os argumentos fundamentados nas teorias raciais e em qualidades que pudessem ser atribuídas a elementos mestiços, negros e/ou índios, ou a nacionalidades.

Suas propostas, como se pôde observar, eram voltadas a um “povo” brasileiro caracterizado pelas elites intelectuais da Primeira República – das quais ambos faziam parte, embora em redes de sociabilidades distintas – como desprotegido e, permanentemente, ocupando o papel de vítima, fosse da colonização “predatória”, das elites dirigentes do país, das doenças, ou dos “vícios” que o atingia. Logo, as ações de ambos foram constantemente marcadas por certo autoritarismo e por atitudes “catequizantes”, ou seja, de valorização dos comportamentos da população e condução de seu comportamento baseado em padrões que lhe eram alheios.

## CONCLUSÃO

Porque, sem dúvida, a compreensão implica comparação: para compreender algo é necessário vê-lo em relação a outras categorias da mesma classe [...] <sup>521</sup>

Analisar comparativamente a obra de intelectuais que estabeleceram posições críticas a teorias hegemônicas de sua época sem tomar o devido cuidado para não os rotular como autores de “rupturas totais”, caindo em atitudes de louvor aos mesmos, é tarefa que desafia o historiador.

O trabalho de análise das fontes, dos vestígios deixados ao longo do tempo, faz com que o historiador perceba, paradoxalmente, a pequenez de seu trabalho diante da “história da humanidade” e, ao mesmo tempo, como este pode assumir uma significância diante da possibilidade de *representar* os acontecimentos passados através de sua organização, num nexos cronológico. <sup>522</sup>

Por isso é importante entender que todos somos “homens de nosso próprio tempo”, assim como os personagens aqui analisados, que debateram teses que os incomodavam e a seus contemporâneos, encontrando respostas que estavam, também, em acordo com as teorias e recursos disponíveis naquele momento.

Como foi visto, tanto Manoel Bomfim quanto Juliano Moreira foram homens de grande relevo em suas áreas de atuação: o primeiro entre os que foram considerados pensadores sociais e no campo da Pedagogia, e o segundo na medicina psiquiátrica. Dentro das possibilidades que seus conhecimentos acadêmicos e redes de sociabilidade lhes possibilitaram, formularam soluções para o “atraso” do Brasil e atuaram de forma a colocar em prática seus ideais.

O objetivo da comparação foi perceber como homens que, sendo contemporâneos e habitando um mesmo cenário político e intelectual da então capital republicana, expressaram compreensões da realidade bastante próximas e, mantiveram interpretações muito particulares.

Através da apropriação de referenciais teóricos de diferentes disciplinas – para Bomfim as categorias fornecidas por naturalistas e pelas teorias psicológicas e pedagógicas; em Moreira, a psiquiatria – puderam criticar seus pares de maneira veemente e constante durante sua vida profissional. Colocaram em prática, igualmente, diferentes possibilidades de aplicação de suas propostas na tentativa de efetivar suas propostas “regeneradoras”.

---

<sup>521</sup> GADDIS, John. *Paisagens da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, pp. 15-50, p. 40.

<sup>522</sup> *Ibid.*, pp. 15-50.



Através de assimilações das concepções do chamado neo-lamarckismo e de sua tese de transmissão hereditária de características adquiridas ao longo da vida, tanto psicológicas quanto físicas, como foi mais detalhadamente abordado ao longo da dissertação, Bomfim propôs a noção de “hereditariedade social”, relativa aos aspectos psicológicos. Para ele, o estudo da raça deveria partir do pressuposto desta “hereditariedade” e não apenas dos traços físicos ou anatômicos. O “caráter nacional” seria a evidência última de que a transmissão de características sociais existia efetivamente.<sup>523</sup>

Sem louvar a miscigenação, Bomfim afirmou que esta garantia aos brasileiros certa “superioridade”, uma vez que demonstrava a capacidade intelectual e social de um povo para “progredir”. Além disso, para o autor, nem o “progresso”, nem a “degradação” eram inexoráveis: organismos podiam ascender ao “progresso” quando alguma modificação fosse ocasionada na situação de “parasitismo social”, gerando outras que, não sendo orgânicas, e sim sociais, eram passíveis, portanto, de serem revertidas através da “educação social”. Caso o mesmo grupo não cuidasse de sua população, no sentido da “educação para o progresso”, ou seja, uma educação nacionalista em prol da República,<sup>524</sup> o mesmo “decairia”, de um povo afeito ao “progresso” para um povo “degradado”.

Notamos, em texto de Juliano Moreira, de 1929, compilado por sua viúva e editado em 1937, que o psiquiatra baiano partilhava de opinião semelhante.

Como foi visto nos capítulos precedentes, Moreira desacreditava que houvesse uma “raça pura”, com tipo psicológico e antropológico únicos, já que o histórico de encontros raciais e sociais entre os povos era muito extenso.<sup>525</sup> Sendo assim, o meio tinha uma influência predominante sobre as características inatas: os hábitos e costumes adquiridos ao longo do tempo norteariam o comportamento do grupo, não sua “pureza” racial ou um determinismo geográfico estrito.

Para o psiquiatra, as principais diferenças encontradas entre os indivíduos deveriam ser sanadas, igualmente, através de um grau de instrução e educação cada vez mais elevados. Em diferentes textos, atribuiu importância aos investimentos na área da

---

<sup>523</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 174.

<sup>524</sup> Id. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1931], pp. 366-370.

<sup>525</sup> MOREIRA, Augusta. Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil. In: FREYRE, Gilberto. *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S. A. - Editora, 1937, pp. 146-150, p. 150.

educação e reeducação de crianças (nas “escolas secundárias”), jovens (nas “escolas superiores”), militares (na “caserna”) e adultos (“nas oficinas”).<sup>526</sup>

Ainda que questionassem o pensamento hegemônico, as críticas destes médicos devem entendidas como *outras respostas* possíveis às mesmas questões formuladas em seu tempo. Estes homens não foram “gênios”, nem estiveram “à frente de seu tempo”.

Como demonstrado, especialmente ao longo do capítulo um, Moreira e Bomfim, quando em viagem à Europa para estudos/ trabalho ou tratamento de saúde, buscavam constantemente atualizações teóricas para respaldar seu entendimento acerca da questão da “identidade nacional brasileira”. A partir de apropriações de referencial teórico diverso, forjaram críticas que devem ser compreendidas e analisadas dentro das demarcações cronológicas próprias e do desenvolvimento do pensamento social de sua época.

No entendimento que tinham dos negros, por exemplo, ambos afirmavam que estes faziam parte de uma população mais “embrutecida”, sem uma “civilização desenvolvida”. A interpretação que faziam do “negro puro” era de um ser “infantil”, “rudimentar”, “quase virgem”, embora isto não fosse sinônimo “de inferioridade”. Em contato com brancos de civilização “adiantada”, aqueles desenvolveriam características “progressistas”, uma vez que eram mais adaptáveis do que estes, com “tradições históricas especiais e uma civilização determinada.”<sup>527</sup>

Estes intelectuais criam, então, que a mestiçagem teria auxiliado em uma divisão de características positivas, pois cada raça trouxera consigo características *boas*, de adaptação física e psicológica ao meio ao qual estavam inseridos. Tais qualidades, então, não eram somente relativas ao negro, que teria herdado caracteres da civilização branca, mais “avançada”, mas também quanto ao elemento branco que, ao ter seu sangue misturado ao do negro e do índio, teria recebido como herança elementos que possibilitavam sua perfeita adaptação à vida nos trópicos, como clima e geografia do lugar, de modo que novos hábitos e costumes teriam sido criados a partir desta população mestiça, *melhor* adaptada.<sup>528</sup>

---

<sup>526</sup> MOREIRA, Juliano. A luta contra as degenerações nervosas e mentais. *Brasil Médico*. Rio de Janeiro, Ano 36, c. II, 1922, p. 225.

<sup>527</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905], p. 261.

<sup>528</sup> MOREIRA, Augusta. Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil. In: FREYRE, Gilberto. *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S. A. - Editora, 1937, pp. 146-150, p. 149.

Outro ponto que deve ser considerado como *limitador* das críticas de Bomfim e Moreira em relação à sua sociedade é quanto à solução proposta, nas áreas *educação* e *reeducação* do brasileiro.

Pautados pela defesa da primazia das elites intelectuais como condutoras deste processo por meio da definição das disciplinas e temas a serem estudados nas escolas, dos padrões culturais a serem desenvolvidos e cultivados e dos padrões morais e higiênicos desejados, associando-se às campanhas promovidas pelos sanitaristas, Bomfim e Moreira negaram, desta forma, às camadas populares, não apenas uma maior possibilidade de escolha de seus destinos, como também a aceitação de suas produções culturais como legítimas e positivas. Juliano Moreira em especial, ao defender a eugenia da “raça brasileira” a partir do maior cuidado com a higiene dos povos, compartilhava de uma visão que hierarquizava os modos de vida, formas de lazer e práticas sexuais das elites, intelectuais e políticas, como “aceitáveis”, e o das camadas populares como “pervertidas”, “impuras”.

Contudo, para os intelectuais aqui abordados, estas classificações não eram baseadas em critérios raciais – o que, justamente, ia contra a corrente hegemônica de seu tempo: os fatores considerados primordiais eram as condições de higiene domiciliar que possibilitavam a reprodução de epidemias, o uso de bebidas alcoólicas e as práticas sexuais “pervertidas”. Os problemas a serem combatidos através de medidas efetivas do governo federal, de campanhas programas de atuação social das Ligas existentes e de divulgação em periódicos, científicos ou não, eram estas práticas sociais, capazes de “degenerar” a raça, o que ocorreria quando “más” características físicas e psicológicas eram transmitidas.

Através dos diferentes focos de análise de suas trajetórias, Bomfim e Moreira foram e continuam sendo reconhecidos pela historiografia brasileira por suas contribuições como intérpretes do Brasil, em inícios do século XX. Suas posições, por vezes controversas e complexas, devem ser estudadas dentro do cenário específico de propostas e atuações reformistas e cientificistas pelos quais foram diretamente influenciados e estavam inseridos, no cenário da Primeira República, a fim de que sejam evitadas generalizações, lugares-comuns, exaltações e *decepções* com relação à obra e atuação contra hegemônica de cada um.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES PRIMÁRIAS

#### a) Manoel Bomfim

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905].

\_\_\_\_\_. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1931].

#### b) Juliano Moreira

MOREIRA, Juliano. A luta contra as degenerações nervosas e mentais. *Brasil Médico*. Rio de Janeiro, Ano 36, c. II, 1922, p. 225.

\_\_\_\_\_. A seleção individual de imigrantes no programa de higiene mental. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 137-140 [1925].

\_\_\_\_\_. Convem ao Brasil a imigração japonesa? In: *Impressões de uma viagem ao Japão em 1928*. Rio de Janeiro: Oficinas Reginaldo Neustadt, 1935, pp. 111-115.

\_\_\_\_\_. Impressões do Japão. In: *Impressões de uma viagem ao Japão em 1928*. Rio de Janeiro: Oficinas Reginaldo Neustadt, 1935, pp. 39-49.

\_\_\_\_\_. Querelantes e pseudo-querelantes. *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicinal Legal*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1908, pp. 426-434.

MOREIRA, Juliano; PEIXOTO, Afrânio. Les maladies mentales dans les climats tropicaux. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 125-136 [1906].

#### c) Outras fontes consultadas

MOREIRA, Augusta P. Homens de cor no Brasil. *Almanaque Brasileiro Garnier*, Rio de Janeiro, 1910, pp. 352-359.

\_\_\_\_\_. Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil. In: FREYRE, Gilberto. *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S. A. - Editora, 1937, pp. 146-150.

RODRIGUES, Raimundo Nina. A loucura epidêmica de Canudos: Antonio Conselheiro e os jagunços. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 111-119 [1897].

## BIBLIOGRAFIA

### a) Obras de referência

ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da elite política republicana (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>. Acesso em: 07 de março de 2014.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – ABL. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/>>. Acesso em: 07 de março de 2014.

BAHIANA – Escola de Medicina e Saúde Pública. *Heróis da Saúde na Bahia*. Disponível em: <<http://www.bahiana.edu.br/herois/index.aspx>>. Acesso em: 07 de março de 2014.

PUNTONI, Pedro (diretor). *Brasiliana USP*. São Paulo: USP. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso em 07 de março de 2014.

FIOCRUZ. *História das Ciências e Saúde*. Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.coc.fiocruz.br/](http://www.coc.fiocruz.br/)>. Acesso em: 07 de março de 2014.

MEDEIROS FILHO, Carlos Fernandes (coord.). *Biografias*. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias>>. Acesso em: 07 de março de 2014.

MOREIRA, Marcos (diretor). *Centralx*. Disponível em: <<http://www.abc.med.br/>>. Acesso em: 08 de março de 2014.

PICCININI, Walmor J (editor). *Psychiatry on line Brasil*. Disponível em: <<http://www.polbr.med.br/>>. Acesso em: 07 de março de 2014.

RUIZA, Miguel (diretor). *Biografias y vidas: milhares de biografias de personalidades históricas e atuais*. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com>>. Acesso em: 07 de março de 2014.

SENADO FEDERAL. *Portal O Senado*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 07 de março de 2014.

UNIVERSIDADE NACIONAL DE CÓRDOBA. *Programa de Divulgação Científica. Argentina*. Disponível em: <<http://divulgacion.famaf.unc.edu.ar/>> Acesso em: 07 de março de 2014.

UNIVERSITÄT JENA. Alemanha. Disponível em: <<http://www.uni-jena.de/>>. Acesso em 07 de março de 2014.

### b) Livros e/ ou capítulos de livros

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920, In: José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e Cidadania no Império: Novos horizontes*, Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALBUQUERQUE, Wlamyra de; FILHO, Walter Fraga. Lutas sociais nas primeiras décadas do século XX. In: ALBUQUERQUE, Wlamyra de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Gráfica Multisupri, 2006, pp. 201-221.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 291-335.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Corpo e alma do Brasil. In: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, pp. 27-41.

BOTELHO, André Pereira. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 118-131.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 183-191.

BUARQUE DE HOLANDA, Cristina. *Modos da representação política: o experimento da Primeira República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001, pp. 63-160.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil*. 3a ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das incertezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DANTAS, Carolina Vianna. A cor na política: a eleição de Monteiro Lopes para a Câmara dos Deputados em 1909. In: *Pesquisa na Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, pp. 9-27.

\_\_\_\_\_. *O Brasil café com leite: Mestiçagem e identidade nacional em periódicos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

EDLER, Flávio Coelho. *A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011

FABRIS, Annateresa. Modernidade e vanguarda: o caso brasileiro. In: FABRIS, Annateresa (org.) *Modernismo e modernidade no Brasil*. São Paulo: Mercado das Letras, 1994, pp. 9-25.

GADDIS, John. Paisagens da História. Rio de Janeiro: Campus, 2003, pp. 15-50.

GOMES, Heloisa Toller. *As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2009.

GOULD, Stephan Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, pp. 15-62

GUIMARÃES, Antonio Sérgio, *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 1979, pp. 305-327

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: *Antropologia Cultural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, pp. 322- 366.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua geração na república das letras e da ciência. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp. 57-84.

LOPES, Milton. A Universidade Popular – experiência educacional anarquista no Rio de Janeiro. In: DOMINICIS, Rafael; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do anarquismo no Brasil*. Vol. 1. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2006, pp. 203-229.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

MELLO, Maria Thereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MEMORIAL PROFESSOR JULIANO MOREIRA. *Juliano Moreira: o mestre, a instituição*. Salvador, 2007.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.) *O Brasil Republicano*; vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 13-44.

ODA, Ana M. G. Raimundo. Juliano Moreira: clima, raça, civilização e enfermidade mental. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatría latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 121-124.

ODA, Ana M. G. Raimundo. Raimundo Nina-Rodrigues e as loucuras epidêmicas no Brasil. In: BAYARDO, Sergio J. Villaseñor; MALPICA, Carlos Rojas; LARA, Jean Garrabé (Editores). *Antología de textos clásicos de la psiquiatria latino-americana*. Guadalajara: GLADET, 2011, pp. 99-100.

PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

PASSOS, Alexandre. *Juliano Moreira: vida e obra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.

PECHMAN, Robert Moses. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio de Janeiro na formação da modernidade. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marcos Aurélio A. de Figueiredo. (orgs.). *Cidade e História*. Salvador: UFBA, ANPUR, 1992.

POLIAKOV, Léon. *O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Editora Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1974, pp. 131- 240.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SANTOS, Ricardo Ventura. Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: *Os Sertões* e a medicina-antropologia do Museu Nacional. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp.124-144.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, pp. 147-177.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 35-85.

VENTURA, Roberto. A América Latina: males de origem. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico, 2*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002, pp. 237-258.

### c) Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso



FREITAS, Manuela Henriques de. *Raça e Loucura no Hospital Nacional de Alienados. (1900-1930)*. 2006. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas de Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CARVALHAL, Lázara. *Loucura e sociedade: o pensamento de Juliano Moreira (1903-1930)*. 1997. 52 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

#### **d) Teses e dissertações**

BOTELHO, André. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. 1997. 197 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, pp. 1-75.

CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. 2012. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, pp. 66-190.

GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*. 2001. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

NAXARA, Marcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalho nacional 1870-1920*. 1991. 238 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)*. 1994. 353 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, William Vaz de. *A Assistência a alienados na capital federal da Primeira República: discursos e práticas entre rupturas e continuidades*. 2013. 299 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, pp. 225 – 276.

#### **e) Artigos**

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. *Antíteses*, Londrina, v. 3, n. 5, pp. 21-37, jan.-jun./ 2010.

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, pp. 35-55, out./ 2000.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino; RONCA, Antonio Carlos Caruso. Manoel Bomfim – Um educador esquecido. *Educação: Educadores brasileiros*, São Paulo: Segmento, pp. 8-17, abr/ 2011.

BORGES, Roselania; BOARINI, Maria Lucia. A pedagogia de Manoel Bomfim: uma proposta higienista na educação. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia, Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, pp. 4.689-4.698. Disponível em: <[http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/429RoselaniaBorges\\_e\\_MariaBoarini.pdf](http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/429RoselaniaBorges_e_MariaBoarini.pdf)>. Acesso em: 24 de novembro de 2013.

CERQUEIRA, Ede Conceição Bispo. A Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e o seu papel na institucionalização da Psiquiatria (1907-1928). In: Simpósio Nacional de História, 2013, Natal, Anais do XXVII *Simpósio Nacional de História – ANPUH*, pp. 1-13. Disponível em: <[http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364941724\\_ARQUIVO\\_TextocompletoAnpuh2013Ede.pdf](http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364941724_ARQUIVO_TextocompletoAnpuh2013Ede.pdf)> Acesso em: 03 de março de 2014.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, pp. 83-105, mar.- ag./ 1988.

CORRÊA, Mariza, Eugenia no calor da hora. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, pp. 509-513, abr.-jun./ 2006.

CORRÊA, Mariza. Nossos mulatos são mais exuberantes. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, p.1099-1103, out.-dez./ 2008.

CORRÊA, Mariza. Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p. 130-139, dez./ 2005 – fev./ 2006.

COSTA, Jean C. de Carvalho. Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a "impertinência" bomfiniana em torno da identidade nacional. *Cronos*, Natal, v. 9, n. 2, pp. 417-438, jul.- dez./ 2008.

COSTA, Marcella. A temática racial, a miscigenação e a construção da identidade no pensamento brasileiro. *Caderno Universitário de História*, Rio de Janeiro, n. 16, pp.17-20, 2010.

DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. *Revista Tempo*, Niterói, n. 26, pp. 67-90, jun./ 2009.

DOMINGUES, Petrônio. A "Vênus Negra": Josephine Baker e a modernidade afro-atlântica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n.45, pp.95-124, jan.-jul./ 2010.

EDLER, Flávio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, pp. 357-385, maio-ago./ 2002.

ENGEL, Magali Gouveia. As fronteiras da anormalidade: psiquiatria e controle social. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, pp. 547-563, nov./ 1998-fev./ 1999.

\_\_\_\_\_. Educação, sanitarismo e eugenia. Rio de Janeiro, 12 pp., s/d, digitado.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a liga de defesa nacional: entre a eugenia e o sanitarismo? (RJ, 1916-1933), *Intellèctus Revista Eletrônica*, Ano XI, n.1, pp. 1-30, 2012.

\_\_\_\_\_. Psiquiatria, questão racial e identidade nacional no pensamento de Juliano Moreira, Rio de Janeiro, 11pp., s/d, digitado.

FERES JR., João. O conceito de América: conceito básico ou contra-conceito?. In: *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas 45 (Anuário de História de América Latina 45)*. Köln, Weimar, Wien: Böhlau Verlag, pp. 9-29, 2008.

FILGUEIRA, André Luiz. A utopia nacionalista de Manoel Bomfim. *Em Tempo de Histórias* (PPGHIS/ UnB). Brasília, n. 20, pp. 153-163, jan.-jul./ 2012.

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova "Velha" República: um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo*, Niterói, n. 26, pp. 11-24, jun./ 2009.

GONÇALVES, Roberta. A escolar disfarçada em brincadeiras: a história do Brasil contada nas páginas de O Tico-Tico. In: RANGEL, Marcelo; PEREIRA, Mateus Henrique; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012, pp. 1-9.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da História" na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 129-154, jul./ 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, pp. 93-107, jan.-jun./ de 2003.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Bonfim, Manoel. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; GELMAN, Ester Aida. Juliano Moreira e a Gazeta Medica da Bahia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out.-dez. 2008, pp.1077-1097.

JATOBÁ, Daniel. Latin America: what does it means? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 27, pp. 197-203, nov./ 2006.

KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. III, n. 1, pp. 80-98, mar.-jun./ 1996.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Sobre o conceito de América Latina: uma proposta para repercutir nos festejos do bicentenário. *Revista Pilquen - Sección Ciencias Sociales - Dossier Bicentenario*, n. 12, pp. 1-7, 2010.

ODA, Ana M. G. Raimundo. A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. *Psychiatry on line Brasil*, v. 6, n. 12, dez./ 2001.

Disponível em: < <http://www.polbr.med.br/ano01/wal1201.php>>. Acesso em: 08 de março de 2014.

Oda, Ana Raimundo; Dalgalarondo, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 22, n. 4, pp. 178-179, 2000.

PECHMAN, Robert Moses. O mel e o fel da cidade. Lendo folhetins e romances em busca de alguma moral urbana. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 43-44, n. 23, pp. 71-78, 2003.

SALGADO, Manoel. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 5-27, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. As faces ocultas da I República: Modos de representação do negro na Literatura. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro: 95, pp. 127-138, out.-dez./ 1988.

SILVA, Renata Prudencio da. Ciências versus Letras no Brasil Republicano: ciência e nação em Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: PPGHCS-COC-Fiocruz: Doutorado 2010, 9pp., 2010, digitado.

TEIXEIRA, José Paulo Antunes. O discurso de Juliano Moreira: a loucura como alvo da ciência na Bela Époque carioca. In: Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, pp. 1-15.

Disponível em:  
<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308177173\\_ARQUIVO\\_anpuh\\_2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308177173_ARQUIVO_anpuh_2011.pdf)>. Acesso em: 20 de novembro de 2013.

VENANCIO, Ana Teresa. As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, pp. 59-73, jul.- dez./ 2005.

\_\_\_\_\_. Doença mental, raça e sexualidade nas teorias psiquiátricas de Juliano Moreira. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, pp. 283-305, 2004.

\_\_\_\_\_. História do saber psiquiátrico no Brasil: ciência e assistência em debate. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n.3, pp. 1087-1093, set.-dez./ 2003.

VENANCIO, Ana Teresa; FACCHINETTI, Cristina. “Gentes provindas de outras terras”: ciência psiquiátrica, imigração e nação brasileira. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. VIII, n. 2, pp. 356-363, junho/ 2005.